

Hozana Danize Lopes de Souza

Sítio Culumins

um olhar sobre o sertão
do Seridó, séculos XVIII
e XIX



Hozana Danize Lopes de Souza

Sítio Culumins

um olhar sobre o sertão
do Seridó, séculos XVIII
e XIX



Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

UERN

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretora de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Francisco Fabiano de Freitas Mendes



Conselho Editorial das Edições UERN

José Elesbão de Almeida

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Maria José Costa Fernandes

José Cezinaldo Rocha Bessa

Diagramação

Maria Helena de Medeiros

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Souza, Hozana Danize Lopes de

Sítio Culumins [recurso eletrônico]: um olhar sobre o Sertão do seridó, séculos XVIII e XIX. / Hozana Danize Lopes de Souza. – Mossoró, RN: Edições UERN, 2022.

124p.

ISBN: 978-85-7621-371-0

1. História - Rio Grande do Norte – Sérido. 2. História – Sertão Sérido(RN) – Século XVIII e XIX. I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

CDD 981.32

Bibliotecário: Jocelania Marinho Maia de Oliveira CRB 15 / 319

Editora filiada à:



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Meus amigos e minhas amigas,

O Programa de Divulgação e Popularização da Produção Científica, Tecnológica e de Inovação para o Desenvolvimento Social e Econômico do Rio Grande do Norte, pelo qual foi possível a edição de todas essas publicações digitais, faz parte de uma plêiade de ações que a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN), em parceria, nesse caso, com a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), vem realizando a partir do nosso Governo.

Sempre é bom lembrar que o investimento em ciência auxilia e enriquece o desenvolvimento de qualquer Estado e de qualquer país. Sempre é bom lembrar ainda que inovação e pesquisa científica e tecnológica são, na realidade, bens públicos que têm apoio legal, uma vez que estão garantidos nos artigos 218 e 219 da nossa Constituição.

Por essa razão, desde que assumimos o Governo do Rio Grande do Norte, não medimos esforços para garantir o funcionamento da FAPERN. Para tanto, tomamos uma série de medidas que tornaram possível oferecer reais condições de trabalho. Inclusive, atendendo a uma necessidade real da instituição, viabilizamos e solicitamos servidores de diversos outros órgãos para compor a equipe técnica.

Uma vez composto o capital humano, chegara o momento também de pensar no capital de investimentos. Portanto, é a primeira vez que a FAPERN, desde sua criação, em 2003, tem, de fato, autonomia financeira. E isso está ocorrendo agora por meio da disponibilização de recursos do PROEDI, gerenciados pelo FUNDET, que garantem apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação (CTI) em todo o território do Rio Grande do Norte.

Acreditando que o fortalecimento da pesquisa científica é totalmente perpassado pelo bom relacionamento com as Instituições de Ensino Superior (IES), restabelecemos o diálogo com as quatro IES públicas do nosso Estado: UERN, UFRN, UFERSA e IFRN. Além disso, estimulamos que diversos órgãos do Governo fizessem e façam convênios com a FAPERN, de forma a favorecer o desenvolvimento social e econômico a partir da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Rio Grande do Norte.

Por fim, esta publicação que chega até o leitor faz parte de uma série de medidas que se coadunam com o pensamento – e ações – de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são investimentos que geram frutos e constroem um presente, além, claro, de contribuírem para alicerçar um futuro mais justo e mais inclusivo para todos e todas!

Boa leitura e bons aprendizados!



Fátima Bezerra

Governadora do Rio Grande do Norte

PARCERIA PELO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO DO RN

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) e a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN) sentem-se honradas pela parceria firmada em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. A publicação deste livro eletrônico (*e-book*) é fruto do esforço conjunto das duas instituições, que, em setembro de 2020, assinaram o Convênio 05/2020–FAPERN/FUERN, que, dentre seus objetivos, prevê a publicação de quase 200 e-books. Uma ação estratégica como fomento de divulgação científica e de popularização da ciência.

Esse convênio também contempla a tradução de *sites* de Programas de Pós-Graduação (PPGs) das Instituições de Ensino Superior do Estado para outros idiomas, apoio a periódicos científicos e outras ações para divulgação, popularização e internacionalização do conhecimento científico produzido no Rio Grande do Norte. Ao final, a FAPERN terá investido R\$ 100.000,00 (cem mil reais) oriundos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), captados via Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI), programa aprovado em dezembro de 2019 pela Assembleia Legislativa na forma da Lei 10.640, sancionada pela governadora, professora Fátima Bezerra.

Na publicação dos *e-books*, estudantes de cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) são responsáveis pelo planejamento visual e diagramação das obras. A seleção dos bolsistas ficou a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UERN).

Foram 41 obras submetidas em sete (07) editais, 38 delas serão lançadas. Os editais abrangeram diferentes temáticas assim distribuídas: no Edital 17/2020 - FAPERN, os autores/organizadores puderam inscrever as obras resultantes de suas pesquisas de mestrado e doutorado defendidas junto aos PPGs de todas as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) do Rio Grande Norte, bem como coletâneas que foram resultados de trabalhos dos grupos de pesquisa nelas sediados.

No Edital nº 18/2021 - FAPERN, realizou-se a chamada para a publicação de *e-books* sobre o tema “Turismo para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte”. No Edital nº 19/2021 - FAPERN, foi inscrita a chamada para a publicação de *e-books* sobre o tema “Educação para a cidadania e para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. No Edital nº 20/2021 - FAPERN, foi realizada a chamada para a publicação de *e-books* sobre o tema “Saúde Pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 21/2021 - FAPERN trouxe a chamada para a publicação de *e-books* sobre o tema “Segurança pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 22/2021 - FAPERN apresentou a chamada para a publicação de *e-books* sobre o tema “Pesquisas sobre o Bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022): desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 23/2021 – FAPERN realizou a chamada para a publicação de *e-books* sobre o tema “Pesquisas sobre o Centenário da Semana de Arte Moderna (1992-2022) desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”.

Com essa parceria, a FAPERN e a FUERN unem esforços para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, acreditando na força da pesquisa científica, tecnológica e de inovação que emana das instituições potiguares, reforçando a compreensão de que o conhecimento é transformador da realidade social.

Agradecemos a cada autor(a) que dedicou seu esforço na concretização das publicações e a cada leitor(a) que nelas tem a oportunidade de ampliar seu conhecimento, objetivo final do compartilhamento de estudos e pesquisas.



*Cicília Raquel
Maia Leite*

Presidente da FUERN



*Maria Lúcia
Pessoa Sampaio*

Diretora-Presidente
da FAPERN

*Para minha avó Jacinta e,
meu avô Severino (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

A minha avó, o maior exemplo de generosidade, bondade e honestidade que poderia ter, meu principal agradecimento, pelo amor e apoio incondicional.

A minha irmã Thayse, que além de ser suporte, também é fonte de confiança.

A Abrahão, por todo apoio e suporte, além do aprendizado e generosidade durante todo este tempo.

A equipe do LAS: Luciano, Diógenes, Duda, Igor, Kayann, Dudu, Rayssa, Vanessa Gabriel pela convivência que, além de divertida, é de aprendizado constante.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História dos Sertões.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

12

17 RIBEIRA DO SERIDÓ ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX: UM SERTÃO EM FORMAÇÃO

21 1.1 Interiorização da Capitania do Rio Grande e a composição do sertão colonial

34 1.2 Povoamento e economia do Seridó nos séculos XVII e XIX: as fazendas e o gado

1

2 POR UMA ÓTICA ARQUEOLÓGICA: SERTÕES E SERTANEJOS A PARTIR DA CULTURA MATERIAL

51

2.1 Arqueologia Histórica e Arqueologia Histórica Sertaneja

55

2.2 Cultura Material ou o potencial da materialidade para uma história dos sertanejos

65

75 UMA ARQUEOLOGIA DO SÍTIO CULUMINS

80 3.1 Análise das cerâmicas utilitárias encontradas no sítio Culumins

101 3.2 Análise das faianças finas encontradas no sítio arqueológico Culumins e cronologia relativa do sítio, a partir da manufatura das louças históricas

109 3.2.1 Cronologia do sítio Culumins, a partir da manufatura das louças encontradas durante as escavações

3

CONSIDERAÇÕES FINAIS

113

115

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

“Transcendendo qualquer ‘delimitação espacial precisa’” (LIMA, 1999 *apud* NEVES, 2003, p. 156) isso expressa, a princípio, o significado do sentido de sertão. Levando em consideração que abrange diferentes geografias, com localização e ambientes diversos, inseridas em contextos e temporalidades históricas distintas (MORAES, 2003). Logo, conceitualmente, está pautado na heterogeneidade e pluralidade, por isso devemos pensar em diferentes *sertões* que, para além de designar uma área, é uma categoria constituída de referências vinculadas aos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais.

Com base nisso, o sertão que tratamos, em termos de contextualização, é o Seridó Potiguar no período colonial. Onde o processo de conformação desse território fez parte do curso de povoamento e fixação luso-brasílica nas áreas interioranas das capitanias do Norte. De maneira geral, essa etapa de povoamento alimentou a relação dicotômica entre sertão e litoral, dado que em fins do século XVII, aqueles lugares distantes dos centros conhecidos e compostos de povoações concentrados na zona litorânea eram denominados dessa forma (AMADO, 1995; NEVES, 2003).

Fundamentado no interesse econômico, o movimento expansionista esteve pautado na pecuária gerando, nesse caso, o alargamento das fronteiras para o interior Capitania do Rio Grande. O avanço da colonização luso-brasílica se estabeleceu por violentos conflitos com as populações indígenas habitantes da área que veio a ser, para esse período, a Ribeira do Seridó. Se tratou, portanto, de um povoamento colonial em consequência ao despovoamento nativo. Com isso, a criação de gado se consolidou como principal atividade econômica da região, promovendo a origem das primeiras fazendas (MACÊDO, 2015).

Diante disso, a estrutura da fazenda de criação de gado vem a ser indispensável quando tratamos desse contexto, sobretudo, ao abordar elementos vinculados com a dimensão socioeconômica. Ao seu entorno se configuraram questões sobre propriedade de terra e de patrimônio, arranjos matrimoniais e familiares, movimento de mercadorias e pessoas através

da pecuária (MACÊDO, 2009). A habitação, nesse sentido, contribui para entender acerca da sociedade e as estruturas que dela decorreram e se instituíram no Seridó entre os séculos XVIII e XIX.

O sítio Culumins ou *Sítio dos Colomins*, como aparece no inventário de Manoel Vieira da Cunha, é o espaço que tratamos e, atualmente está localizado no município de Caicó/RN. Um dos aspectos que chama atenção para essa área é a presença de parte da casa, a qual foi edificada em pedra e cal (Figura 01). Para os espaços de morada do Seridó esse estilo construtivo não é habitual, tanto que é escasso seu registro. E as fazendas que ainda hoje fazem parte da paisagem rural sertaneja correspondem as casas elevadas no período do século XIX, e muitas delas sofreram modificações em sua arquitetura (FEIJÓ, 2002; DINIZ, 2008; BORGES, 2015).

Figura 01 – Estruturas da casa sede do sítio Culumins, as paredes correspondem a parte da frente e aquelas da porção final da edificação



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia do Seridó (LAS-CERES/UFRN).

Os estudos dedicados a moradia e outras edificações que faziam parte da composição da fazenda têm como enfoque, de maneira geral, abordagens pela ótica da arquitetura, com discussões abarcando as formas construtivas, materiais empregados, inventários arquitetônicos, usos dos espaços (FEIJÓ, 2002; DINIZ, 2008; BORGES, 2015). Voltado para os objetos do cotidiano temos Macêdo (2015) que realizou o estudo a partir da análise de inventários, dando destaque para os bens que neles se fizeram presentes. Em trabalho recente Oliveira (2021), por meio de uma perspectiva afrodíaspórica, focou na espacialidade interna das casas de fazendas do Seridó e materialidade existente nelas.

Essas são referências importantes para o estudo das fazendas de gado do Seridó, principalmente porque não deixa de perceber essas áreas levando em consideração a cultura material, mesmo quando o conceito não é trabalhado de maneira direta. Apesar disso, são poucas reflexões dedicadas para os objetos que ainda permanecem nesses espaços e que fizeram parte do cotidiano dos indivíduos que ali habitaram.

As evidências materiais, enquanto documento, são fontes que possibilitam compreender, no que concerne aos objetos criados e utilizados no cotidiano das pessoas, elementos como modo de produção, circulação e consumo. A cultura material não deixa de refletir sobre práticas e relações, uma vez que integram, igualmente, a trajetória dos indivíduos. Dessa maneira, os artefatos, selecionados e mobilizados pela ação humana estão permeados de historicidade, não podendo ser colocados apenas como produtos, mas vetores das relações sociais. São os utensílios, as estruturas, a paisagem e o contexto que estão inseridos que atuam como fontes de informações. E através da recuperação, organização, análise e interpretação possibilita alcançar entendimento das ações dos indivíduos no espaço (MENESES, 1994; 1980).

O consumo, a exemplo, está associado a um conjunto de práticas produzidas no dia-a-dia das pessoas, justamente por não se restringir exclusivamente ao ato de compra, mas engloba as etapas de modos de produção, circulação, apropriação, comercialização. Assim, existem diferentes maneiras pelas quais o consumo pode se manifestar, como necessidades básicas pelos objetos utilizados para o armazenamento e cocção de alimentos e/ou adesão de objetos que corroborem para significância do status socioeconômico. Em ambos casos, a noção de valoração está incorporada e que necessariamente não é a mesma, ou seja, deve apresentar divergência (MILLER, 2007).

São por esses apontamentos que introduzimos nossa abordagem, a qual trata da comercialização e consumo desenvolvidos na Ribeira do Seridó, tendo como *locus* o sítio

Culumins, a partir de duas categorias de materiais: as cerâmicas utilitárias e as louças. A coleta desses materiais foi efetuada na campanha de escavação arqueológica realizada no segundo semestre de 2016, esses objetos estão armazenados no Laboratório de Arqueologia do Seridó, localizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES/UFRN).

Como ciência social, a Arqueologia tece explicações por interpretações dos dados arqueológicos, isso é efetuado pela análise dos materiais remanescentes que as pessoas produziram e usaram. É importante destacar que esse método está vinculado com padrões percebidos pelo registro arqueológico (TRIGGER, 2004). Assim, a análise executada no material selecionado, com base nessa concepção arqueológica, teve como premissa o uso de uma ficha composta por atributos voltados para identificação dos elementos que compõem as categorias tecnológicas e morfológicas dos objetos, melhor visualizadas com a elaboração de gráficos expondo os resultados alcançados.

Além disso, o uso de informações relacionadas diretamente ao sítio partiu de uma conversa informal com Fernando Costa, pessoa que faz parte da família proprietária atualmente. Foi apenas um contato inicial que ocorreu no início de 2020, onde o mesmo detalhou, de modo geral, acerca da posse do sítio e quando a propriedade passa a não ser mais habitada. A partir dessa conversa, tomamos conhecimento do nome de Manuel Vieira da Cunha, indivíduo relacionado como um dos primeiros proprietários do sítio, mediante que permanece na família desde então. Com isso, consultamos o documento de inventário datado de 1851 em que Manuel Vieira da Cunha aparece como inventariante e, entre seus bens, temos a presença do sítio Culumins bem como a descrição da casa sede.

O texto a seguir advém da pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História do CERES/UFRN – Mestrado em História dos Sertões (MHIST-CERES/UFRN), a qual integrou também o Projeto “Arqueologia em casas de fazenda da região do Seridó: uma Inter(relação) entre espacialidades, temporalidades e sociabilidades no sertão do Rio Grande do Norte” – Código IF 14762-2017, coordenado pelo Prof. Dr. Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva. Esse projeto visa compreender a ocupação sertaneja pelas casas de fazendas e suas estruturas associadas abarcando os municípios de Caicó, Serra Negra do Norte, Ouro Branco e Currais Novos.

Composto por três capítulos, tivemos como finalidade posicionar a dimensão material como fonte de acesso para informações dos grupos humanos, atentando que na produção

historiográfica o lugar ocupado pela cultura material esteve como secundário quando comparado com o documento escrito. Igualmente, evidenciar as estruturas materiais do espaço tratado, em consonância com as discussões sobre sertão. E demonstrar, em conjunto com a literatura consultada, sobre uma arqueologia e materialidade das populações sertanejas.

Por conseguinte, consideramos que as discussões traçadas nos capítulos são vinculadas, perpassando entre sertão/sertões, cultura material ou materialidade e populações sertanejas. Nisso, o sítio Culumins, tanto no nome do lugar quanto do objeto de estudo ligado ao contexto de interiorização da capitania do Rio Grande propiciou as reflexões voltadas, para além dos aspectos socioeconômicos, uma maneira de entender a dimensão material presente nos espaços de morada do sertão do Seridó abordando ainda acerca de uma materialidade que integra o sertão nordestino desde período colonial até mais recente.

1

RIBEIRA DO SERIDÓ ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX: UM SERTÃO EM FORMAÇÃO

Enunciar os *sertões* enquanto conceito parte da compreensão de que este é uma categoria que possui como base a polissemia e a dicotomia. Por sertões temos diferentes territórios e ambientes, cada qual com suas referências geográficas, sociais, econômicas e culturais. Mas que acabou se tornando portador de significados simbólicos a partir de discursos estabelecidos por traços que se convergem, em que são atribuídos carga de valoração ao espaço, alternando entre definições de cunho ora positivo, ora negativo. Desse modo,

[...] o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locacionais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. **Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação.** (MORAES, 2003, p. 2 – grifo nosso).

Com isso, é fundamental ter essa percepção de que a noção de sertão está presente em diferentes tempos e contextos sócio-históricos (MÄDER, 2008; MURALI, 2007; SALGUEIRO, 2017), trata-se de uma categoria plural onde é “um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, tratam-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo de difusão da modernidade no espaço” (MORAES, 2003, p. 6).

A designação dos diferentes espaços como sertão se deu por meio de representações através de discursos que acabaram por instituir dicotomias. Primeiro de “oposição” ao espaço que é conhecido, habitado e civilizado, pois sertão é o desconhecido e vazio. Essa percepção esteve, inclusive, como um contraste, porque era onde a barbárie estava presente, justificando-o

como um espaço do “outro”. Especificando esse qualitativo, ele está relacionado ao sentido de alteridade, que consideramos pela ótica da fronteira cultural abordada por Hartog (1999), em que a identidade dos indivíduos, por meio do espaço e costumes, atribui definição própria e delimitação para lugares e grupos sociais.

É necessário destacar ainda que envolvendo o período colonial, a denominação do sertão como espaço da barbárie acompanhava o atributo *selvagem*. Tal como sugere Silva (2006), essa perspectiva estava fundamentada, em particular, pelas populações indígenas – o *gentio bravo* – que habitavam o sertão. Nesse sentido, a ideia de barbárie e, portanto, *selvageria* tinha como orientação a colonização da zona litorânea, sendo o sertão o contraste do espaço já civilizado e ocupado, medido pela presença portuguesa. No século XIX esse pressuposto passa por modificações, embora permaneça o sentido do ideal de civilização vinculado ainda ao modelo civilizacional do litoral, com a inserção do conceito de nacionalidade. Souza (1998) problematiza acerca da relação entre sertão e nação, com base na diferença entre sertão e mundo civilizado, em que o sentido de barbárie presente deveria ser superado a partir da vontade governamental. Neste caso, para que ocorresse sua efetivação, deveria ser cumprido a nacionalização de todo território brasileiro pois a integração iria possibilitar a retirada do sertão e suas características negativas.

Logo, discutir sobre a identidade de diferentes populações é complexo, porque lida com a maneira pela qual os indivíduos se assumem por formas identitárias próprias, ao mesmo tempo que eles são definidos por terceiros. Nesse sentido, experiências pessoais e coletivas expressas por meio do lugar de fala, agem como decisivos nas explicações e nas formas com que as identidades são tratadas. As categorias explicativas são elaboradas por uma mescla de fatores que situam elementos econômicos, sociais e culturais desenvolvidos em um espaço, e as condições do meio físico também incorporam e são atuantes nesse processo.

Para a sociedade colonial, por exemplo, tivemos uma classificação e distinção que ressaltava a qualidade e condição social dos indivíduos. Por habitar o sertão, os indígenas, os escravos e os mestiços eram vistos através da noção de barbárie com atributos de negatividade. Contrapondo, dessa forma, o ideal de civilização do litoral, “filhos de um sertão incivilizado, os moradores são também incivilizados” (BONATO, 2010, p. 142). Dessa maneira, questões de alteridade foram determinadas, as quais expressavam condição ou estado marcado pelo diferente. Sem esquecer que o preceito de alteridade consiste em perceber uma questão indispensável: por quem o “outro” é qualificado.

Era bárbaro, caótico, não cristão, não civilizado, e hostil aos valores e princípios (justiça, cristandade, disciplina, estabilidade, boa administração) apreciados pelos portugueses. [...]. Os habitantes naturais do sertão eram selvagens (gentios) não “domesticados” (bravos) que cometiam atrocidades

(barbaridades), o que era universalmente aceito, pelo menos entre os colonizadores. (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 280 *apud* CRUZ, 2018, p. 40).

Nas concepções que versam sobre os sertões se faz inerente categorias correspondentes a dimensão da espacialidade. Reportando acerca desse domínio e permanecendo com o sentido nos sertões, associamos como ponto de partida as ideias de Yi-Fu Tuan (1983) com destaque para as relações entre *espaço* e *lugar*. O espaço vai representar uma forma mais abstrata, determinada pela ação do mover-se, ele dá sustentação para que seja transformado em lugar, que equivale a pausa. Isso significa que quando uma porção do espaço passa a ser conhecida e atribuída valor pelos indivíduos são transformadas em lugares. Considerando ainda, são pelas ações de movimento e de direcionamento dos lugares que permitem o espaço como experienciado, sendo composto pelas vivências nele.

Basicamente, para essa perspectiva os elementos de movimento e de experiência no espaço estão entrelaçados, que conserva e dá o sentido de direcionamento. De acordo com Tuan (1983, p. 13) “o espaço é experienciado quando há lugar para se mover. Ainda mais, mudando de um lugar para outro, a pessoa adquire um sentido de direção. Para frente, para trás e para os lados são diferenciados pela experiência, isto é, conhecidos subconscientemente no ato de movimentar-se”. Continuando,

os movimentos frequentemente são dirigidos para, ou repelidos por, objetos e lugares. Por isso o espaço pode ser experienciado de várias maneiras: como a localização relativa de objetos ou lugares, como as distâncias e extensões que separam ou ligam os lugares, e – mais abstratamente – como a área definida por uma rede de lugares. (TUAN, 1983, p. 14).

Se apoiando na percepção da experiência, ela influencia diretamente para a conformação do que Tuan (1983) chama de espaço mítico, o qual incorpora áreas amplas que se tornaram conhecidas por mecanismos simbólicos, exprimindo uma visão de mundo. Essa ótica espacial confere inserir os sertões pelo pressuposto de uma área que esteve em contraste com ambientes determinados como conhecidos. É um componente espacial que estabelece também associação entre natureza com a sociedade se tornando localidades ou lugares significativos dentro de um esquema espacial.

Portanto, o espaço, dessa forma, depende de lugares expressivos. Tendo em vista que a transformação de um espaço para uma categoria carregada de especificações e sentidos, advém de atributos que são classificadores e que influencia de modo direto para a construção de suas

definições. Sertões têm em sua perspectiva espacial a “oposição” e o “outro”, que são pontos iniciais para o seu entendimento. É importante salientar que esse processo de assimilação não deixa de ser dinâmico, pois inclui diferentes experiências relacionadas a vida social coletiva e individual das pessoas.

Esse contexto também entra em conformidade com a definição de espaço de Certeau (1998), como aquele “produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou proximidades contratuais” (CERTEAU, 1998, p. 202). O espaço, assim, envolve desde estruturas até ações, isso significa dizer que sua configuração ocorre pelas ações dos sujeitos que determinam sua composição, fundação, articulação e deslocamento de fronteiras.

Certeau (1998) chama atenção para o espaço como praticado, o qual é decorrente da prática de um lugar. Lugar deve ser entendido como estabilidade, por meio da “ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência (duas coisas não ocupam o mesmo lugar). Cada elemento está situado em um lugar ‘próprio’ e distinto que o define” (CERTEAU, 1998, p. 201). Então, se o lugar é estabilidade, logo o espaço está atrelado ao movimento, e esses dois aspectos incorporam uma cadeia de operações que fazem parte de sua produção. Assim, as operações no espaço dizem respeito aos movimentos, que variam entre a noção de demarcação, simbolizada pelo ato de fixar, e da delinquência determinada pelo deslocamento. Essas ações são comandadas pelos sujeitos e resultam, desse modo, na produção do espaço como praticado.

Essas considerações iniciais introduzem observações sobre os sertões e permitem entender, na qualidade de categoria de análise, a constituição de espaços definidos dessa forma. Destarte, nossa intenção está delimitada na abordagem do sertão a partir da Ribeira do Seridó, para os dicionários coloniais de Bluteau (1728) e Morais Silva (1789) o conceito de ribeira faz referência as terras que eram localizadas ao longo do curso de um rio ou próxima dele. A própria nomenclatura, neste caso, também sugere que a percepção de sertão está localizada temporalmente no período colonial, sendo, portanto, por esta via que o conceito irá ter seguimento uma vez que, como ficou demonstrado, sertões diz respeito a diferentes contextos, espaços e tempos.

Dando prosseguimento, os tópicos iniciais, neste capítulo, foram estruturados visando tratar acerca do contexto da ocupação portuguesa do que chamamos atualmente de Rio Grande do Norte. O intuito de elencar esses acontecimentos é ter o panorama da fixação luso-brasílica na Ribeira do Seridó, em detrimento do despovoamento das populações indígenas. Atentando que o Seridó colonial enquanto espaço cartografado e territorializado em vilas e freguesias foi resultado da expansão da pecuária para o interior da capitania do Rio Grande em conjunto com o fim dos conflitos com os grupos indígenas que habitavam esse espaço (MACÊDO, 2012).

O segundo ponto que discutiremos será a conformação territorial da Ribeira do Seridó, tendo como eixo o estabelecimento das fazendas de criação de gado e as edificações que integravam esses lugares. Aqui a realidade geográfica com determinações econômicas e sociais criadas nesse espaço entram em foco. Em especial, a dimensão material integrante dessa conjuntura, demonstrando sobre a maneira que a área foi entendida pelos indivíduos que ocuparam. Essas etapas abordadas correspondem a um contexto que pode ser sintetizado pela distribuição de sesmarias, conflitos com os grupos indígenas, instalação das fazendas, a origem de núcleos populacionais, durante processos que foram marcados por definições econômicas e sociais próprias, relacionadas diretamente com as iniciativas da administração portuguesa de inserir posseiros no sertão (DIAS, 2011).

1.1 Interiorização da Capitania do Rio Grande e a composição do sertão colonial

Para promover, de maneira efetiva, a ocupação da América Portuguesa a estratégia utilizada pela Coroa consistiu na implantação do sistema de capitanias hereditárias, com as porções de terras doadas a indivíduos chamados de donatários. Essas pessoas se tornavam responsáveis pela administração da terra e tinham que contribuir para empreender não apenas o povoamento, mas principalmente o desenvolvimento econômico da capitania.

A Terra dos Potiguara, primeira denominação atribuída ao que hoje é o território do Estado do Rio Grande do Norte, em alusão aos indígenas Potiguara que habitavam a faixa litorânea que abarcava a atual Paraíba até o baixo do Jaguaribe do que hoje é o Ceará. Somente no final do século XVI, a Terra dos Potiguara passou ser chamada também de capitania do Rio Grande (PEREIRA, 2018) que teve como donatários Aires da Cunha e João de Barros.

Os limites dessa capitania são ainda “imprecisos”, dado o escasso conhecimento da geografia para o período. Pereira (2018) realizou ampla discussão acerca disso, e chamou atenção para a singularidade encontrada na doação da capitania de Barros e Cunha que, para a autora, ocasionou diferentes interpretações sobre seus limites. Isso se explica por ter sido uma doação excepcional, pois tratava da existência de dois senhorios separados, mas que na carta de doação destinava cem léguas de terra. Essa extensão deveria ser dividida em duas capitanias, cada qual com cinquenta léguas, entretanto, não ficou especificado quais seriam os pontos limites entre estas e quem ficaria com qual.

A ocupação portuguesa na Terra dos Potiguara, fez parte de uma conjuntura de aspectos que dificultaram sua consolidação. O alto custo para organizar expedições, em virtude de que

deveriam ser financiadas pelos próprios donatários; a disputa pelo território especialmente contra os franceses que estavam explorando o pau-brasil na área litorânea e, os embates com os grupos indígenas impediram o estabelecimento na terra por um período considerável (PEREIRA, 2018). Apenas em 1599 os portugueses se fixaram na capitania, em razão da construção do Forte dos Reis Magos e da criação da Cidade do Natal.

Antes disso foram efetuadas tentativas de conquista por meio de três expedições realizadas em 1535, 1555 e 1598 respectivamente. As duas primeiras expedições efetuadas que não obtiveram êxito foram dificultadas sobretudo por “tão grande oposição da parte dos petiguares, unidos a muitos franceses, que com eles se achavam” (LYRA, 2008, p. 27). Como o objetivo principal dos franceses estava pautado na exploração econômica através da comercialização do pau-brasil, eles não tinham a finalidade de colonizar a terra. Dessa forma, era fundamental que mantivessem a proximidade e boas relações com os grupos indígenas. Essa questão também foi mencionada por Cascudo (1983):

A presença francesa retardava a colonização sistemática. O francês não tinha exigência moral para o indígena nem pretendia fundar cidade, impor costumes, obrigar disciplina. Era um comerciante, respeitando a vida selvagem, protegendo-a, tornando-se familiar, amigo, indispensável, obtendo mais baixo preço nos rolos de ibirapitanga, o pau brasil vendido em ducados de ouro na Europa, ávida de cores vibrantes para os tecidos em voga. O português vinha para ficar, criando ambiente à sua imagem e semelhança, construindo fortes, plantando cidade, falando em leis, dogmas, ordenações e alvarás. (CASCUDO, 1983, p. 21).

Ao passo que as objeções dos índios Potiguara a uma colonização portuguesa

podem ser entendidas dentro da perspectiva das quebras das relações de troca que já vinham ocorrendo nas regiões limítrofes ao sul, como em Pernambuco onde as lutas pela ocupação da Capitania pelos familiares de Duarte Coelho deflagraram uma verdadeira guerra, onde mortes e escravidão eram comuns. A notícia dessa situação provavelmente chegara à Capitania do Rio Grande e aos seus habitantes, pois muitos cronistas relataram a situação de conflito entre os índios Tupi e os colonos das regiões da Bahia e Pernambuco e as conseqüentes fugas para outras terras. (LOPES, 1998, p. 62).

Como o povoamento das áreas localizadas ao sul da América portuguesa havia se encaminhado de forma mais consistente, e levando em consideração a posição geográfica do território do Rio Grande, houve, da parte dos portugueses, um maior interesse pela área.

Além disso, se tornou fundamental que os franceses fossem expulsos para que os portugueses garantissem seu domínio na porção norte, dado que as zonas adjacentes já estavam colonizadas.

Nesse sentido, a conquista e ocupação da “Terra dos Potiguara” era uma solução necessária para garantir a segurança e expansão, principalmente, dos núcleos produtores de cana de açúcar como Itamaracá e Pernambuco que sofriam ataques dos Potiguara que resultava em uma fluidez da fronteira marcada por recuos e avanços decorrentes dos conflitos. (PEREIRA, 2018, p. 94-95).

A expulsão dos franceses ocorreu em fins de 1598, tendo como causa a aliança feita entre os portugueses com os Potiguara que possibilitou, a partir da liderança de Jerônimo de Albuquerque, a efetivação do povoamento dando origem a Cidade do Natal. Todavia, estender a colonização para as áreas sertanejas não estava em relevância, já que a corrente colonizadora se encontrava na direção sul e eram pontos explorados e conhecidos, como é o caso dos territórios da Paraíba e Pernambuco. A porção norte ainda era um espaço que necessitava do desenvolvimento de aspectos que contribuíssem para subsistência e, conseqüentemente, povoamento fixo como a criação do gado, arroteamentos de campos, além de que carecia de defesa.

O avanço da colonização na capitania do Rio Grande acabou sendo interrompido com a invasão holandesa em 1633. Concretizada após a tomada do Forte dos Reis Magos, durou até o ano de 1654, antes disso eles enfrentaram ciclos de resistências dos poucos colonos moradores da capitania. Como interesse econômico dos holandeses estava vinculado ao contexto que tencionava o desenvolvimento comercial, com uma concepção de lucro e integrando uma rede do capitalismo mercantil, o objetivo de sua permanência se determinava pela exploração comercial.

Logo após a expulsão dos holandeses das “Capitanias do Norte”, é que as áreas dos sertões entram em evidência para a dinâmica colonial. Acerca dessa denominação destacamos a perspectiva de Alveal e Dias (2020) que, em análise sobre o emprego do termo “Capitanias do Norte” de forma conceitual, defendem a ideia de seu uso deve ser aplicado para o período posterior a expulsão dos holandeses. Além disso, posicionam as “Capitanias do Norte” como uma região, devido a uma certa organicidade e convergência em seu processo histórico, determinado pela mobilidade político social em conjunto com a dinamização econômica e as experiências culturais e religiosas.

Salientando que aspectos específicos fizeram parte desse processo histórico, embora tenha existido certa conformidade de situações que abrangeu essa região colonial. Diante disso,

as “Capitanias do Norte” diz respeito a uma conformação regional de limites econômicos e políticos que abarcou os territórios ao Norte do Rio São Francisco até a Serra de Ibiapaba, limite do Estado do Brasil com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, os territórios da comarca de Alagoas, como parte da capitania de Pernambuco, além de Itamaracá, extinta apenas na década de 1760, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

O cenário então correspondente ao povoamento dos sertões, pode ser assim sintetizado:

O primeiro aspecto é a conjuntura: os sertões entraram nas dinâmicas de avanço da empresa colonial depois das guerras contra os holandeses pela retomada das Capitanias do Norte do Estado do Brasil. Em segundo lugar, a intervenção das instâncias administrativas nesses processos, seja doando e confirmando datas de sesmarias seja intervindo em favor dos conquistadores que atuavam contra as nações indígenas nas zonas de expansão, alargando fronteiras internas. O terceiro aspecto é a pecuária como base econômica da conquista, constituindo-se como fundamento da colonização e da exploração das populações sertanejas e do território. Por último, a violência do processo de conquista representada pela própria invasão holandesa, pela ocupação da sesmaria por outros conquistadores e mesmo por disputas entre grandes proprietários. (ROLIM, 2018, p. 1-2).

À medida que os colonos foram se instalando nos sertões passaram a ter maior contato com as populações indígenas que habitavam essas áreas. Sobre isso, temos o relato de Miguel Nunes Mesquita de 1698, reproduzido por Cruz (2018):

Deste lugar buscando o Norte se acha o mar entre o Maranhão e o Grão-Pará; e para o Sul se vai cair sobre S. Paulo e todos os sertões que ficam dentro destes braços estão povoados de moradores brancos, os quais situaram suas fazendas e casas em todas as partes daqueles desertos, em que acharam águas, campos e terras capazes de criarem seus gados e cultivarem suas plantas, exceto alguns lugares que defendem o grande número de Bárbaros que o habitam, como foram até agora os Negros nos Palmares e são ainda hoje os gentios da grande Serra do Araripe, que defendem as ribeiras circunvizinhas do Açu, Piranhas, Jaguaribe e outras muitas que estão às sombras daquele dilatadíssimo e afamado cerro. (CRUZ, 2018, p. 37).

Os sertões do Norte se tornaram espaços abertos para novos fluxos econômicos e demográficos (ROLIM, 2018), ocorrendo o alargamento da zona de colonização que se deparou com forte resistência dos indígenas que povoavam essas áreas. Nesse caso, havia, pois, uma fronteira móvel, balizada por um cenário de conflitos entre colonos que estavam se fixando no espaço até então habitado pelos índios. Estes possuíam uma compreensão própria

acerca da demarcação de seu território, e o avanço do movimento colonial para o sertão acabou pressionando essas delimitações. Dessa forma, a ótica de fronteira é móvel e fluida por envolver diferentes agentes com perspectivas próprias dentro de um mesmo processo (VIANA; POMPEU, 2015).

A Guerra dos Bárbaros foi a denominação recebida para a série de conflitos entre indígenas com forças militares que faziam parte da iniciativa colonizadora luso-brasílica. Consistiu como a mais prolongada resistência desses grupos habitantes dos sertões, se estendendo desde o período final da expulsão holandesa até a segunda década do século XVIII (PIRES, 1990).

[...] foi sem dúvida o mais importante do longo ciclo de guerras movidas contra os povos do sertão nordestino. A Guerra dos Bárbaros, iniciada no que chamamos aqui as Guerras no Recôncavo Baiano (1651-1679), marcou o destino da América portuguesa e das civilizações indígenas que resistiam à sua expansão. Na verdade, mais se aproximou de uma série heterogênea de conflitos que foram o resultado de diversas situações criadas ao longo da segunda metade do século XVII, no quadro das transformações do desenvolvimento do mundo colonial, do que de um movimento unificado de resistência. Esses conflitos envolveram índios, moradores, soldados, missionários e agentes da Coroa portuguesa, e tiveram lugar na ampla região do sertão norte: o atual Nordeste interior do Brasil, que compreende a grande extensão de terras semi-áridas do leste do Maranhão até o norte da Bahia (ou seja, o vale do São Francisco), englobando parte do Ceará, do Piauí, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco. (PUNTONI, 2002, p. 13).

Os embates ocorridos na capitania do Rio Grande ficaram conhecidos também por Guerra do Açú. Como a várzea do rio Açú representava potencialidade para a fixação de indivíduos, que em suas margens já abrigavam os grupos indígenas. Posteriormente, os colonos perceberam esse espaço como ideal para ocupar, e foi onde os conflitos se sucederam de forma mais intensa (SILVA, 2015). No início da década de 1680 a convivência amistosa entre colonos recém-estabelecidos no sertão e os índios passou a ser tida como dificultosa, tornando constantes os relatos sobre os ataques indígenas contra colonos. Alencar (2017) destaca a morte de um de morador da região do Açú pelos indígenas, registrada na Câmara de Natal por seus oficiais no ano de 1681.

Não apenas durante este contexto de conflito, mas também em outros momentos, as populações indígenas que ocupavam o sertão foram denominadas como Tapuia, termo que generalizava os diferentes grupos presentes no interior, e os configurados como bárbaros, empecilho para a colonização. Como indicado, Tapuia foi uma dominação genérica utilizada para se referir àquelas populações indígenas que habitavam os sertões. A partir de Medeiros Filho (2011), em estudo a respeito das antigas capitanias do Rio Grande e Paraíba, fornece

informações acerca dos índios do sertão do Rio Grande. Esse autor constatou que integravam o grupo denominado como Tarairiú, sendo eles: Javós, Paiacus, Pacajus ou Baiacu, Jenipapos, Canindés, Sucurus, Ariás, Ariús, Uriús ou Pegas, Panatis, Caratiús.

Esse fato chama atenção igualmente para a classificação criada nesse período entre os grupos litorâneos com os do sertão. Os Tapuia, a partir dos relatos de época, representavam o “oposto” dos povos do grupo linguístico Tupi, que habitavam a costa e estavam mais sujeitos ao aldeamento e, desse modo, em integrar na sociedade colonial (PUNTONI, 2002; SILVA, 2015).

[...] o surgimento do modelo dual “Tupi-Tapuia” (ou Tupi x Tapuia) nos estudos da composição social do período colonial, sendo, comumente, atribuído aos tapuias a generalização, sobretudo no que diz respeito às ações em contrário à fixação dos conquistadores. Entre as características desta bipolaridade ou dualidades estão: a) o caráter territorial, onde tupis eram os habitantes do litoral e mata tropical, enquanto os tapuias viviam no interior, na caatinga; b) composição étnica, pois os tupis apresentavam homogeneidade e os tapuias expunham diversidade; c) o contato com os portugueses, que enquanto para os tupis foi direto e sistemático, os tapuias mantiveram pouco nas primeiras décadas da conquista, gerando pouca informação sobre eles. (SILVA, 2015, p. 43).

A Guerra dos Bárbaros exigiu grande mobilização para conter a resistência dos índios, considerando que eles tinham a própria maneira de agir em conflito que estavam pautados na relação de interação com a ecologia local e com técnicas de guerra fragmentárias. “A guerra destes bárbaros é irregular e diversa das mais nações porque não formam exército, nem apresentam batalhas na campanha, antes são de salto as suas investidas, ora em um ora em outra parte, já juntos, já divididos; com o que irregular também deve ser o método de os rebater” (PUNTONI, 2002, p. 136). Podemos associar essas especificidades ao próprio modo de vida dos Tapuia, destacado por Silva (2010):

As indicações históricas da existência de grupos indígenas à época da colonização portuguesa nesta área dos sertões, identificados sob o nome genérico de Tapuia, eram, pois, grupos humanos adaptados a estas circunstâncias de recursos naturais relacionados a esses rios, que em seu curso, eram quase sempre intermitentes ou temporários e que exigiam desses grupos um sistema de vida sazonal. Isto é, estavam em constante deslocamento em função das condições de subsistência baseadas na coleta e na caça dos pequenos animais disponíveis nesse contexto natural e que variava de acordo com a época do ano. (SILVA, 2010, p. 300).

No período de 1690, após a presença indígena gerar ameaças às tropas coloniais ao se aproximarem da Cidade do Natal e outras povoações do litoral, os conflitos passaram a ter outra tonalidade com destaque para a vinda do Terço dos Paulistas, que permaneceu no sertão até 1725. A importância atribuída aos paulistas se dava pela experiência que possuíam em penetrar os sertões, seja para cativar índios ou com o objetivo de encontrar minérios; o terço empreendia guerra de forma ofensiva, com o conhecimento do meio e seguindo as técnicas pertencentes a esses grupos. Suas investidas resultaram em grandes perdas do lado indígena, e é por isso que os paulistas formaram a principal força militar no Rio Grande (PUNTONI, 2002; SILVA, 2015).

Esse cenário favoreceu o surgimento de casas-fortes, construções que possuíam o intuito de garantir a segurança dos moradores no interior de áreas em processo de colonização, sendo utilizadas também como estratégia militar expansionista. As casas-fortes, portanto, foram elementos de ocupação e defesa na colonização portuguesa. Assim, como parte do processo de ação militar, estavam direcionadas para a efetivação da posse territorial e ao combate a resistência dos índios, principalmente, no sertão. Esse tipo de edificação, ao mesmo tempo civil e militar, retratava o valor e uso de residência quando eram usadas para a defesa em período de guerra (SILVA, 2010).

Na Ribeira do Seridó, uma dessas construções se destaca e é conhecida como Casa-Forte do Cuó, um lugar de ocupação humana que fez parte da interiorização da colonização na capitania do Rio Grande. É um importante exemplo de unidade militar de apoio e consolidação territorial promovido durante a Guerra dos Bárbaros, como base física de operações contra os indígenas. Medeiros Filho (2011), em consulta aos documentos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), verificou que sobre o contexto de localização Casa-Forte do Cuó:

O local daquele rio, mais adequado ao levantamento de uma casa-forte e do arraial, destinados ao alojamento das tropas empregadas no combate aos tapuias, seria o lugar onde presentemente ergue-se a cidade do Caicó. Primeiramente, o local ficava em um ponto próximo à confluência dos rios Seridó (à época, aquele trecho do rio Seridó era considerado como sendo o Acauã), Quipauá (atualmente, Barra Nova) e Sabugi. Ademais, aquele local estratégico ficava relativamente perto do rio Piranhas, bem próximo também às fronteiras entre o Rio Grande e a Paraíba [...]. Ali, encontravam-se os três poços d'água permanentes, denominados genericamente de poço de Santana, capazes de fornecer água abundante e inesgotável aos habitantes do arraial. (MEDEIROS FILHO, 2011, p. 142).

No decorrer do início do século XVIII houve a consolidação da presença de moradores luso-brasílicos no sertão, pela concessão de novas sesmarias. Esse processo ficou marcado pelo reordenamento dos espaços tomados das populações indígenas. Alencar (2017), apontou que o fim da Guerra dos Bárbaros, declarado pelos oficiais da Câmara de Natal, continha o interesse em ter distinção social em relação aos moradores da capitania e diante de outras câmaras da América portuguesa. A partir disso, episódios de hostilidades entre moradores com indígenas “não seriam mais tratados, em geral, como assunto de guerra, mas como eventos pontuais e que não demandariam grandes mobilizações de recursos e de tropas” (ALENCAR, 2017, p. 194).

Assim, na década de 1720 as autoridades da capitania posicionavam o Rio Grande como tendo consolidado o processo de colonização, pela grande presença de moradores nas ribeiras. Em relação as populações indígenas

[...] vencidos pelas tropas colonial, foram aldeados, preenchendo as Missões religiosas, somando-se aos Potiguara que nelas já estavam. Sua redução a estes aldeamentos, justificava-se, serviria ao serviço de Deus e de Sua Majestade e ao bem comum dos colonos, entendendo-se disto que, além da propala “civilização” oferecida pelos missionários, estes índios ser sossegados, reduzidos a espaços pré-determinados, liberando o restante da terra, tornado vassalos e, se possível, transformados em trabalhadores que serviriam “livremente” aos colonos. (LOPES, 1998, p. 251-252).

Deste modo, a configuração territorial da Ribeira do Seridó é o resultado da interiorização da capitania do Rio Grande. Esse processo, como visto, esteve em consonância com as etapas de formação espacial da América Portuguesa em que o âmbito econômico para o governo português esteve como condutor, tal como propõe Moreira (2005). Foi a economia do gado que direcionou o interesse pelas áreas interioranas das capitanias do Norte, orientado para os espaços chamados de sertões. Essa denominação já possuía características específicas relacionadas com as etapas de ocupação, e que desenvolveram modos de vida próprios, diferentes daqueles do litoral. Compreender o significado de sertão para o período colonial é necessário, uma vez que a Ribeira do Seridó faz parte dessa qualificação.

Podemos observar que o termo sertão já era usado pelos portugueses em suas possessões tanto no Ocidente quanto no Oriente. Na América portuguesa, no início do período colonial, havia uma noção de sertão presente nos documentos oficiais e nos relatos de cronistas e viajantes, que a utilizavam para a descrição das áreas que se encontravam distantes do litoral. No fim desse período, séculos XVIII e XIX, além de sertão como aquele afastado da costa, passam a ser incorporadas uma série de categorias como a de deserto, infértil, incivilizado (BONATO, 2010).

Com a análise dos relatos de viajantes que percorreram as regiões sertanejas das capitâneas do Maranhão, Piauí e Ceará realizadas no fim do período colonial, Bonato (2010) aponta que essas viagens eram tentativas de conhecer o interior, com o intuito de buscar recursos que contribuíssem para a economia da América portuguesa. Por essas descrições, visões sobre os sertões foram construídas e nessas tinham como predomínio uma caracterização a partir do ambiente

a geografia da região é peça chave no início de cada trecho de descrição. Na maior parte das vezes, numa primeira caracterização da região estudada, todos os viajantes, escritores, aventureiros e cientistas começam a narrativa com a descrição da geografia física da área. (BONATO, 2010, p. 107).

As condições climáticas são as que mais se destacam, em particular por uma contraposição entre os períodos de seca e de chuva. Predominante na maior parte do ano, a seca é citada de forma mais recorrente como um problema, e se converteu em um dos pilares utilizado para a definição de sertão, em especial na região Nordeste, de clima semiárido. A chuva, presente somente em alguns meses do ano, não é vista como favorável pois contribui para a insalubridade do ambiente.

É oportuno observar as considerações realizadas por Albuquerque Júnior (2019) que, por uma ótica do discurso regionalista, analisa os sertões nordestinos e sua relação com a seca para a segunda metade do século XIX e o início do século XX. O mote do autor é a seca ocorrida entre 1877 e 1879, conservada na memória como a “grande seca de setenta”, que a partir do contexto econômico, em particular, se tornou fundamento para o *discurso da seca* e, posteriormente, para o que veio a ser chamado de *indústria da seca*. Por ter tido uma repercussão nacional, fruto de uma imprensa já presente, esse fenômeno passou a ser usado como justificativa para a reivindicação de recursos, obras, cargos e criação de instituições públicas. E ainda, contribuiu para o desenvolvimento de uma produção cultural e intelectual, por causa da repercussão que teve, estabelecendo, como coloca o autor, uma sinonímia entre sertão, semiárido e ocorrência das secas para a região Nordeste. Da mesma forma que resultou no fortalecimento de imagens dos sertões através de determinada paisagem como a caatinga sempre seca e de sol abrasador, além de movimentos do âmbito social como os retirantes, o coronelismo, o cangaço e o messianismo.

O sertão pelo clima e solo também é apontado por Santos (2010), quando argumenta que

O sentido originário é o de uma rudimentar percepção do sertão como espaço natural. Realçam-se características naturais dos espaços sertanejos, no mais das vezes ligadas ao clima e ao solo. Duas leituras diferentes são encontráveis. Para uns os sertões são ásperos, agrestes, estéreis, secos. Em alguns casos a vegetação de caatinga é mencionada, qualificando de uma maneira mais objetiva esse sertão sempre adjetivado. Diretamente associada ao termo sertão ou não, a caatinga foi relevante como caracterização do espaço natural, tendo sido utilizada até mesmo na delimitação de circunscrições militares e na identificação de topônimos em concessões de sesmarias. [...]. Para outros o sertão é espaço natural abundante de terras férteis, que escondem as almeçadas jazidas de minerais preciosos. Restaria somente esvaziá-lo dos habitantes indígenas para incorporá-lo à sociedade colonial. Mas a percepção mais comum é a dos sertões ásperos e estéreis. (SANTOS, 2010, p. 350-351).

Teoricamente, devido as condições do clima, apenas a pecuária é que se estabelece na região. Em um primeiro momento, o gado foi inserido nos engenhos de açúcar para transporte e tração das moendas, o que deixava o litoral com o plantio de cana-de-açúcar e acomodava também a atividade pastoril. Entretanto, ao passo que a produção do açúcar atingia elevado nível com a ampliação do mercado consumidor voltado para a exportação, houve a necessidade de alargar a área do plantio. Isso ocasionou a diminuição das áreas destinadas a criação de gado, que precisava de espaços amplos, gerando o afastamento do mesmo para o interior. Tanto que através da Carta Régia de 1701 foi instituído a proibição do criatório a menos de dez léguas do litoral.

Com base nisso, a ocupação do espaço sertanejo partiu da criação das primeiras fazendas, que foram também vetor econômico importante para o abastecimento da zona açucareira onde proporcionou o desenvolvimento de um mercado interno de nível local e regional com os produtos advindos do gado, como a carne e o couro. Com o predomínio da pecuária, as descrições sobre os indivíduos que habitavam o sertão permaneceram relacionadas ao trabalho com o gado nas fazendas, assim, comumente incorporava desde os criadores de gado até outros moradores da região. Em face de sua associação com o sertão, esses indivíduos são os chamados *sertanejos*.

Atualmente, quando nos referimos à população que vive no sertão nordestino, utilizamos o termo sertanejo, que abrange desde o criador de gado até os moradores das pequenas cidades da região. Entretanto, assim como o termo sertão, a designação de seus habitantes foi aos poucos sendo construída e caracterizada ao longo dos dois últimos séculos. O início do uso do termo remete, mais uma vez, aos relatos de viagem do século XVIII, ainda que parcamente. [...]. Desde então, o termo foi sendo paulatinamente difundido e, provavelmente, só no século XIX passou a fazer parte do imaginário dominante sobre a população local, transformando o habitante do sertão em sertanejo. O termo também sofreu uma mudança de significação nesse

período. Se acompanharmos os dicionários mais utilizados da época, veremos que no princípio do século XVIII Raphael Bluteau vai caracterizar sertanejo apenas como “cousa do sertão” sem nenhuma referência aos habitantes. Um século mais tarde, no Dicionario da Língua Portuguesa de Antonio de Moraes Silva, o termo já aparece definido como o “que vive no sertão, ou matos interiores, e longes da costa”. (BONATO, 2010, p. 128-129 – grifo do autor).

Nesse contexto, é perceptível, portanto, que se trataram de duas categorias econômicas complementares, mas que acabaram por produzir, demarcar territórios e sociedades diferenciadas. Para a uma concepção de sertão é necessário salientar que

desde os primeiros anos da Colônia, acentuando-se com o passar do tempo, “litoral” e “sertão” representaram categorias ao mesmo tempo opostas e complementares. Opostas, porque uma expressava o reverso da outra: litoral (ou “costa”, palavra mais usada no século XVI) referia-se não somente à existência física da faixa de terra junto ao mar, mas também a um espaço conhecido, delimitado, colonizado ou em processo de colonização, habitado por outros povos (índios, negros), mas dominado pelos brancos, um espaço da cristandade, da cultura e da civilização (Freyre, 1977; 1984). “Sertão”, já se viu, designava não apenas os espaços interiores da Colônia, mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infieis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura. Ambas foram categorias complementares porque, como em um jogo de espelhos, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida [...]. (AMADO, 1995, p. 148-149).

Dessa maneira,

a relação entre sertão e colonização emerge como evidente numa outra característica comum presente nas imagens construídas: a designação sertaneja para ser formulada necessita de um contraponto que lhe forneça sentido por diferenciação. Isto é, o sertão só pode ser definido pela oposição a uma situação geográfica que apareça como sua antípoda. Trata-se, portanto, da construção de uma identidade espacial por contraposição a uma situação díspare que, pela ausência, lhe qualifica. Para existir o sertão é necessária a existência de lugares que não sejam englobados nessa denominação, que apresentem condições que expressem o oposto do qualificado por tal noção. Daí ela sempre se apresentar numa formulação dualista, como parte de uma realidade vista como cindida e dual, na qual a condição sertaneja ocupa a posição negativa ou subordinada. (MORAES, 2003, p. 3).

Isto posto, a concepção de sertão na qual a Ribeira do Seridó está inserida é aquela onde prevaleceu, como qualitativo, a noção de “oposição” expressada por diferentes sentidos: sertão/litoral, barbárie/civilização, habitado/vazio. Esse contexto pode ser visto em Macedo (2007) que discute a representação e percepção dos colonos sobre o sertão da Capitania do Rio Grande. O autor deu destaque para o período final do século XVII, quando o sertão era percebido pela natureza hostil, incluindo os índios considerados como parte da paisagem natural, permanecendo a ideia do espaço como vazio. Já para o decorrer do século XVIII essa compreensão sofre transformação, tendo em conta que o sertão passou a ser mais conhecido. Então, o que antes era ignoto, impenetrável e inóspito com o conhecimento da área e uma maior precisão em relação a localização dos lugares a serem ocupados nas ribeiras era um espaço que possibilitava a vivência dos colonos.

Ademais, especificando o processo de consolidação da ocupação desenrolado no contexto colonial, temos uma formação territorial marcada por circunstâncias econômicas e sociais, com seguimento de instituições voltadas para os serviços religiosos e cobranças de tributos. Logo,

nesse contexto, figuram as relações embasadas entre as vivências institucionais (Igreja, Câmaras, Vilas); entre indivíduos (colonos, europeus, negros, nativos); entre personagens que alicerçaram diferentes interações sociais no mundo do trabalho (escravos, senhores de engenhos, vaqueiros) ou mesmo figuras sociais diversas que, em concordância com o projeto colonizador, exerceram um papel fundamental de conquistador em busca de riqueza pessoal ou propagação ideológica (sesmeiros, bandeirantes, missionários). (DIAS, 2011, p. 38).

A partir de Raffestin (1993; 2009) situamos que as imagens de um território estão diretamente vinculadas com seu processo de produção. Como o espaço está numa posição que antecede o território, sua configuração consiste como resultado da ação conduzida projetada nele, de acordo com as condições e necessidades da sociedade.

Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial” [...]. É interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação. (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

O território não deixa de ser produto social, como uma construção histórica, econômica, política e culturalmente, significa também apropriação social do ambiente, uma vez que temos o espaço com o ambiente natural e o ambiente organizado socialmente. Sendo uma produção a partir do espaço, a territorialização se apresenta como o resultado e condição destes diferentes processos (RAFFESTIN, 1993; 2009). Levando isso em consideração, o entendimento de território não deve ser pensado sem incluir a dimensão humana, por isso que partimos de Saquet (2013) que traz uma discussão do conceito repensado e fruto dos debates da geografia que marcou a segunda metade do século XX.

É preciso superar as concepções simplistas que compreendem os territórios sem sujeitos sociais ou esses sujeitos sem territórios e apreender a complexidade e a unidade do mundo da vida, de maneira (i)material, isto é, as interações no e com o lugar, objetiva e subjetivamente, sinalizando para a potencialização de processos de desenvolvimento. O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidos por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de descontinuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais. (SAQUET, 2013, p. 24).

No período colonial a conformação dos territórios foi demarcada por etapas: a exploração dos meios naturais, a fixação no litoral e a consolidação do povoamento nos sertões. As áreas sertanejas e sua composição devem ser pensadas por uma perspectiva abrangendo a realidade geográfica, situação econômica e social desenvolvidas. Isso determinou a organização de um território, o qual é dotado de definições próprias baseados nos elementos formativos do mesmo (DIAS, 2011). O indivíduo age no espaço, incluindo o natural e o social, o território é esse espaço historicamente organizado e produzido. Como produto das ações históricas, ele gera e torna visível as diferentes paisagens que engloba as edificações e as formas da natureza demonstrando, assim, uma unidade entre natureza e sociedade (SAQUET, 2009). Através desse pressuposto que damos seguimento a conformação da Ribeira do Seridó com ênfase para a dimensão material na ocupação do espaço.

1.2 Povoamento e economia do Seridó nos séculos XVII e XIX: as fazendas e o gado

Para o povoamento da terra, a presença de água era essencial. Por conseguinte, na efetivação da ocupação no sertão, por concentrar os pontos de fixação humana, as ribeiras funcionaram como as primeiras demarcações territoriais.

A importância usufruída pelos rios – sejam perenes ou temporários – no período colonial é notável. Vias naturais para o adentramento dos colonos possibilitaram o povoamento do interior brasileiro, integrando-o ao circuito produtivo da colônia. Nos sertões nordestinos, as primeiras fazendas localizavam-se nas ribeiras, o leito do rio dividindo no comprimento a sesmaria ao meio. Podemos depreender dos documentos da época – cartas de data de terra, protocolos de freguesias etc. – que a referência às ribeiras denotava não só acidentes geográficos, mas cartografias do poder, demarcações de territórios, jurisdições. (MACÊDO, 2012, p. 38 – grifo do autor).

Tanto que

no Brasil colonial, os núcleos populacionais e povoações diversas estavam sempre localizados nas proximidades de águas, principalmente dos rios. Dessa forma, a concepção de divisão regional que perdurou, pelo menos, até o início do século XIX, foram as ribeiras. Já na segunda metade do século XVIII, a Capitania do Rio Grande contava com várias divisões regionais ribeirinhas, entre elas as ribeiras do Potengi, do Mipibú, do Assú, do Seridó, do Apodi. (DIAS, 2011, p. 49).

Temos o que Moraes (2005) denominou de “geografia da ribeira”, quando a toponímia de rios e riachos identificaram os espaços e atuaram em sua delimitação. O Seridó foi assim nomeado por ser banhado por rio do mesmo nome, o que aconteceu também entre o fim do século XVII e início do XVIII, quando era mais conhecido por Sertão do Acauã – fazendo correlação com um rio da região. Barbosa (2017) apresenta que a ribeira, a partir do século XVIII, passou a ser entendida enquanto divisão espacial administrativa, sendo utilizada pela Fazenda Real na lógica de arrecadação.

As ribeiras eram adotadas como circunscrições administrativas da ação dos oficiais da Provedoria, e levavam na maioria das vezes os nomes dos rios que as banhavam. Quando se trata de Provedoria da Fazenda Real, mais que uma

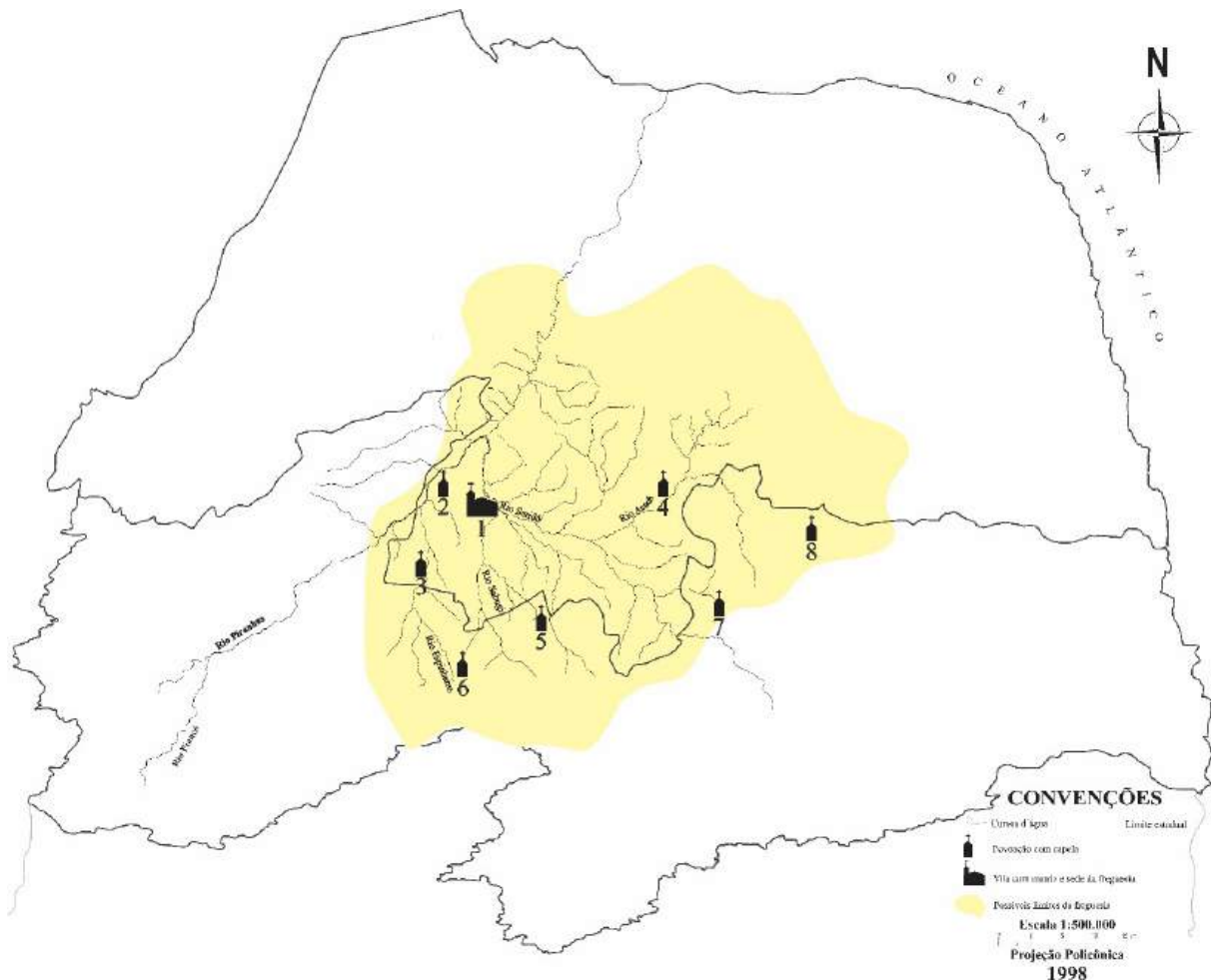
região de fazendas próximas aos rios, a ribeira era um espaço fazendário que servia para organizar a arrecadação de impostos. (BARBOSA, 2017, p. 176).

O Seridó ganhou forma, em termos legais, com a instituição da freguesia que “para além do rito religioso, a elevação de uma ermida à freguesia denotava benefícios das formalidades civis” (ARRAES, 2012, p. 110). Como a vida religiosa era um aspecto importante na vivência do período colonial, a freguesia além de responsável pelo cuidado da espiritualidade dos moradores das ribeiras, por meio do âmbito eclesiástico, exercia um domínio institucional. Em 1748 teve a criação da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó que envolvia a malha dos rios Acauã, Seridó, Espinharas e Piranhas (MACEDO, 2013).

Devido à ausência de documentos relativos a demarcação dos limites do Seridó, é difícil abordar sobre isso com precisão. Contudo, através do mapa elaborado por Macedo (2013), é possível visualizar sua área de abrangência até 1788 que após esse período a freguesia sofre fragmentações em seu território, que decorreu da criação de novos curatos, primeiramente em 1788 com a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Guia dos Patos, na Ribeira das Espinharas; em 1801 com a Serra do Cuité e limítrofes que foi transformado em freguesia com o título e invocação a Nossa Senhora das Mercês; e em 1835 houve o desmembramento da freguesia mater do Caicó a de Nossa Senhora da Guia, na Ribeira do Acauã. Assim, pelas indicações desse autor, essa circunscrição não pode ser organizada por meio da demarcação de linhas rígidas, mas por uma mancha que envolve a malha hidrográfica dos rios Piranhas, Espinharas, Seridó e Acauã (Figura 03). Macêdo (2012) também faz referência a essa questão:

Os primeiros registros da territorialização do Seridó obedecem ao diapasão de sua localização no mundo físico. Assim, são as ribeiras que delimitam o espaço, ribeiras que representavam a matriz da sobrevivência no sertão árido e que serviriam como fronteiras para o encenamento social da desigual população sertaneja. Seguem-nas, mais tarde, limites mais elaborados, que acarretam outras competências: as freguesias, área do acontecer espiritual, confundidas com o território das vilas, que darão, por sua vez, um caráter mais civil à integração dos homens à ordem política. As falas predominantes nesse esforço de nomeação são daqueles que detinham o poder e necessitavam desenhar seu espaço de performance política, social, econômica. (MACÊDO, 2012, p. 129).

Figura 03 – Possível delimitação territorial da Freguesia do Seridó até o período de 1788



Fonte: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013, p. 48.

Foram por esses contornos vinculados ao desenvolvimento da pecuária, através da instalação das fazendas, que surgiram as municipalidades que atualmente compõem a região do Seridó Potiguar. O cerne desse processo foi o município Vila Nova do Príncipe que hoje corresponde a cidade de Caicó.

Foi sem dúvida, a pecuária o fator determinante da fundação das primeiras localidades seridoenses. Em algumas, a própria toponímia, ainda hoje, deixa à mostra sua origem. Dê-se por visto Currais Novos, nascida dos currais de aroeira em pau-a-pique, que o Capitão-mor Galvão fez construir para seus gados. Acari, Caicó, Carnáuba dos Dantas, Florânia, Jardim do Seridó, Jucurutu, Parelhas, São João do Sabugi e Serra Negra – foram antigas

fazendas de gado, que cresceram na força do estrume do boi. Todas nas beiras dos rios – onde era mais fácil apanhar água. (FARIA, 1980, p. 163).

Portanto, as fazendas estiveram como as primeiras manchas de ocupação no Seridó, onde a posse da terra fazia parte do sistema sesmario, modelo de instituição fundiária transplantado de Portugal, que garantia a propriedade legal da terra e o estabelecimento dos limites. A solicitação de uma porção de terra deveria ser acompanhada por uma justificativa que comprovasse a finalidade social e econômica para seu uso. O pretendente a sesmeiro deveria demonstrar que possuía gados quando não tivesse terra, ou caso contrário, destacasse a necessidade de mais terra quando o número de gados fosse alto (MACÊDO, 2015). No século XVIII, foram intensas as solicitações no Seridó, ampliando, com isso, a estruturação de sua sociedade.

Pensando de forma mais direta no processo de ocupação do espaço recorreremos a uma noção de fronteira a partir da materialidade. Inicialmente, destacamos que a fronteira também se constitui como um componente espacial, sendo necessária para o território. “Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Fronteira é um termo que carrega diferentes significados, mas, normalmente, quando empregada nos diferentes domínios é intrínseco a ideia de limite, seja ele concreto ou abstrato, com o intuito de demarcar, separar, fixar, legitimar, diferenciar; e quando se refere a produção humana, a ideia de fronteira e, conseqüentemente, o estabelecimento de limites não devem ser percebidos exclusivamente como natural ou ‘inocente’, uma vez que carrega intenções e finalidades. No caso, para a produção territorial passam a ser vividos e consumidos, no sentido de que carregam experiências e ações de pessoas participando, de forma direta, da territorialidade e fazendo parte da dimensão social, econômica e cultural (RAFFESTIN, 1993).

Dessa forma, para a ocupação no espaço trazemos uma concepção que sua demarcação se deu através de símbolos, construções e interação com o meio, como forma de demonstrar o sentido de “propriedade”, logo, ressaltamos as dimensões da materialidade. Seed (1999) mencionando sobre o processo de ocupação do Novo Mundo nos conta que este,

foi instaurado por meio de práticas basicamente cerimoniais – os colonizadores fincaram cruces, estandartes, bandeiras e brasões; marcharam em procissões, apanharam um torrão do solo, mediram estrelas, desenharam mapas, proferiram algumas palavras ou permaneceram em silêncio. (SEED, 1999, p. 10).

Por conseguinte, o significado efetivo de fixação incorpora arquitetar o espaço, essencialmente pela implantação da moradia através da construção da casa, da cerca, do curral e outras edificações que faziam parte da posse do lugar. No entanto, além das formas construtivas, outros recursos são necessários e importantes, como, por exemplo, a disponibilidade de matéria-prima para as construções e a proximidade de fontes de água para as fazendas que auxiliavam na produção agrícola de subsistência interna. Desse modo,

fatores naturais, em particular a água, concentraram mais tarde, ao seu redor, as fazendas, os caminhos de gado e os mais densos povoamentos – sejam nas margens de rios ou em volta de cacimbas e olhos d’água (esta é uma designação que aparece frequentemente na toponímia do sertão: a atração do líquido é evidente). (DIAS, 2011, p. 48).

A construção da casa representava erigir a sede de uma propriedade, mas outros elementos, como levantamento de cercas, contribuía na sua formação e exercia uma distinção entre o público e o privado como marcador de divisa e posse. De acordo com Seed (1999), o cercamento significava o direito sobre um pedaço menor de terra em comparação com a ideia de partilhar coletivamente um grande espaço entre proprietários. As cercas são construções com diferentes papéis nas comunidades rurais; para as populações sertanejas são usadas, majoritariamente, com o intuito de guardarem animais, proteger o terreno contra animais livres ou pessoas não autorizadas, ou seja, refletem delimitação.

A cerca expressa a relação entre ser humano e vizinhança, como instrumento e símbolo de separação e desigualdade, do fechamento e do isolamento. A cerca é incorporada à paisagem pelo uso dos recursos naturais à mão, a pedra, a madeira, as ramagens, folhagens e espinhos, limitando espaços em que homens, animais e vegetação se encontram ligados em suas vidas comuns. (BARROSO, 1959, p. 10 apud SOUZA, 2017, p. 299).

Na ordenação do espaço, as cercas e sua estrutura retratam a relação do indivíduo com o meio. Sua construção era elaborada por matérias-primas que estavam disponíveis no ambiente, inclusive no Seridó as “cercas de pedras” são bem conhecidas. As “cercas de pedra” representam a relação entre indivíduos com a geodiversidade aflorante, que faz parte do patrimônio geológico das localidades em que estão inseridas. No Seridó Potiguar, as “cercas de pedras” evidencia o processo que compreende a disponibilidade de recursos geológicos com as etapas de uso, ocupação e delimitação do espaço. Assim, esse tipo de construção permanece associada com as condições geoambientais circundantes das regiões que também está vinculada

com a necessidade de construções e a oferta de materiais. Trata-se de uma técnica antiga, onde paredes são construídas a partir do empilhamento vertical de fragmentos de rochas, sem inserir nenhum tipo de material como argamassa, pois a pressão das pedras na parte superior e a forma com que elas foram interligadas fornece estabilidade para esse tipo de construção (OLIVEIRA; SENA MEDEIROS; FERREIRA, 2016).

Consequentemente, as cercas são vetores que representam o movimento dos indivíduos, atuando na delimitação, orientando direções, protegendo interiores e que figuram formas de uso e organização do espaço. Cabe salientar que em relação ao movimento das pessoas funcionam como uma ideia de limite, considerando que elas não são intransponíveis, pelo contrário, fisicamente as cercas são transponíveis, mas simboliza divisa (SOUZA, 2017).

As cercas indicam a mais primária e íntima relação do homem com o meio. As cercas fazem parte da construção social do ambiente, compondo uma paisagem bastante cara à história de um território. A historicidade das formas como são expressas as relações sociais e as estratégias de reprodução social vinculadas à terra indicam que a cerca, como artefato, como marca, como materialização de visões de mundo, modos de vida, tecnologias, não pode ser naturalizada. Sabe-se que até o século XIX, a casa dos vaqueiros responsáveis pelos rebanhos e currais era dotada de cercas apenas para confinar o gado após as grandes caminhadas, sendo o restante da fazenda na qual se localizava impreciso, com limites pautados pelo olho, pela existência de uma árvore, um curso d'água, um morro. (SOUZA, 2017, p. 311).

Quanto aos espaços de moradia na Ribeira Seridó, seus tamanhos variavam, pois, estavam de acordo com as posses e a quantidade de pessoas que viviam com o proprietário da fazenda. Chamadas de “casas de vivenda” ou “casas de morada”, em virtude de que

a pluralização do sentido de moradia era o efeito de residências que abrigavam no mesmo espaço moradia familiar, local de trabalho e habitação de escravos. Daí, serem citadas como “vivendas”, palavra que etimologicamente advém do latim, para significar subsistência, portanto trabalho; e serem descritas como “moradas”, locais onde se colocavam sob o mesmo teto, mas em cômodos separados, filhos casados, agregados e escravos. (MACÊDO, 2015, p. 141).

Foram diversificadas as técnicas construtivas e as matérias-primas empregadas na edificação da casa-sede. No Seridó foi presente as construções em pedra e cal, taipa e alvenaria, com a adesão de tijolos. Para Silva (2015), o modelo construtivo de pedra e cal remete ao estilo das “casas forte”, conhecidas como “casas de pedra”, estruturas importantes no final do

século XVII, quando fizeram parte da ocupação portuguesa, e que possuíam o uso civil com características de defesa militar.

É escasso o registro desse tipo de construção e no Seridó ficaram mais conhecidas a Casa Forte do Cuó e a chamada Casa de Pedra, a qual até hoje ainda é utilizada como residência, localizada na parte central da cidade de Caicó/RN. A memória local confere o ano de 1730 como de sua construção, entretanto não há informação sobre o seu primeiro residente. Contudo, o morador mais conhecido é o português Antônio da Rocha Gama, natural de Torre de Moncorvo, em Trás-os-Montes, Portugal, que teria habitado na Casa de Pedra entre os anos de 1775 e 1830 (MACÊDO, 2015).

As casas feitas de taipa marcaram o período inicial do povoamento do Seridó; qualificadas como uma construção rápida, eram levantadas do barro amassado com o arranjo de madeiras trançadas e amarradas com tiras de couro. “Formada a grade da casa, o fabricante da moradia, com as mãos, barreiava as paredes, rebocando-a, aos sopapos (daí ser também chamada de “taipa de sopapo”, de argila molhada)” (MACÊDO, 2015, p. 146). Como não conseguiam apoiar com segurança pavimentos superiores, majoritariamente, eram térreas. Visto que a matéria-prima utilizada não tinha resistência e durabilidade suas evidências materiais na atualidade são reduzidas, ou quase inexistentes.

A substituição da casa de taipa para edificação do tipo alvenaria, marcada pela adoção de tijolos, transcorreu lentamente. De início, os tijolos foram inseridos apenas na parte da frente, e o resto da casa continuava de taipa. No século XIX é que passou a ser predominante, com casas mais amplas sendo elevadas pelas cumeeiras mais altas (MEDEIROS FILHO, 1983).

No tocante as características construtivas das casas-sede sobressaem as paredes grossas, com esquadrias, denominação adotada para os elementos utilizados no acabamento e fechamento dos vãos de uma casa, de madeiras bem vedadas e telhas espessas. Comumente, eram implantadas na parte mais elevada do terreno, com a fachada direcionada para o nascente, garantindo que estivesse numa posição do “lado da sombra”. O objetivo dessa localização era para que o sol da tarde não incidisse na fachada principal, deixando a área do alpendre, presente em grande parte das casas sertanejas, e a sala de visitas aprazível. Além de aproveitar os recursos de ventilação e sombreamento, permitia que o proprietário pudesse visualizar as demais edificações que faziam parte da fazenda, denotando um controle do espaço (FEIJÓ, 2002; DINIZ, 2008; BORGES, 2015).

O sistema construtivo não apenas da casa, mas das outras edificações, incluíam o uso de matérias-primas do próprio ambiente. Seja para a fabricação de tijolos e argamassa ou na aplicação de caibros, brabos e ripas obtidas de árvores da região como a carnaúba, o angico, a aroeira e o pereiro, que apresentam resistência e durabilidade. Demonstrando, assim, a exploração dos condicionantes locais para essas construções (FEIJÓ, 2002).

Por se tratar de um modelo construtivo de cunho regional que representa e afirma sobre a identidade local, a análise dos estilos dessas edificações pode ser vista pela perspectiva da arquitetura vernacular que significa

todo o tipo de arquitetura em que se empregam materiais e recursos do próprio ambiente em que a edificação é construída, caracterizando uma tipologia arquitetônica com caráter local ou regional. No processo de planejamento e ordenação do crescimento urbano, as edificações históricas vernaculares são como artefatos na afirmação de identidades, que é caracterizada pela presença protetora do *genius loci*. De acordo com essa abordagem, a importância da conservação não se limita somente a monumentos arquitetônicos, mas abrange também a arquitetura vernacular, de qualquer época, que reflete momentos históricos da cidade, relacionando-o à formação e crescimento da sua malha urbana. Nessa arquitetura não são reconhecidos estilos arquitetônicos, mas a sua essencialidade tipológica e morfológica, compreendida como uma arquitetura comum, anônima, que constitui a fisionomia da cidade, e se diferencia, de acordo com as expressões e linguagens culturais, o que diferencia uma cidade e/ ou região de outra. (MARQUES; AZUMA; SOARES, 2009, p. 47).

Os demais espaços que integravam as fazendas de gado seridoenses possuíam correlação direta com a economia. Destacamos, portanto, a materialidade dessas construções de acordo com a conjuntura econômica, ordenada pela relevância de cada atividade desenvolvida: a economia do algodão, da farinha e do açúcar. Pois, seguindo pelas considerações de Carrera e Surya (2008), as edificações atestam tanto um quadro econômico quanto o assentamento e fixação da população. Além de que, “o valor da propriedade não era dado apenas pela quantidade de terra. Valorizava-se o número de benefícios que a fazenda possuía: uma casa de farinha, currais, casas de morada coberta de telhas, engenho de rapadura, represas para combater as secas” (VIEIRA JÚNIOR, 2004, p. 84).

Nas fazendas havia o cultivo de gêneros para o autoconsumo de cada sítio, consistindo em uma agricultura desenvolvida em pequenas áreas desses espaços. Macêdo (2015) atribui que as terras destinadas para a lavoura foram minoritárias e que, de uma variedade de produtos, somente o algodão e a mandioca tiveram destaque para o comércio.

A cotonicultura representou uma ascensão econômica para o Seridó no século XIX, quando nesse período houve consolidação desse setor agrário integrando a agricultura mercantil. Foram duas variedades de algodão plantadas no Rio Grande do Norte, os tipos herbáceo e arbóreo, este último conhecido como “mocó” ou “Seridó”. Detalhado por Macêdo (2012), o herbáceo tinha um ciclo vegetativo curto, mais ou menos de um ano, era o mais passível as pragas. Enquanto que o algodão “mocó” se adaptou bem ao sertão, pelas raízes mais profundas se tornou resistente as secas e infenso as pragas. Cultivado no Seridó, o algodão “mocó” teve

destaque no mercado internacional por apresentar qualidade em sua fibra, matéria-prima para os tecidos finos. Além de que, o plantio de algodão no sertão acabou como propício por auxiliar, em especial no período de seca, na alimentação do gado, quando colhido o que restava da plantação servia de ração para o gado.

Para as províncias do “Norte” a cotonicultura chegou a concorrer com o açúcar, em razão do destaque no mercado de exportação a nível mundial pelo contexto do período, em que

notadamente, podemos perceber que por duas vezes sua extroversão para o mercado inglês é o contraponto de crises conjunturais ocorridas nos Estados Unidos da América: primeiro, a Guerra da Independência Americana (1776-1783) e, segundo, a Guerra da Secessão (1860). Em ambos os casos, privada de sua principal fonte fornecedora, a Inglaterra terá de procurar outros mercados de matérias-primas para abastecer o parque têxtil britânico. Esse cenário internacional provocou a criação de outras áreas agrícolas nas províncias do Norte que não aquelas áreas voltadas para a atividade açucareira. Nesse sentido, adentrando-se pelos sertões, essa cultura ocuparia espaços antes orientados majoritariamente para a pecuária. Diferentemente dessa, porém, teria como característica inusitada para esse espaço, a produção agrícola para o mercado exterior. (MACÊDO, 2012, p. 184).

Não era exigido para o beneficiamento do algodão um espaço elaborado, por ser uma manufatura de poucas etapas. Somente para descaroçar e ensacar o algodão, se fazia suficiente não mais do que um armazém para guardar a bolandeira, máquina utilizada no descaroçamento do algodão que poderia ser movida a tração humana, animal ou a vapor (Figura 04). Esse equipamento tinha que ser disposto em um piso elevado, o qual deveria ser vazado para que os caroços caíssem, deixando a pluma separada (DINIZ, 2008).

Figura 04 – Bolandeira utilizada na manufatura do algodão da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios, localizada no município de Ouro Branco/RN



Fonte: DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2008, p. 120.

Enquanto que a farinha, como componente importante para alimentação sertaneja, esteve presente na descrição de bens inventariados, seja em espécie ou por meio dos instrumentos de seu processamento, como atesta Macêdo (2015). Esse é um aspecto que revela, em especial para os períodos de seca, o quanto a farinha era valiosa. “[...] a falta da farinha tornava seu preço inestimável. Quem a possuía guardava-a para a própria sobrevivência. O ouro não a compraria, pois mesmo ele não compra, em eventos catastróficos, o que não há para se comer” (MACÊDO, 2015, p. 92).

Pedroza (2014) em abordagem acerca do processo que envolvia a fabricação da farinha, deu destaque para a produção:

Para as pessoas mais pobres, a roda de ralar, a prensa e o forno estão dentro da cozinha, mas, se a prensa for muito grande é colocada do lado de fora da casa, mesmo ao relento. Quando há outras benfeitorias além da casa, como um rancho, a casa de farinha costuma estar lá. Como a produção farinha de mandioca quase sempre é feita dentro da moradia familiar (o que pode ser a continuação de um hábito indígena). (PEDROZA, 2014, p. 10).

Medeiros Filho (1983) aponta que as casas de farinha, ou engenho e aviamento de fazer farinha, recebiam denominações associadas com os acessórios usados em sua produção, tal como a prensa e a roda de fazer farinha. O local destinado para seu fabrico era formado por

um telheiro sustentado por colunas, estruturadas por madeiras ou tijolos. A forma construtiva elucidada por Diniz (2008), refere a construção da casa de farinha em terreno plano e consistia como um espaço simples, menor em comparação com outras edificações da fazenda, que podia até ser contígua a casa (Figuras 05 e 06).

Figura 05 – Edificação e planta baixa da casa de farinha da Fazenda Cabaceira, localizada no município de Ouro Branco/RN



Fonte: DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2008, p. 118-120.

Figura 06 – Instrumentos utilizados no preparo da farinha, com destaque para a roda, a prensa e o forno onde ocorria a queima



Fonte: DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2008, p. 120.

Importante para a dieta sertaneja e que fazia parte da economia do açúcar integrando o consumo local e, em alguns casos, o mercado interno do Seridó, temos os engenhos ou fabricas de rapadura. Para favorecer a produção da rapadura, as construções eram assentadas em terrenos de topografia descendente, pois, a garapa da rapadura escorria da moenda através do rego que, por gravidade, acabava caindo no tanque, e levada para os tachos de cozimento (Figuras 07 e 08). De forma específica,

em todos os engenhos à tração animal das fazendas do Seridó a cana-de-açúcar é processada em moenda com três rolos de ferro horizontal, acionada por almanjarras. A estrutura dessa moenda, chamada castelo, é de madeira, como também todas as peças que transmitem à moenda a força motriz vinda dos bois. Em alguns engenhos, os bois eram colocados aos pares, em cangas para dois, ou sozinho. (DINIZ, 2008, p. 115).

Figura 07 – Engenho de rapadura da Fazenda Cabaceira, localizada no município de Ouro Branco/RN



Fonte: DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2008, p. 113-114.

Figura 08 – Instrumentos utilizados para o preparo da rapadura, com destaque para a moenda, o parol, a alvenaria onde se realizava o cozimento com fogo a lenha, o tacho e as formas da rapadura



Fonte: DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2008, p. 115-118.

O desenvolvimento econômico no sertão durante os séculos XVII e XIX teve como principal vetor o gado. Criado habitualmente solto no pasto, recebia uma marca que identificasse seu proprietário, por isso que cada fazenda possuía um símbolo que as diferenciavam. O elemento que cumpriu essa função foi o ferro de marcar, antes disso, o gado passava por um processo nomeado de assinar, durante o qual eram realizados pequenos cortes nas orelhas dos animais. E até mesmo com hábito de ferrar, essa prática continuou sendo aplicada nas miunças, ou, animais de pequeno porte.

Além do ferro de marcar do proprietário, o sinal da ribeira também era aplicado no couro do animal. Para que não houvesse confusão entre os sinais, no lado direito do animal se marcava com o símbolo da fazenda, e na parte esquerda recebia o ferro da ribeira ou freguesia (FARIA, 2009). Inclusive, quando as reses eram vendidas o símbolo do novo proprietário ficava sobreposto a do antigo. Existia ainda outra forma de separar o gado dos diferentes currais, “um método mais poético e sonoro: o aboio, isto é, canto melódico, sem palavras definidas. O boi

era domesticado pelo peculiar conjunto de sons do vaqueiro, ao ouvi-lo põe-se em retirada ao curral” (ARRAES, 2012, p. 124).

Não somente como instrumento de marcar o gado, os ferros tinham uma representação para a identificação familiar. Permanecendo com base em um sinal de origem, eles sofriam pequenas alterações conforme passavam para outros membros de uma mesma família. Esse costume perpetuava os símbolos de uma linhagem de criadores, e “figurando assim como um índice de prestígio dos grandes criadores de gado, signos de poder gravados em quase todo cabedal” (MACÊDO, 2015, p. 102).

As marcas mais antigas e tradicionais são formadas de desenhos-símbolos e passadas de pai para filho por gerações sucessivas de criadores. Assim perder o ferro é, no sertão, ver se finar por morrinha ou seca a derradeira rês. Os ferros com letras do alfabeto eram tidos como de criador novato, gente que veio da praça ou do comércio e não teve o imbrigo enterrado no mourão da porteira do curral. (FARIA, 2009, p. 34).

O uso do símbolo como identificação não ficou restrita apenas para o gado, abarcando outros objetos como portas, caixotes, mourões das porteiras, talheres e sacaria que ganhavam igualmente a estampa do ferro. Da mesma forma se fazia nos queijos produzidos no Seridó, em particular o chamado queijo “de manteiga”, que em sua crosta se implantava o ferro da fazenda responsável pelo fabrico. Essa prática foi mais frequente no comércio de queijos dos séculos XIX e XX, para que fosse registrado o produtor (MACÊDO, 2015).

Necessário para o funcionamento dos engenhos movidos, na maioria dos casos, a força animal, o gado foi consumido principalmente no abastecimento da carne, importante para a alimentação sertaneja, e do couro, na qualidade de cru ou curtido, que servia de matéria-prima na fabricação de cordas, confecção de assentos, encosto de tamboretas e cadeiras, na forragem de malas e baús.

O couro, como produto comercial, não constituiu o único elemento material da cultura sertaneja a gerar lucros para os cofres dos fazendeiros, das câmaras e da Ordem de Cristo. A pecuária desenvolveu o comércio da carne bovina. Chamada de carne – seca, carne de sol ou carne do sertão os músculos dos animais abatidos passavam por um processo de salga, em seguida eram postos em varais de madeira [...] localizados nos terreiros das fazendas. Ali recebiam ventilação adequada e luz solar para a sua desidratação, este processo servia (como serve até hoje em alguns lugares) para a conservação da carne. (ARRAES, 2012, p. 128).

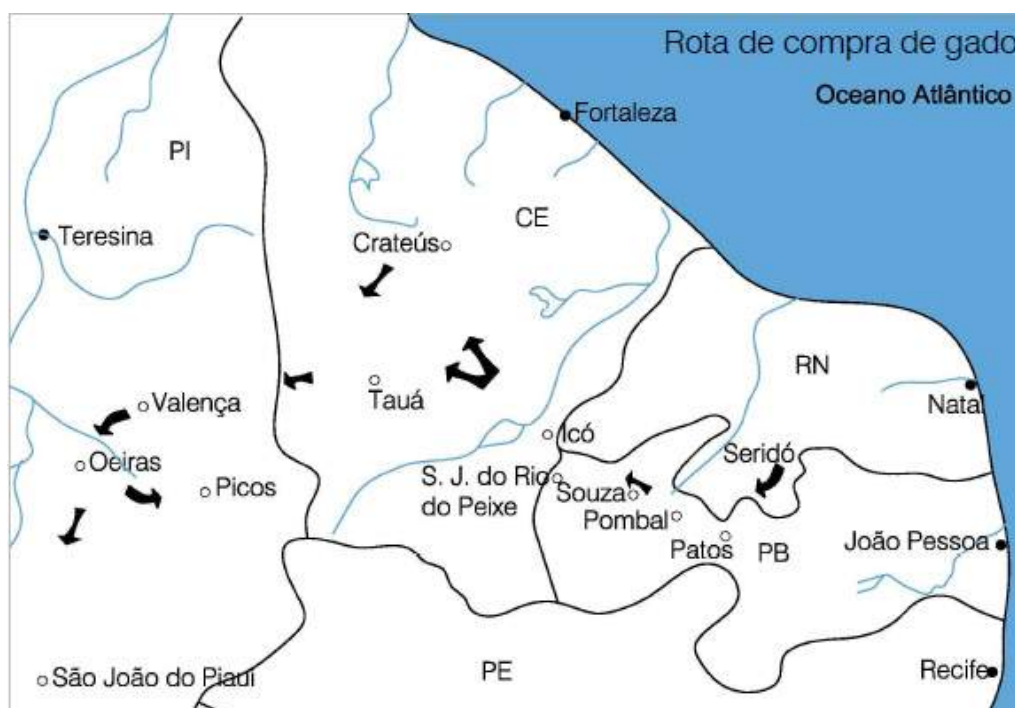
A pecuária e os produtos derivados dela integraram o comércio interno entre os sertões, como a economia da América portuguesa através do arrecadamento dos dízimos da criação (FRAGOSO; FLORENTINO; FARIA, 1998). Pedroza (2014), a respeito do mercado interno, destaca que a historiografia dedicada ao estudo da economia colonial por muito tempo priorizou a estrutura *plantation*, por ser exportadora e lucrativa. A produção de subsistência, circuitos comerciais e a diversidade do comércio interno permaneceram com pouco foco. Atentando a isso, a autora coloca que ambas as áreas, mesmo com comercializações diferenciadas, estavam vinculadas, visto que o mercado interno consistia como centro de abastecimento de produtos necessários para o desdobramento da colônia.

O estabelecimento do comércio entre as áreas sertanejas teve como principal núcleo as feiras de gado. Vilas e estradas foram fundadas e organizadas por meio do transporte do gado para as feiras, que às margens dos caminhos percorridos povoações surgiram, mesmo que em carácter embrionário, e algumas feiras favoreceram o desenvolvimento de arraiais. Em relação as estradas citamos a do Jaguaribe, que ligava o litoral do Ceará ao rio São Francisco, sendo uma rota de caminho criada nas beiradas do rio de mesmo nome. A Estrada das Boiadas, outro percurso de penetração, com origem no início do século XVIII, conectava a porção litorânea de Pernambuco, passando pela Paraíba, ao sertão do Piauí (ARRAES, 2012).

[...] percebemos que apesar da grande vastidão do sertão nordestino e das dificuldades da implementação de vias de comunicação entre as localidades, a dinâmica pastoreia e a necessidade do movimento para compra e venda do gado criou uma rede de caminhos para o fluxo de suas mercadorias, composta somente de estradas e uma frágil malha urbana, já que esta economia não necessitava de implantação de linhas férreas. (DINIZ, 2008, p. 49).

Medeiros Filho (1983) sobre o gado destinado as feiras, diz que era composto pelos chamados bois erados ou de era, com idade de quatro a seis anos. Já para o consumo doméstico se destinavam as vacas que não podiam dar crias. No que tange as etapas de comercialização do Seridó, ocorria pela compra do gado no Piauí; transportando os animais, havia o abastecimento de farinha e rapadura no Ceará, particularmente, no Cariri. Depois da engorda, o gado passava a ser encaminhado para a venda nas feiras da Paraíba e de Pernambuco (MACÊDO, 2012). Seguindo para os centros de comercialização, as rotas do Seridó se dava pelo interior das áreas pertencentes a Paraíba (Figura 09).

Figura 09 – Rotas de comércio do gado do Seridó



Fonte: DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2008, p. 51.

As feiras, além da venda das reses, proporcionavam o acesso a outros gêneros necessários para a subsistência da fazenda, como o milho, feijão, farinha, fumo, aguardente. Bem como, a mercadorias mais elaboradas, geralmente trazidas das feiras de Pernambuco, como tecidos, ferrarias e louças. “Quando a comunicação era difícil e perigosa, quando os lugares nos quais se podiam encontrar artigos europeus ou de primeira necessidade estavam distantes e eram escassos, as feiras rompiam tais barreiras” (ARRAES, 2012, p. 137).

Notadamente, esse cenário confere perceber ações de movimento e conexão nos sertões nordestinos. A economia do gado era composta por mobilidade, seja em períodos fartos de bom inverno ou naqueles em que a seca se fazia mais presente. Ambos contextos são representações desse território, permeado por fronteiras e em cujo espaço, havia circulação e produção de bens.

Aparentemente gerando efeitos de sedentarização, a pecuária não era em essência estacionária. Na fartura proporcionada pelo bom inverno ou na pauperização comandada pelas secas, os sertões sempre experimentaram o movimento – o fluxo e refluxo de gente e gado – como marca ora de júbilo, ora de dramático desenraizamento. Comprar gado no longínquo Piauí, engordá-lo no Seridó, e conduzi-lo para as feiras da Paraíba e Pernambuco,

inscreviam nesse âmbito da abundância. Vê-lo extraviado pela ausência de forragem nos períodos de seca, ou conduzi-lo – para quem tinha condições para tanto – para uma sobrevida no refrigerio dos brejos e beira-mar, assistir às cenas aterradoras das colunas de retirantes famintos, que produziram as mais intensas imagens da fome na literatura e pintura brasileiras, eram fatos que pertenciam à ordem desse ambiente de abandono. (MACÊDO, 2012, p. 115).

“A despeito de tudo, o gado possibilitou o movimento de mercadorias e pessoas” (MACÊDO, 2015, p. 224). A pecuária, como base desse contexto, foi responsável pela formação econômica e também social do sertão do Seridó, que teve como eixo a implantação de fazendas. Ainda hoje, elas são presentes na paisagem rural, e suas estruturas remetem a organização e territorialização do espaço. Da mesma forma que estão relacionadas com a identidade material desse sertão. A partir da materialidade, percebemos que proporciona análises e outros olhares para o sertão, em oposição a discussões que o consolidaram apenas pelos qualitativos pautados na negatividade do espaço. As dimensões físicas é uma maneira de colocar os sertões e os sertanejos para além de uma sociedade considerada como estática.

2

POR UMA ÓTICA ARQUEOLÓGICA: SERTÕES E SERTANEJOS A PARTIR DA CULTURA MATERIAL

Constituir uma ocupação humana e, por conseguinte, territorializar um espaço, é um processo que envolve, para que se efetue, uma variedade de instâncias relativas à vida social dos agentes que integram determinado contexto sócio-histórico. Como base disso, temos a relação entre grupos humanos e ambiente, representado pela ação e interação com o meio físico, que resulta categorias variadas de estruturas concretas, as quais incorporam o que chamamos de *cultura material*. Fundamentalmente, as coisas materiais são evidências que indicam sobre os modos de vida dos diferentes indivíduos e que atuam conseqüentemente na identificação de suas práticas, enquanto grupo, no espaço. Tendo isso em vista, a dimensão física está presente na ação humana e em todas as suas circunstâncias (MENESES, 1983).

Meneses (1980) aborda que as formas concretas ou a cultura material é composta por artefatos que inclui desde utensílios até estruturas de todo tipo, inclusive as paisagens alteradas e apropriadas pelos indivíduos. Nessa perspectiva, os artefatos são produtos e vetores das relações sociais (MENESES, 1983), equivalendo, portanto, como fonte de informação, uma vez que “é o trabalho humano que transforma a natureza em objetos, criando esse espelho no qual podemos compreender quem somos. Assim, o trabalho produz cultura em forma de treco” (MILLER, 2013, p. 90). Isso condiz ainda com o que Miller (2013, p. 92) denomina de *objetificação*, como uma teoria que os objetos nos fazem conforme os fazemos, então em última análise, não há separação entre sujeitos e objetos.

Também é importante inserir nesta percepção o que Fernand Braudel (1995; 2009) chamou de *vida material*, como aquela que existe sob o signo da rotina, isto é, ocorre através das práticas cotidianas. Logo, a “vida material são homens e coisas, coisas e homens” (BRAUDEL, 1995, p. 19), e tem como cerne a ideia de movimento definida com base na circularidade, determinada pelo contado entre diferentes pessoas em suas ações habituais. Destarte, “nós não começamos a partir do que as sociedades fazem com as coisas, mas é a circulação de coisas que cria a sociedade” (MILLER, 2013, p. 103).

Essas observações são importantes para entendermos a definição de cultura material aqui adotada e que está apoiada em Meneses (1983), como aquele segmento do meio físico

apropriado pelos sujeitos. Isso significa que a ação humana intervém, modela e dá forma a elementos do ambiente, seguindo propósitos e normas culturais. Assim sendo, estas ações não se processam de maneira aleatória, casual e individual, mas se alinham de acordo com padrões que buscam objetivos e projetos. Por cultura material compreendemos,

artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica). (MENESES, 1983, p. 112).

É notório a presença constante e, por assim dizer, em toda parte, da materialidade nas atividades humanas (MENESES, 1983), considerando que são estruturas fundamentais e necessárias para o seu desenvolvimento. Inserida nos níveis da vida dos homens, a cultura material torna-se passível de leituras que atingem as esferas correspondentes a produção dos indivíduos no espaço.

Nos diferentes grupos humanos, a cultura material possui uma importância fundamental na transmissão e preservação de conhecimentos e na orientação das pessoas em seu ambiente natural e social. [...]. Ao mesmo tempo, a cultura material é um veículo a partir do qual os grupos sociais constroem sua alteridade e expressam mensagens sobre o seu modo de pensar e de viver [...]. (SILVA, 2002, p. 120).

A abordagem trazida por Hepp (2017) é significativa por situar a cultura material como aquela que possui relação e influência nas práticas e modos de organização, como permite atentar para as estruturas sociais e mentais dos grupos humanos. Da mesma forma que as estruturas materiais, para a constituição dos indivíduos, são referências quanto a construção e afirmação de identidades, onde seus elementos atuam também como demarcadores. Por meio do caraipé, aditivo de origem vegetal que é incorporado a pasta de argila para a confecção da cerâmica, Hepp (2017) instituiu seu ponto de análise posicionando-o como uma parte da cultura material que esteve presente em diferentes populações que adotaram seu uso, e que demonstrou aspectos de um processo resultante da interação entre estas.

O caraipé, relacionado primeiramente aos grupos indígenas da Amazônia desde 3.200 anos A.P., teve sua dispersão no Brasil em áreas dos biomas Amazônico e Cerrado onde existem registros. O uso desse aditivo não inclui apenas as populações pré-históricas, mas foi verificado

em contextos coloniais, pós-coloniais e em comunidades tradicionais contemporâneas. Isso denota que fabricar a cerâmica com caraipé teve continuidade após o contato com europeus e africanos, remetendo a um contexto em que as populações indígenas estiveram inseridas. A compreensão do caraipé, enquanto componente tecnológico na produção dos vasilhames cerâmicos, perpassa os aspectos funcionais em razão de que os significados que seu uso deriva estão relacionados com a apropriação, iniciada a partir da dispersão com as populações ameríndias.

A verificação desse processo histórico permite pensar na relação criada entre os grupos étnicos envolvidos e os conhecimentos tradicionais, e como o uso desse aditivo na produção de utensílios de cerâmica, primeiramente exclusivo dos ameríndios, passou a ter o seu “saber fazer” (know-how) da cerâmica compartilhada por parte de populações etnicamente distintas, mas inseridas numa mesma relação de poder e exploração. Esse contexto não só afetou intrinsecamente na manutenção desse elemento material, como perseverou ao longo dos anos o conhecimento como um marcador cultural presente dentro da estrutura da sociedade colonial. (HEPP, 2017, p. 196).

Como campo de observação, o caraipé proporciona apreender a existência de um processo de interação entre grupos diferentes que não pode ser lido apenas como resultado de características herdadas, mas que corresponde a inserção da cultura material evidente através do saber fazer da cerâmica. “Assim, observa-se que o uso do caraipé está distintivamente ligado a um processo histórico e que permeia as relações entre diferentes grupos, culturas materiais, tecnologias, significados e etnicidades” (HEPP, 2017, p. 203).

Continuando a elucidar acerca da cultura material como meio para a compreensão das populações humanas é interessante inserir o estudo sobre a comunidade quilombola de Cinco Chagas do Matapi, localizada no Estado do Amapá, realizado por Jacques (2013). Para essa comunidade a materialidade está diretamente conectada com suas experiências de vida, expressadas a partir de relatos de memória e da oralidade. Isso teve visibilidade, para a autora, quando pessoas da comunidade encontraram em seu território uma vasilha de cerâmica e sentiram o desejo de saber mais sobre o objeto.

Os relatos que permeavam a vasilha eram “associados a uma história passada de geração para geração, que fala de vasilhas com ouro no seu interior e que aparecem nos sonhos das pessoas em lugares diferentes, desaparecendo em certas circunstâncias para reaparecer em outros locais” (JACQUES, 2013, p. 11). Correspondia, portanto, a um objeto que embora possuísse um imaginário era responsável também por correlacionar o passado da comunidade com as experiências que as pessoas conservaram com esse tipo de vasilha.

Com isso, por um projeto de resgate emergencial seguindo o pedido do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Amapá ocorreu na área uma escavação arqueológica. Na etapa de campo relatada por Jacques (2013) foram identificadas mais duas vasilhas de tamanhos menores em relação a que foi achada pela comunidade, e na parte interna de cada uma delas tinham pequenos pratos, em que naquele pertencente a primeira vasilha detectada continha um pó branco. Com a interpretação do contexto estratigráfico, houve indicação de abertura de uma vala para a deposição dos objetos, constatando que esses artefatos estavam vinculados a um contexto funerário remetendo a ocupação indígena.

As interpretações da pesquisa arqueológica são importantes para o conhecimento, entre tantos aspectos, do histórico de ocupação do espaço que está sendo habitado por essa comunidade. Contudo, o ponto de destaque é para a relação que essas pessoas manifestavam com a cultura material, expressada a partir dos relatos de vivências sobre como os objetos e a própria paisagem ativavam memórias pessoais e coletivas. A comunidade de Cinco Chagas é um exemplo que “mostra que as relações das pessoas com a cultura material são múltiplas e ricas, suscetíveis a novas interpretações e repassadas através da oralidade” (JACQUES, 2013, p. 15).

A vida dos homens e suas estruturas são expressas no concreto, nos e pelos objetos (PESEZ, 1990). Assim, a cultura material é o produto das relações entre pessoas, passando a ser evidência e suporte enquanto testemunho histórico, porque tudo o que o homem fabrica pode ou deve informar sobre ele (BLOCH, 2001). Logo, na qualidade de documento, por sua natureza, a materialidade esteve inserida nas diferentes estruturas sociais, não exclusivamente naquelas de uma posição imperante.

Como fonte, ela possibilita o acesso àqueles segmentos não presentes na historiografia oficial, atingindo as histórias que foram, de alguma forma, silenciadas e passando a ser uma categoria que dá acesso a maioria (COSTA; VIANA, 2019; PESEZ, 1990). A cultura material, ou materialidade, pode ocupar e fornecer um espaço de visibilidade para os indivíduos e suas narrativas, como é o caso de populações indígenas, escravas, assim como, sertanejas. “Por essa via, recupera-se a voz ativa das maiorias silenciosas, na medida em que se oferece o resgate da cotidianidade/cotidianeidade a partir da cultura material” (AZEVEDO NETTO; SOUZA, 2010, p. 72).

Em conformidade com isso, Funari (1998) considera que os vestígios materiais se tornaram significativos e concederam acesso mais direto para algumas temáticas invisíveis na História, em especial, aquelas sobre os contatos dinâmicos entre elite e não-elite, entre vernacular e estilístico. Atentando para isso, o seguimento desta discussão possui dois enfoques, que estão centrados com o objetivo de posicionar e delimitar o campo da cultura material abordada.

A princípio tratamos acerca da *Arqueologia Histórica*, como área de investigação dedicada ao contexto das transformações ocorridas no Novo Mundo. Visto que, para a Arqueologia, a cultura material esteve como principal fonte de estudo, desde sua formalização no fim do século XIX. Em seguida, pensando em visualizar uma materialidade proveniente dos sertões nordestinos, dedicamos nosso olhar para uma *Arqueologia Histórica Sertaneja*, como um modo de destacar seu potencial para compreensão dessas populações e suas vivências no espaço, através de sua dimensão material.

2.1 Arqueologia Histórica e Arqueologia Histórica Sertaneja

Sem grandes pormenores, a Arqueologia Histórica corresponde ao estudo da cultura material de populações letradas. O desenvolvimento como área de conhecimento esteve fundamentado inicialmente no interesse pelas civilizações clássicas, a princípio grega e romana, quando os objetos passaram a ser vistos como fonte de informação. Os documentos escritos forneciam dados cronológicos e contextuais enquanto que a cultura material, com ênfase para a arquitetura e peças de arte, tinha o propósito de demonstrar as causas que resultaram no progresso da arte clássica, observada pelas condições sociais e habilidade artesanal. Tendo como exemplo a egiptologia e assiriologia, que não dispunham de documentação direta e pouco se sabia sobre essas sociedades, a cultura material foi essencial pelas inscrições encontradas nos objetos que possibilitaram obter dados sobre elas, como é o caso da Pedra de Roseta crucial para a decifração dos escritos egípcios (TRIGGER, 2004).

Hoje faz parte da Arqueologia Histórica variados campos de estudos, os quais abrangem o interesse por grupos distintos envolvidos em seus próprios contextos e períodos históricos. Por isso que é necessário situar contextualmente a Arqueologia Histórica abordada, como a que corresponde aos acontecimentos que tiveram como ponto de partida a expansão europeia. Responsável por conectar territórios e que derivou no choque do contato entre diferentes povos, demarcando o que tradicionalmente na historiografia ficou designado como período moderno.

Para o Novo Mundo, a expansão ultramarina europeia representou o genocídio das populações nativas e escravização de povos vindos do continente africano. Foi um processo orientado por uma nascente situação econômica que provocou o surgimento do sistema capitalista, em sua forma agressiva de imperialismo, que deu seguimento a uma produção de objetos em grande quantidade e em busca por lucro (IGLÉSIAS, 1992).

Orser (1992) faz referência que, para essa conjuntura, a disciplina visa entender a criação de um mundo novo, conseqüente da interação entre povos diversos tendo em conta

sistemas culturais, sociais, tecnológicos e econômicos iniciados no século XV. Enquanto área de atuação, a Arqueologia Histórica não está centrada exclusivamente em personalidades e localidades famosas, mas fez parte do amadurecimento da disciplina o empenho em estudar e evidenciar pessoas que não pertenciam as classes dominantes, como indígenas, escravos, operários, imigrantes e, associado a isso, os elementos que sofreram adaptação, transformação ou foram criados ao longo desse processo. Logo,

a arqueologia histórica objetiva investigar, descrever e explicar o comportamento humano, seu foco aqui é reconstruir o modo de vida das pessoas. Reconstruir modos de viver passados é descrever seus tipos de comida, padrões de moradia, vida cotidiana, relação econômicas, estruturas sociais, enfim, a cosmovisão de determinados grupos culturais. E tudo isso com o objetivo final de entender processos regionais e globais mais amplos como o colonialismo, o capitalismo e a escravidão. (COSTA, 2010, p. 25).

Fazendo alusão a escrita da história, no caso americano, Little (2014) refere que foi um processo conduzido pelos europeus que ocupavam a posição de dominantes. Atentando para isso, a Arqueologia Histórica abriu possibilidade para que outros problemas e narrativas fossem encaradas por outro ponto de vista. E que mais vezes passassem a ser acrescentadas a nossa percepção do passado, principalmente sobre os grupos que estiveram à margem da construção do registro escrito. Isso justifica, portanto, o interesse e “engajamento recente da disciplina com conceitos como capitalismo, ideologia, desigualdade, poder e heterogeneidade e por dar muita atenção à interpretação dos significados e usos da cultura material” (LITTLE, 2014, p. 122).

Da mesma forma que procurou “compreender as redes de ligação entre os povos no mundo moderno e os processos de constituição destas culturas, não apenas do ponto de vista colonialista eurocêntrico, como também de cada uma destas sociedades, contribuindo para a construção de narrativas multivocais descolonizadas” (AMARAL, 2012, p. 29). Seguindo isso, a Arqueologia Histórica acabou por fornecer aberturas para a vida diária do povo permitindo, através disso, superação quanto a parcialidade das evidências eruditas. Os objetos como construções materiais representam e apresentam condicionamentos para o comportamento humano e induzem o indivíduo a agir, onde os itens materiais criam ideia sobre nós e para nós mesmos (COSTA, 2010).

Em relação ao histórico de instituição da Arqueologia Histórica no Brasil, as primeiras manifestações de interesse surgiram no início da década de 1950, com foco na aplicação de técnicas arqueológicas aos contextos derivados de colonizadores europeus e seus descendentes, como também de seu contato com as populações nativas. Porém, é apenas no começo dos anos

de 1960 que a Arqueologia Histórica passou a ser reconhecida como um campo de pesquisa, mesmo que suas investigações fossem conduzidas por arqueólogos pré-históricos, em sítios históricos. Esse momento se justificou principalmente pela implementação da lei n. 3.924, responsável pelo fortalecimento de pesquisas por todo país (LIMA, 1993).

Symanski (2009) atribuiu os anos de 1960 a 1980 como o período de formação da disciplina no país, definido pelo avanço de pesquisas institucionalizadas. Nesse cenário inicial, a Arqueologia Histórica estava ligada as esferas patrimoniais de cunho arquitetônico e elitista que privilegiava bens culturais, como “monumentos de pedra e cal”, predominantemente testemunhos materiais imponentes estavam relacionados com os padrões estéticos hegemônicos, valorizados como expressões culturais principalmente no período de funcionamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que não incluíam a diversidade que caracteriza a produção cultural brasileira (FONSECA, 2003).

O interesse pela arquitetura, por um bom tempo, determinou os rumos da área cujo foco estava voltado para igrejas, conventos, missões, fortificações e residências não oficiais ligadas a indivíduos com maior relevo social e econômico. Os trabalhos acabaram concentrados na região sul com as missões jesuíticas e, na região nordeste com pesquisas em fortificações e igrejas, especialmente em na área do litoral de Pernambuco. O desenvolvimento de trabalhos em ambas áreas estava relacionado com os primeiros momentos de ocupação europeia. Em 1970, principalmente na região sul, outra linha de investigação passa a ser aprofundada em decorrência dos trabalhos desenvolvidos nas missões, que é sobre os contatos interétnicos, que são aprofundados na década seguinte (LIMA, 1993).

O panorama das pesquisas nessas edificações, do início do período colonial, tinha como direcionamento a identificação e delimitação espaço-temporal de complexos de artefatos associados a populações específicas, essa ideia era aplicada tanto aos sítios pré-coloniais quanto coloniais. Questões acerca da cultura material, em especial a cerâmica indígena, eram abordadas a partir do processo de aculturação, levando em conta a análise da substituição gradual de uma materialidade indígena pelos artefatos europeus. Posteriormente, o uso do conceito de aculturação na arqueologia sofreu críticas por seguir uma noção de cultura material como indicador passivo de etnicidade. Pois esse modelo estava apoiado no pressuposto de que a adesão, por parte de um grupo étnico, de itens materiais e traços culturais de outros grupos acarretava na gradual perda de identidade original das populações que utilizaram a cultura material de fora. Dessa forma, o princípio da aculturação consistia como unidirecional, com visibilidade para o grupo que tinha uma posição elevada politicamente (SYMANSKI, 2009).

Os anos de 1980 e 1990 são pensados por Symanski (2009) como o período de consolidação da Arqueologia Histórica no Brasil. Teve destaque o surgimento de novas abordagens pautadas no reconhecimento do potencial para o estudo dos grupos étnicos e

segmentos subalternos. Além disso, o interesse esteve centrado em recuperar memórias sociais, estudos de práticas cotidianas e reinterpretar a história oficial. Havendo um acentuado número de estudos sobre sítios de contato euro-indígenas, quando também foram iniciados estudos nas unidades domésticas ocupadas tanto pela elite como por populações marginalizadas. E seus espaços entraram em foco, como é o caso de quilombos, aldeamentos indígenas pós-missionários e o arraial de Canudos.

Novas temáticas bem como o aprofundamento de outras que já eram trabalhadas, de forma geral, incorporavam o potencial informativo do registro arqueológico. Atentando para a dinâmica social, seja seguindo discussões sobre o contato interétnico e o processo de aculturação indígena; ou abrigando novas abordagens relativas a variação socioeconômica de unidades domésticas habitadas por grupos sociais diversos, conjuntamente com o estudo de padrões de assentamentos de grupos quilombolas, dando destaque as estratégias empregadas para evitar ou dificultar o acesso dos caçadores de escravos em seus locais de moradia. Seguindo com a análise desse autor, ainda que tenham sido adotados novos enfoques, a maior parte dos trabalhos continuaram com o caráter descritivo, presente nas décadas anteriores, dos aspectos da geografia, histórico, procedimento de campo e do material arqueológico coletado.

“Vinhos velhos com novos rótulos e tendências recentes” (SYMANSKI, 2009, p. 283), essa é a maneira pela qual o autor qualifica a arqueologia história para o período dos anos de 1990 ao começo do século XXI. Esse momento ficou marcado pela ampla diversidade de tipos de sítios históricos, como espaços povoados e relacionados com as atividades de mineração, lixeiras coletivas urbanas, senzalas, cemitérios, estradas coloniais e engenhos que passaram a serem pesquisados, posto que eram desconsiderados nos anos anteriores. No entanto, continuava o interesse em espaços que já eram focos de pesquisas nas décadas anteriores, como as fortalezas e monastérios, sítios missionários, quilombos e unidades domésticas rurais e urbanas. Acerca das categorias dos materiais, além da cerâmica, outras tipologias ganham destaque incluindo os diversos tipos de louças, artefatos vítreos e itens de metais.

Essa conjuntura fez com que novos olhares fossem destinados para questões que envolvessem comportamentos de consumo, relações de poder, gênero, construção de identidades, o papel estruturador do ambiente construído e das paisagens. Por conseguinte, esses novos enfoques tinham como ponto em comum a preocupação em entender os contextos locais em função de uma escala macro, pois, as relações dessas estruturas constituíram o mundo moderno. Condizente com o fato de que

[...] é inegável o impacto devastador do processo de expansão das potências europeias sobre as populações nativas americanas, bem como os enormes movimentos populacionais transoceânicos que foram produto desse processo, envolvendo populações da África, Europa e Ásia, que remodelaram a

configuração material, social e cultural das Américas. Nesse sentido, Orser (1996) chama a atenção para quatro dimensões fundamentais, caracterizadoras do período moderno, que devem ser consideradas por arqueólogos que adotam esta perspectiva: o colonialismo global, eurocentrismo, capitalismo e modernidade. (SYMANSKI, 2009, p. 287).

Em relação a Arqueologia Histórica na região Nordeste, de forma mais centrada, situaremos somente as pesquisas sobre o Arraial de Canudos e o Quilombo de Palmares. Isso se justifica em função de que ambos contextos expressam o nascente interesse a grupos que não aturam diretamente na construção do registro escrito próprio. Assim como, enfatizar Canudos e Palmares pelo prisma arqueológico é inserir sobre a complexidade desses eventos e outras leituras obtidas através da cultura material.

Os trabalhos no âmbito da arqueologia em Canudos tiveram início em 1986, sofrendo um considerável período de interrupção quando retornou em 1997. As pesquisas arqueológicas nessa região se deram através de um projeto promovido pelo Governo do Estado da Bahia que pretendia o desenvolvimento do semiárido com a implantação de um parque histórico, o qual atingia uma área de 18km² da microrregião de Canudos. Os acontecimentos de Canudos tiveram proeminência principalmente pela obra euclidiana *Os Sertões*, publicada em 1902, que usando as palavras de Zanettini (2003, s/p), por sua densidade, intensidade e qualidade acabou ganhando o foro de fonte histórica. Sem dúvidas que Euclides da Cunha, na qualidade de correspondente militar, não realizou exclusivamente descrições dos combates, mas seu texto atuou numa construção da representação e da significação do sertão e dos sertanejos sobretudo.

Os Sertões de Euclides é apenas um exemplo da vasta produção bibliográfica que os episódios de Canudos geraram, inclusive constituiu como uma das obras mais conhecidas que até hoje é objeto de análise por pesquisadores. Para além disso, o que procuramos demonstrar é Canudos como um espaço onde os acontecimentos em conjunto com memórias estiveram expressos na materialidade, por meio de alguns resultados obtidos pela arqueologia. Zanettini (2003), que participou como consultor dos projetos, ao ter contato com a área relatou que a marca da guerra era presente, visível pelos objetos como cartuchos e projéteis e as trincheiras, sepulturas e restos de edificações.

Como ponto inicial inserimos sobre a escolha do local por Antônio Conselheiro para o estabelecimento do arraial, a maioria das produções o retrata somente como uma fazenda antiga e abandonada localizada as margens do rio Vaza Barris. A leitura do espaço indicou que não era um lugar ermo e desabitado, pelo contrário, a área de Canudos havia sido intensamente habitada em diferentes períodos. Uma vez que foram encontrados lascas e utensílios de pedras e nas escavações das ruínas da casa sede da fazenda foram coletados fragmentos de louças relativa a uma produção europeia dos séculos XVIII e XIX.

Zanettini (2003) afirmou que existia interesse em compreender acerca do lugar, por isso houve observação da cartografia da região verificando os vários caminhos que se convergiam para Canudos. Constando que até mesmo antes de Conselheiro se fixar, esse local ocupava uma posição estratégica no âmbito regional. A leitura do espaço também permitiu que fosse levantada questões a respeito da dificuldade do avanço bem como o recuo das tropas legais. Aqueles que guerrearam e eram responsáveis pela proteção de Canudos tinham grande conhecimento do terreno, coisa que era fundamental. Portanto, houve uma ciência na guerra jagunça, houve uma estrutura.

Muitas das indagações surgidas na primeira etapa de trabalho da década de 1980 não tiveram seguimento devido a interrupção sofrida. Em 1997, com a aproximação do aniversário de centenário do conflito, o projeto foi retomado para a implantação efetiva do Parque Estadual e Memorial de Canudos. Nessa segunda fase, a equipe de pesquisa encontrou uma nova paisagem, “nossa primeira constatação foi de que a ausência de proteção conduziu, em uma década, à redução ou desaparecimento por completo de vestígios que outrora brotavam do chão. Encontramos gente de Canudos comercializando souvenirs da guerra” (ZANETTINI, 2003, s/p).

Esse novo cenário necessitou de algumas demandas como resgate do patrimônio e maneiras de torna-lo benéfico para a população sertaneja, a concepção de roteiros e definição de lugares para visitação. Um dos locais estudados nesse momento se chama Vale da Morte, localizado no interior do parque, o qual possuía a maior quantidade de sepultamentos. Nesse cemitério de Canudos constava a presença de ossos humanos junto de ossos de animais, cadáveres insepultos ou com cobertos com uma pequena quantidade de terra. “Estão ali centenas de combatentes. Eles são um pedaço da história que não pode ser esquecida. A guerra de Canudos teve dois lados e essas marcas da passagem humana devem ser preservadas” (ZANETTINI, 2003, s/p).

Outros espaços que passaram por intervenção arqueológica, em razão do açude de Cocorobó ter alcançado a capacidade mínima durante o período de 1997, foi o Marco Villa e a Praça das Igrejas. É interessante observar sobre a representatividade da construção do açude, iniciada na década de 1950 e localizado no centro da Canudos de Conselheiro. E foi vista como uma forma de apagar a memória desse lugar, em decorrência de que muitas pessoas retornaram a ocupar essa área com intuito de reconstruir a antiga Canudos. Zanettini (2003) menciona que pouco se fala sobre o término da guerra e a vontade de várias pessoas permanecerem em Canudos, através da nova comunidade de sobreviventes que estavam se organizando nas margens do rio Umburanas.

Direcionando para as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no Quilombo de Palmares, também se trata de um espaço que possui vasta produção bibliográfica relacionada, em termos,

com a “história oficial”. Associado a isso, temos ainda o forte simbolismo que Palmares representa expresso através da figura de Zumbi, importante para a memória do povo negro que destacou a Serra da Barriga reduto principal do quilombo de Palmares, tombada pelo IPHAN em 1985. Todos esses fatores estiveram diretamente presentes no processo de desenvolvimento das pesquisas e, particularmente, nas interpretações sobre a cultura material de Palmares.

As atividades iniciaram a partir do Projeto Arqueológico Palmares coordenado por Charles Orser e Paulo Funari. Pensado como um meio de estudo para temas como escravidão, quilombismo, exploração e relações sociais refletidas na cultura material, o projeto tinha interesse em tornar as informações obtidas acessíveis a sociedade. As primeiras etapas de campo ocorreram entre os anos de 1992 e 1993 que derivou a identificação de quatorze sítios. Destacando que o objetivo inicial correspondia em localizar e pesquisar dez aldeias de Palmares, datadas entre o período de 1670 e 1694. Nos sítios encontrados o procedimento seguiu a coleta de uma amostra que caracterizasse cada sítio, com o intuito de visualizar e detectar os vestígios da Serra da Barriga e avaliar a variedade de materiais disponíveis. A maior parte do material coletado foram cerâmicas que apresentaram uma diversidade considerável em relação aos tipos de materiais que cada área localizada possuía (ORSER; FUNARI, 1992).

Allen (2010) realizou intensa análise acerca dos dados adquiridos pela arqueologia de Palmares, inclusive assumiu a coordenação do projeto desde 1996, e em 1997 ele redefiniu a área de estudo adicionando mais quatro sítios. De forma geral, a interpretação das pesquisas dos anos 1990 são definidas por um caráter exploratório, uma vez que consistiram em informações básicas e preliminares de locais determinados. Especialmente, naquelas correspondentes as primeiras etapas de campo, que a história oficial em conjunto com os documentos de época, tiveram grande influência na interpretação arqueológica dos vestígios coletados.

Em 1997 a medida que o trabalho arqueológico avançou, a cultura material coletada demonstrava e ressaltava uma forte presença indígena em Palmares, o que não foi bem aceito porque a imagem do sítio permanecia vinculada como um lugar de resistência negra. A expectativa com a arqueologia em Palmares, por diferentes órgãos, era que fosse revelado sobre o cotidiano do quilombo. Então a frequência dos vestígios relacionados as populações indígenas formavam uma barreira para esse discurso. Ademais, por todo esse contexto, nesse mesmo ano houve proibição de seguir com as pesquisas arqueológicas, o que acabou contribuindo para que as autoridades transformassem a Serra da Barriga em uma imagem condizente com as perspectivas e discussões formados para esse espaço (ALLEN, 2006).

As investigações retornaram em 2005 com o projeto Parque Memorial Quilombo dos Palmares, concluído em 2007. O objetivo do projeto designava tornar o sítio em um espaço turístico, educativo e cultural como uma forma de desenvolver a valorização do passado dos palmarinos e oferecer ao público um lugar de reflexão.

O papel principal da arqueologia no período 2005-2007 foi acompanhar esse processo de desenvolvimento e oferecer conselhos técnicos baseados em pesquisas de campo. Estávamos encarregados de delimitar sítios existentes, formular estratégias para uma arqueologia de salvamento onde for necessário, designar áreas a serem preservadas, e identificar áreas propícias para estudos profundos. (ALLEN, 2010, s/p).

Os estudos dos anos 2000 revelaram muitas evidências equivalente a um assentamento indígena, como o piso de uma oca, várias estruturas de sepultamentos em urnas funerárias, ferramentas líticas e cachimbos de barro. Também foram encontrados artefatos históricos como louças, resíduos de chumbo e muita cerâmica. Todavia, são dados que não revelaram tanto sobre a vida cotidiana de Palmares, sendo uma cultura material que em sua maioria remete mais para a compreensão da vida indígena. No entanto, não é descartado a presença de artefato de confecção palmarina que Allen (2010) identificou como uma tigela rasa e aberta fabricada utilizando o torno.

As condições atribuídas para algumas das análises realizadas por pesquisadores que acreditaram terem coletado objetos com influência africana foi estabelecida por Allen (2010) por duas vias. Em primeiro lugar, a sedução em correlacionar africanismo nos elementos culturais e, sobretudo, a ausência de conhecimento profundo dos vestígios arqueológicos em escala regional. Esse tipo de prática necessita de cuidado para regiões que eram desconhecidas arqueologicamente, como o caso de Alagoas.

Foi uma arqueologia que, pelo menos no estágio inicial, esteve direcionada apenas para um momento histórico notavelmente importante em termos sociais e políticos contemporâneos. Como avaliação final, a leitura arqueológica precisava de redirecionamento partindo do afastamento da história oficial, leitura crítica dos documentos e atentar principalmente para o contexto sociocultural regional. Palmares foi um espaço multivocal com vestígios que diz respeito a uma variedade de vozes e histórias que precisam ser conhecidas (ALLEN, 2006; 2010).

Restringindo para o contexto da Arqueologia Histórica no Rio Grande do Norte, explanamos a partir do balanço realizado por Silva (2014). Comumente, os institutos históricos e outras academias científicas que foram responsáveis pelas primeiras indicações a respeito dos vestígios materiais do período colonial e imperial. No caso do Rio Grande do Norte, a produção de uma intelectualidade local com interesse na pesquisa sobre o Estado ficou a cargo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), criado em 1902. Onde as menções da dimensão material estavam concentradas na história da arte, da arquitetura civil e regional, tal como na história política e econômica do Estado, não se caracterizando por um interesse de viés arqueológico.

As edificações e ruínas eram presentes em grande parte dos relatos, havendo citações frequentes. Entre as mais conhecidas estavam a Forte dos Reais Magos, os engenhos de Cunhaú e Uruaçu, o engenho Potengi ou Ferreiro Torto, as missões de Igramació e de São Miguel de Guejiru, e as capelas responsáveis por dar origem as povoações coloniais do Rio Grande do Norte, que compreendiam aquelas do litoral bem como da região do Seridó e de Mossoró. Silva (2014) faz destaque para década de 1980 pelos trabalhos com autoria de Olavo de Medeiros Filho, também membro do Instituto, por realizar importantes pesquisas ligadas ao período colonial do Rio Grande do Norte. Quando abordou a Guerra dos Bárbaros, chamou atenção para as ruínas das casas fortes e a necessidade de pesquisas arqueológicas que pudessem contribuir para o entendimento dessas ocupações.

Vale destacar para essa mesma década o Projeto Vila Flor, iniciado em 1987 com financiamento do SPHAN/Pró-Memória e CNPq. A cidade de Vila Flor assentou a Missão de Nossa Senhora do Desterro de Gramació, a qual possuía, de acordo com as disposições do alvará real de 23 de novembro de 1700, uma praça com igreja, casas, cruzeiro e cemitério. Com a restauração e urbanização da praça de Vila Flor, o trabalho arqueológico tinha como propósito determinar possíveis restos das dependências da missão e outras construções. A maior parte do material coletado apresentou variedade de cerâmicas e louças importadas (MARTIN, 1989; 1990).

Os anos finais de 1990 se definem por hiato nas pesquisas no âmbito da arqueologia histórica. Enquanto que no decorrer dos anos 2000 o Laboratório de Arqueologia (LARQ) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que é ligado ao Departamento de História, deu continuidade com os trabalhos na área da arqueologia histórica. Com destaque para a análise de materiais históricos, a realização de monografias por parte dos alunos-graduandos bolsistas, oferecimento de oficinas e minicursos com discussões relacionadas as abordagens teóricas e metodológicas da prática arqueológica (SILVA, 2014). Igualmente, inserimos as atividades iniciadas desde 2016 voltadas para a arqueologia histórica no Seridó Potiguar, por intermédio do Laboratório de Arqueologia do Seridó (LAS) pertencente também a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no Centro de Ensino Superior do Seridó que está vinculado ao Departamento de História.

Além de ter um panorama acerca da construção da arqueologia histórica como campo científico, é perceber igualmente os diferentes contextos que a cultura material esteve posicionada e sua viabilidade em contribuir e agregar no entendimento das pessoas e as dimensões da vida social.

Os objetos, vistos como uma espécie de resíduo básico das relações sociais, como suportes destas, analisados dentro de uma perspectiva relacional, são

capazes de falar sobre diversos aspectos e instâncias das relações humanas, ao longo do tempo, de forma cabal, e, quiçá, são capazes de fornecer elementos para rescrevermos a nossa própria história. (ZANETTINI, 1996, s/p)

Assim sendo, a arqueologia histórica representa possibilidades para o estudo de populações específicas, pensando a partir disso, temos a constituição da arqueologia histórica sertaneja. Como a própria terminologia demonstra trata de uma arqueologia voltada para os sertões, em especial, aqueles nordestinos. Operando como meio para a compreensão não exclusivamente dos indivíduos integrantes dessas sociedades, mas também como alternativa de adicionar problemáticas com destaque para o próprio espaço e paisagem. Ou seja, é priorizar a ótica da dimensão material que no caso das sertanejas as unidades domésticas estão em destaque.

a arqueologia raras vezes olhou às populações sertanejas e o semiárido, predominando, na região nordeste, estudos de grupos de elite em abordagens relacionadas às próprias raízes da disciplina no Brasil, a qual, muitas vezes teve clara intenção política de construir uma memória nacional oficial, preferencialmente, monumental. (SOUZA, 2017, p. 81).

Apesar disso, como já visto, nas etapas de construção e amadurecimento da arqueologia histórica brasileira trouxeram para evidência os grupos desprivilegiados. Então as populações sertanejas que se encontravam como “um segmento que em raras ocasiões teve condições de deixar registros escritos sobre si próprio, tendo sido documentado somente através das lentes disformes dos segmentos dominantes” (SYMANSKI, 2008, p. 74) ganharam visibilidade.

A contribuição da arqueologia sertaneja está na busca de formar abordagens em que os sertões também apareçam como dinâmicos e fluídos, onde por meio do cotidiano material dos sertanejos possam indicar sobre temáticas que estão relacionadas com os modos de morar, construção de territórios, interação com as paisagens, suas práticas de mobilidades, redes de consumo, abastecimento e acessibilidade as coisas. É entender e demonstrar que o sertão é composto por teias complexas que estão em contraposição com grande parte dos discursos que o qualificaram somente como o espaço estático (SOUZA, 2013)

É interessante a correlação realizada por Souza (2017) quando utiliza Chimamanda Adichie e “o perigo de uma história única” como referência para as narrativas construídas principalmente pelos estereótipos, sobrepondo os aspectos negativos que foram prevaletentes nos discursos sobre o sertão. A arqueologia, nessa percepção, destina um olhar em escala do micro para o macro, explorando a dimensão material relacionadas a essas populações,

contribuindo para olhares mais direcionados sobre esses agentes e esses espaços em seus diferentes processos. Também se trata de

desconstruir o discurso elitista, excludente e dominante existente sobre a organização social e cultural destas populações subalternizadas, e possibilita a construção de uma narrativa histórica multivocal, incluindo e legitimando o ponto de vista destas populações sobre seu próprio passado e, destarte, contribuindo para a descolonização da Arqueologia. Desconsiderar estas perspectivas implica em continuar reproduzindo narrativas colonialistas, unívocas e excludentes. (AMARAL, 2012, p. 21 – grifo nosso).

Amaral (2019) sobre pesquisas realizadas acerca dos sertanejos coloca como função da arqueologia colaborar para a legitimação dos discursos de populações historicamente marginalizadas. Onde suas investigações devem se alinhar politicamente para a desnaturalização de visões cristalizadoras e estereotipadas. No que compreende a relação desses indivíduos com a cultura material, abrangendo também o seu conhecimento tradicional, o seu meio e sua paisagem. Afinal, por uma arqueologia sertaneja apontamos sobre uma dimensão e objetos materiais que, na maioria das vezes, estão presentes, tanto de forma física na paisagem e no cotidiano quanto na memória. São categorias que dialogam diretamente com o dia-a-dia dessas pessoas remetendo, portanto, as próprias identidades sertanejas.

2.2 Cultura Material ou o potencial da materialidade para uma história dos sertanejos

Para elucidar sobre as populações sertanejas por uma ótica da materialidade, temos como direcionamento um panorama de pesquisas que tratam de temas como consumo, reuso, continuidades, permanências, memórias a partir do século XIX até o período mais recente. A maior parte destas discussões estão concentradas nas habitações e seu entorno, ou seja, nos padrões de ocupação por considerar que

esses locais apresentaram uma diversidade de cultura material, abrangendo estruturas habitacionais remanescentes de casas de barro e vestígios de material construtivo, com o predomínio de fragmentos de cerâmica utilitária de produção local e regional, além de artefatos vítreos, metálicos, de louças

e ósseos; compondo a tralha doméstica e alguns implementos de trabalho. (HERBERTS, 2019, s/p).

Symanski (2008) por meio da análise dos vestígios coletados nos sítios Queimadas I e Baixa Dantas, localizados entre os municípios de Abaiara e Brejo Santo, no Cariri cearense, delineia a respeito das práticas econômicas e sociais no século XIX sobre dois grupos sertanejos que habitaram esses locais. A materialidade desses lugares tem relação com as práticas domésticas cotidianas, as quais inclui o interior e exterior das estruturas de habitações, onde a produção de alguns dos itens permanecia, em sua maioria, numa escala local e regional, denotando que esses indivíduos possuíam certa autonomia quanto ao mercado externo.

Essa concepção se tornou perceptível com a caracterização, em primeiro lugar, do sítio Queimadas I realizada por Symanski (2008) pelos objetos encontrados e com a análise da distribuição dos fragmentos na área. De início, o grupo habitou a região provavelmente em 1880, tendo permanecido por um intervalo de vinte anos. Esse período acaba sendo significativo, já que é posterior a seca de 1877-1879, podendo representar acerca do processo de migração de indivíduos que procuravam novos espaços de moradia em consequência da intempérie. Além de que, faz conexão com a ausência de estruturas construtivas que evidenciasse sobre o espaço de moradia como indicativo que sua construção tenha sido elaborada por materiais perecíveis.

Vieira Júnior (2004) atribui a essa prática como estratégia de deslocamento utilizada pelos grupos familiares como forma de sobrevivência em decorrência das frequentes secas que assolavam o Ceará.

A seca se estabelecia enquanto componente da formação e reformulação de grupos familiares. Apesar da inconstância de uma única forma de migração, um ponto pode ser afirmado: o deslocamento era a principal estratégia adotada pelas famílias cearenses diante das secas, e isso poderia gerar domicílios provisórios e uma reconstrução dos arranjos familiares, interferindo diretamente no “habitar” e no sentido da vida familiar. (VIEIRA JÚNIOR, 2004, p. 50 – grifo nosso).

Diferentes tipologias de materiais foram coletadas – louças do tipo faiança-fina, vidros, metais e cerâmicas de produção local-regional – onde o potencial informativo foi tratado por Symanski (2008) pela junção entre os que esses objetos representavam para o sistema de práticas econômicas em nível local, regional, nacional e internacional, atrelado com os outros significados econômicos, sociais e simbólicos que o grupo poderia atribuir para os mesmos objetos.

Desse modo, as faianças finas foram entendidas como os artefatos de maior valor de troca advinda de uma produção industrial europeia, consistindo em itens ornamentais com o preço mais elevado. Enquanto peça utilitária, conseqüentemente, exprimia destaque social que indicava status socioeconômico para quem possuía. Em contrapartida, os objetos de vidros, mesmo na qualidade de produtos industrializados importados, o valor de troca era baixo por serem garrafas de bebidas e fracos de medicamentos. As cerâmicas de produção local-regional se caracterizaram como o tipo de material com o valor de troca baixo, porém, possuíam alto valor de uso, por isso era a categoria de maior número. Chamamos atenção para o fato de que Symanski (2008), nesse caso, pensa a cultura material como *commodities* que, para um primeiro nível de análise, os objetos têm a tendência a representar diferentes valores econômicos e sociais que leva em conta o valor de uso e o valor de troca.

A enorme predominância das cerâmicas de produção local-regional indica uma forte tendência desse grupo doméstico a se manter com base no mercado de produção e comercialização de âmbito regional, utilizando poucos itens de produção exógena, como as louças européias. Conforme informado, nesta região do Ceará, a tradição da produção de cerâmica para uso doméstico prossegue até a atualidade, havendo ceramistas em diversas comunidades rurais especializadas na produção desses itens, os quais são comercializados nas feiras e em armazéns das cidades, sendo intensamente utilizados pela população local de baixa renda. (SYMANSKI, 2008, p. 84).

O segundo espaço trabalhado por Symanski (2008), o sítio Baixa Dantas, remete a uma ocupação que marca o segundo quartel do século XIX de posse de agregados ou pequenos proprietários rurais. Nos materiais recuperados, semelhantes à do sítio Queimadas I, foram as louças, vidros e cerâmicas de produção local-regional. Constando à similaridade, a cultura material proveniente de ambos sítios indicaram sobre modos de vida parecidos para os grupos que ocuparam a mesma região cearense no período oitocentista, demonstrando notável estabilidade da vida econômica dessa população no século XIX em relação ao baixo grau de dependência aos produtos externos.

O aspecto que ficou mais evidente foi a grande autonomia nos padrões de vida material dessa população, demonstrando uma situação de quase auto-suficiência com relação aos recursos do mercado externo. Esta autonomia, marcada pela dependência dos produtos locais e, conseqüentemente, pela importância fundamental das esferas de interação local e regional, é característica de uma economia sub-capitalizada, e, portanto, de uma sociedade que deve ser entendida em seus próprios termos, antes do que através do uso de categorizações genéricas como status socioeconômico e ideologia do consumo. (SYMANSKI, 2008, p. 93).

Contextos materiais envolvendo o século XX, posicionado por Souza (2017) como uma prática da Arqueologia do Passado Contemporâneo, traz uma análise significativa, a qual está situada como uma contraposição as estratégias discursivas que designaram o sertão e os sertanejos por uma visão majoritariamente negativa. Principalmente, com o estabelecimento do sertão como homogêneo, era o espaço somente da pobreza, *secura*, estaticidade e isolamento. Pelas estruturas pertencentes as “casas de barro” dos estados de Pernambuco, Ceará e Piauí, aspectos do consumo, mobilidade e paisagem foram desenvolvidos.

A dimensão física desse contexto, mesma estando presente na paisagem e representativa quanto à maneira do residir local, “geram registros materiais de baixa visibilidade, isto é, os materiais e a densidade dos vestígios resultantes das unidades domésticas sertanejas são muito sutis em comparação a contextos de engenhos ou fortificações militares no litoral” (SOUZA, 2017, p. 36). Ademais, se tratando de um período recente, como o século XX, muitos dos vestígios não são percebidos, inclusive pelos pesquisadores, enquanto fonte de informação onde os limites de temporalidade dos objetos ainda são discutidos.

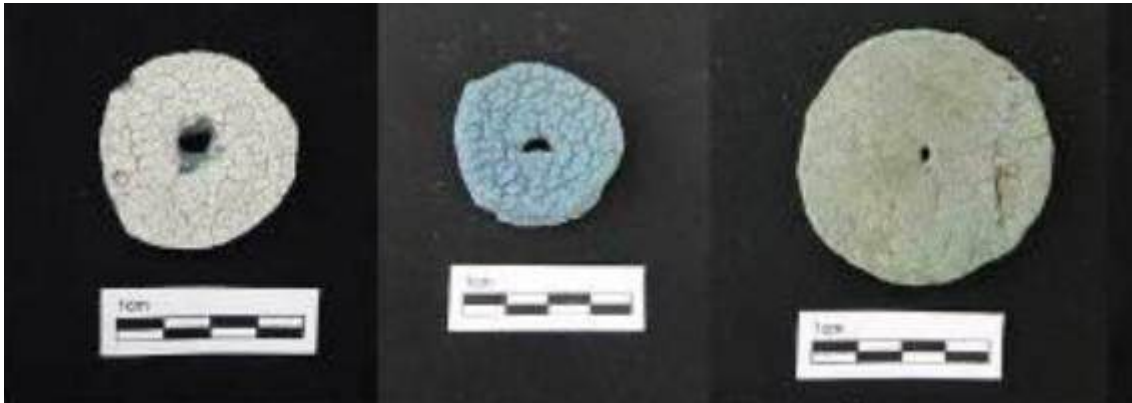
Os objetos do uso doméstico, localizados na área de descarte das moradias, possibilitaram leituras referentes ao consumo. Compreendido por uma lógica composta pelo nível local/regional e a gerada com a inserção de objetos e mercadorias industrializadas de novos tipos de matéria-prima, como os plásticos e outros materiais sintéticos.

As cerâmicas de produção local/regional, variedade de louças, material vítreo, metálico, plásticos, borrachas, líticos, foram coletados e a partir deles verificou que entre meados do século XIX até aproximadamente 1940 existiu uma mesma frequência de objetos, com preponderância da cerâmica. Ao passo que o período entre 1940 e 1960 denotou variações das categorias identificadas com diversificação entre a matéria-prima dos objetos usados no cotidiano, em especial o plástico e borracha (SOUZA, 2017).

As *rodinhas* de borracha pertencente a lógica de implantação dos produtos industrializados, expressa também sobre práticas de reuso. Tanto que em publicação recente, Souza (2021) se dedicou em discutir acerca das *rodinhas* seguindo a ideia de que esses objetos rompem com lógica de compra-descarte, para além disso, reflete sobre eles com a arqueologia da criatividade dando destaque para as *rodinhas* como uma cultural material ligada ao universo infantil.

Elas eram confeccionadas com antigas solas de sandálias ou chinelos de borrachas, sendo caracterizada por “possuir distintos usos, [mas que] as rodinhas faziam parte, especialmente, do universo infantil enquanto rodas de carrinhos (muitas vezes fabricados com latas de sardinhas já consumidas) que servem de brinquedos” (SOUZA, 2017, p. 239). Na pesca como peso, na tecelagem como fusos, para armas como buchas e na fabricação de cerâmicas como ferramenta de alisar a vasilha, foram outros universos que adotaram a borracha das sandálias.

Figura 10 – Rodinhas de borrachas produzidas a partir das solas de sandálias ou chinelos de borracha



Fonte: SOUZA, Rafael de Abreu e. **Um lugar na caatinga:** consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do Nordeste Brasileiro. 2017. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017, p. 254.

Com esse processo de novos usos, essas pessoas transformaram e adquiriram diferentes sentidos para esse objeto, denotando que “as práticas de consumo podem ser encaradas como processos criativos na medida em que significados são construídos e velhos artefatos dão origem a novos, em poéticas de produção que fogem aos olhos de análises desatentas” (SOUZA, 2015, p. 54).

Uma ótica de mudança e permanência, nessa perspectiva de diferentes sentidos e usos, também foram notados para o espaço de morada e suas estruturas. Por exemplo, quando os materiais construtivos de antigas edificações eram aplicados em novas construções. Ou quando a casa é deixada pelo grupo que a habitavam, não quer dizer que seja o fim de sua história. Pelo contrário, a morada, especialmente quando inserida nos circuitos das pessoas, fornecem abrigo para aqueles que percorrem por esses caminhos. É interessante o relato de Souza (2017) sobre esse aspecto:

Demorei em identificar estas dinâmicas de uso do espaço no sertão e algumas casas que escavei ou entrei não estavam abandonadas, mas estacionadas, esperando os antigos moradores ou outros retornarem de seus deslocamentos, por meses ou anos. Associei, em um primeiro momento, minha visão moderna de ruína a estas complexas unidades domésticas. Ali, o que chamamos de ruína figura processos de transição a novos sentidos – pontos de parada, locais de aprovisionamento de materiais para novas edificações. Não tê-las identificado nos fez invasores e às vezes “ladrões”, carregando potes cerâmicos deixados para trás, mas que funcionavam como local de aprovisionamento de água para pessoas que por ali passavam. (SOUZA, 2017, p. 130).

A casa de barro também está apta para a mobilidade no sertão, tendo como característica a rapidez e facilidade com que podem ser montadas e desmontadas em locais distintos. De maneira efetiva, para a mobilidade sertaneja, as unidades domésticas atuaram diretamente, partindo delas uma mobilidade residencial intra-sertão e formas de move-se para e além das redes de abastecimento. A mobilidade é então captada mediante

os caminhos, estradas e demais tipos de vias de circulação, como o aproveitamento de leitos secos como rotas, marcam materialmente estas paisagens, seja pela existência dos próprios caminhos, seja dando pistas sobre padrões de mobilidade, sociabilidade e de aquisição de artefatos. (SOUZA, 2017, p. 77).

São as formas de morar, os usos, reusos e o mover-se que demonstram sobre as formas de ordenação do espaço e de territórios, manifestando a existências da interação entre indivíduos e ambiente que, para o próprio estabelecimento da unidade doméstica, isso é essencial. Por conseguinte, a paisagem construída se dá pela estruturação de usos e recursos a partir dos caminhos abertos para e pelo sertão.

Em temas que vinculam mudança e permanência com a memória, entre pessoas e a cultura material temos a junção entre Arqueologia Histórica e a Etnoarqueologia. Queiroz (2015) ao discorrer sobre os potes de cerâmicas do Cariri cearense identificou que existia uma relação entre os indivíduos com a manutenção da técnica de escovação implantada no momento de confecção essa técnica exige a habilidade de criar séries de rugosidades na face externa dos objetos. Para a memória local, os traços deixados na superfície dos potes eram responsáveis por alterar a temperatura da água armazenada, deixando-a mais fria. Isso contribuiu para a continuidade da produção e consumo dos potes de cerâmicas em várias localidades caririenses.

Esse elemento, portanto, se tornou importante sobretudo como vínculo entre fabricantes e consumidores que por meio da memória local alterou a forma da confecção da cerâmica, inserindo os *arranhados*, denominação utilizada no Cariri cearense para esse tipo de tratamento de superfície chamado de escovado na metodologia de análise arqueológica, desde 1980. Nessa produção não havia painéis para ir ao fogo, a argila usada não proporcionava o efeito plástico de expansão e retração da cerâmica, e se levada ao fogo causava a fragmentação do objeto. As *loiceras*, nome êmico utilizado para as ceramistas, oleiras e artesãs responsáveis pela confecção das cerâmicas e que possuíam grande conhecimento sobre a argila utilizada. Por isso que predominava os recipientes para o armazenamento de água, em especial os potes (QUEIROZ, 2015).

Os potes lisos, ou seja, sem nenhum tipo de incisão, serviam para qualquer tipo de armazenamento, enquanto que os arranhados eram destinados especificamente para o provimento de água, devido a crença de que a deixava mais fria, se tornando até exigência dos compradores. Dessa maneira, isso denota que os “modos de utilização dos materiais cerâmicos [...] interferem diretamente na confecção dos objetos feitos de argila” (QUEIROZ, 2015, p. 87). As próprias loiceras afirmaram que seguiam com a produção dos potes arranhados pelas demandas das pessoas que consumiam esses objetos, onde não estavam inclinadas a aplicar as ranhuras por motivações próprias. “Assim decorre de efeitos sociais vinculados ao mercado de consumo sua recente maneira de criar potes, que as ceramistas mostram ter aceitado até com indisposição” (QUEIROZ, 2015, p. 132).

Com a implantação de energia elétrica nas localidades rurais, a produção de cerâmica caririense sofreu considerável diminuição. As loiceras e os comerciantes notaram redução nas vendas dos potes para armazenar água, dado que a energia elétrica nas áreas distantes dos centros urbanos possibilitou o acesso aos eletrodomésticos. Contudo, Queiroz (2015) detectou o interesse das loiceras em permanecer ativo o processo de produção da cerâmica, mesmo diante das dificuldades e a diminuição do interesse por esses objetos. As mudanças e permanências nessa produção esteve em consonância com os significados locais, em que pelas práticas cotidianas, em particular, no espaço domésticos os potes demonstraram sobre memória e mentalidade coletiva.

Com uma outra perspectiva, aspectos que envolve continuidade e permanência foi tema das pesquisas de Amaral (2012, 2019). No Agreste Central de Pernambuco, em particular os municípios de Tacaimbó e São Caitano, Amaral (2012) notou que a cerâmica arqueológica encontrada em sítios históricos e a confecção de vasilhas utilitárias, denominadas localmente de *loiça de barro*, tinham traços em comuns. Com as semelhanças e constatando acerca do contexto de fabricação, a autora definiu como um “conhecimento tradicional em vias de extinção, uma vez que se trata de uma atividade pouco rentável, ainda que seja a única fonte de renda de muitas *loiceiras* e, por conta disso principalmente, o desinteresse dos jovens por esta atividade é muito grande” (AMARAL, 2012, p. 17).

Com intuito de estabelecer uma percepção inclusiva e multivocal no registro das etapas correspondente ao saber-fazer da loiça de barro, Amaral (2012) registrou esse processo pela enunciação e transmissão das próprias loiceiras. O conhecimento da confecção da loiça de barro, para o agreste pernambucano, transpassava por gerações e era vigente no ambiente familiar.

Fazer loiça de barro é um conhecimento tradicional, não apenas porque este conhecimento é reproduzido há gerações, no agreste pernambucano, em uma

sociedade sertaneja em que os modos de vida e a relação com o meio, são bem particulares, mas também porque atribui a quem detém o conhecimento deste saber-fazer, a loiceira, a autoridade para criá-lo, reproduzi-lo, reinventá-lo, ensiná-lo, difundi-lo, atribuindo também identidade tanto à loiceira quanto a comunidade da qual ela faz parte e que se apropria deste conhecimento. (AMARAL, 2012, p. 253).

As etapas de fabricação da cerâmica integram a loiceira, com sua memória individual presente desde infância, momento em que resgata aspectos do próprio processo de aprendizagem do saber-fazer, imagens são criadas e podem estar associadas com velhos conhecimentos, mas permitem também que novas formas sejam criadas. E a memória coletiva, visível no ato de compra e uso da loiça de barro, até mesmo quando pessoas que consomem os objetos solicitam formas específicas que podem transformar o modo de produção (AMARAL, 2012).

Em correlação com a cerâmica arqueológica e a etnográfica, Amaral (2012) realizou a partir da identificação de alguns elementos: a presença e ausência de minerais adicionados no preparo da argila para deixar a vasilha mais resistente; técnica de manufatura utilizada, a qual predomina a modelagem com adição de pseudorroletes; alisamento da peça para obter impermeabilidade nas superfícies; uso de polimento e engobo nos vasilhames para armazenar líquidos. O destaque para a percepção desses correlatos, com base na relação entre técnica e matéria em ambas cerâmicas, contribui para a caracterização e entendimento do material cerâmico para essa região de Pernambuco.

Para essa conjuntura, o conhecimento tradicional do saber-fazer das loiceiras permitiu demonstrar as semelhanças, como possível marca de continuidade, e da mesma forma tornar perceptível as transformações e suas causas que são constantes e altera o modo de vida dessas populações. As mudanças reportam acerca da diminuição da procura pela loiça de barro, em consequência da acessibilidade aos bens de consumo duráveis para o cotidiano doméstico. Também modificação na manufatura, em termos tecnológicos, com a adesão do torno por deixar a produção mais rápida (AMARAL, 2012).

Dando seguimento a pesquisa com as produtoras de cerâmicas ainda no Agreste Central de Pernambuco Amaral (2019), além de caracterizar a cerâmica de produção regional, passa a analisar a permanência de potes, jarras e quartinhas no cotidiano doméstico das loiceiras, em comparação com as panelas que teve o uso e produção reduzida.

Os objetos que permaneciam no dia-a-dia tinham como função o armazenamento de água, Amaral (2019) relacionou, em um primeiro momento, com o modo de vida em que passado e presente estão entrelaçados. É evidente que estão presentes as transformações ocorridas ao longo do tempo, em particular, daquelas relacionadas com alterações econômicas e sociais que

modificaram o consumo com a acessibilidade dos bens industrializados fabricados de outras matérias-primas, como plásticos, borrachas, alumínio. A preservação do costume de conservar água em potes e jarras denotou traços de um modo de vida onde o uso da loiça de barro remetia a traços identitários dessas populações.

A loiça de barro para depositar a água é recorrente e está imbricada no tecido social do sertanejo. Como materialidade do sertão e sertanejos, os potes são objetos constantes e que resistiram no tempo. A ligação existente entre sertanejos com a água pode ser atribuída como justificativa dessa permanência.

A relação com a água, sobretudo com períodos sazonais de seca e escassez deste recurso, me pareceu o argumento mais forte para esta permanência, e é corroborado por muitas falas das loiceiras sobre a vida durante estes períodos. Entretanto, aparentemente ele não é o único, considerando que beber água do pote parece ter uma relação com o ser sertanejo que permanece na preferência do pouco gosto do barro e no frescor desta água, em detrimento do uso da geladeira, também presente na casa de quase todas loiceiras. (AMARAL, 2019, p. 59).

O hábito de usar os potes estava, portanto, relacionado com as memórias dessas pessoas. As lembranças ou despertar de sentimentos que podem exprimir contraposição faz conexão com a água. Por sua função de contentores de água, a materialidade dos potes ativa recordações de períodos de chuva, que afastam a seca, e deixam as fontes de água cheias; da mesma maneira, pode trazer memórias familiares, como o pote da “casa de vó”. “Porque remetem à lembranças de seca, migração e escassez de água tanto quanto as de tempos de chuva e abundância, da caatinga verdinha, dos potes cheios d’água, de socialização familiar, da integração com a paisagem e o meio” (AMARAL, 2019, p. 189).

Acerca da técnica de produção dos potes, jarras e quartinhas necessitava de um conhecimento e habilidade maior por serem objetos trabalhosos, por demandarem mais tempo e exigiam disposição física na confecção. São raras as loiceiras que ainda realizavam a fabricação desse tipo de loiça de forma manual, principalmente aquelas que faziam as quartinhas. Nesse processo, a participação masculina, na produção oleira, quase não era presente, apenas com exceção das etapas de coleta da argila e queima que necessitavam de força física.

Essencialmente, o fabrico da loiça de barro ocorria no âmbito doméstica, logo, majoritariamente uma atividade feminina, percebível pelo uso do termo loiceira. Com a adesão dos tornos de pé, houveram mudanças que provocaram uma nova organização na produção oleira que passou a ser desenvolvida em lugares próprios chamados de oficinas. Muitos homens que assumiram a manufatura da cerâmica eram filhos de loiceiras tradicionais, assim,

“a produção, antes feminina e doméstica, passou a ser coletiva, essencialmente masculina, em oficinas familiares” (AMARAL, 2019, p. 178).

Estando de acordo com a concepção de Amaral (2019), fazemos referência ao universo das estruturas materiais do sertão e das populações sertanejas enquanto materialidades resistentes, as quais possibilitam que esses indivíduos e o funcionamento de suas dimensões sócio-históricas sejam, a partir dos objetos, abordados. No universo doméstico, lugar de vivência das pessoas, a cultura material presente é indício das práticas ocorridas no espaço ao longo do tempo. Uma arqueologia da materialidade sertaneja traz, igualmente, dimensões que ainda estão presentes e são visíveis de forma física na paisagem, até quando a memória está presente não deixa de ser ativada pelo físico, pois “o imaterial só pode se expressar pelo material” (MILLER, 2013, p. 111).

3

UMA ARQUEOLOGIA DO SÍTIO CULUMINS

A respeito do sítio Culumins, pertencente a área rural de Caicó/RN, não temos informações referente a data precisa de sua origem. Apesar de que tenhamos indicação que a propriedade fazia parte de uma divisão de terras, em conjunto com outras duas fazendas chamadas de Umary e Manhoso, situadas hoje no município de Ouro Branco/RN. Meados do século XX é apontado como o momento em que o sítio deixa de ser habitado, justificado pelo difícil acesso a água, e com a construção de um açude na fazenda Manhoso contribui para a mudança. Além do mais, parte do material construtivo pertencente a edificação do Culumins foi empregado para a construção no Manhoso. Essas informações foram obtidas com Fernando Costa que faz parte da família proprietária do Culumins, por meio de uma conversa inicial realizada no início de 2020. Foi indicado também que a propriedade permanece em sua família desde Manuel Vieira da Cunha, filho de Cosme Pereira da Costa de seu primeiro matrimônio com Maria Pereira da Cunha.

O espaço ainda conta com parte da estrutura da casa sede, a qual foi edificada na área mais elevada do terreno, é possível também observar ao redor da propriedade cercas de pedra. No tocante a casa, remetendo ao estilo das casas-fortes ou “casa-de-pedra”, é preponderante o uso de rochas como matéria-prima que, por meio da junção e encaixe delas, a estrutura foi levantada. Como já visto, é exceção se tratando do modo de moradia para o Seridó. Além do uso da rocha, outros tipos de materiais são visíveis, tendo a presença de argamassa e tijolos vermelhos na parte mais elevada da parede, enquanto fragmentos de telhas estão distribuídos entre elas. Ademais, nas laterais da casa permanece a acumulação de vestígios construtivos (Figura 10).

A partir de Diniz (2008) é interessante observar que na fazenda Umary, pertencente a Cosme Pereira da Costa, as ruínas da primeira casa dessa propriedade possuía o mesmo estilo construtivo percebido no Culumins (Figura 11). Segundo a autora, Cosme Pereira da Costa adquiriu a propriedade no início do século XIX, apontando que a mesma já existia no final do século XVIII.

Figura 11 – Imagens destacando o estilo construtivo da casa sede, evidenciando os tipos de materiais presentes



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia do Seridó (LAS-CERES/UFRN).

Figura 12 – Estrutura da primeira casa sede da Umary

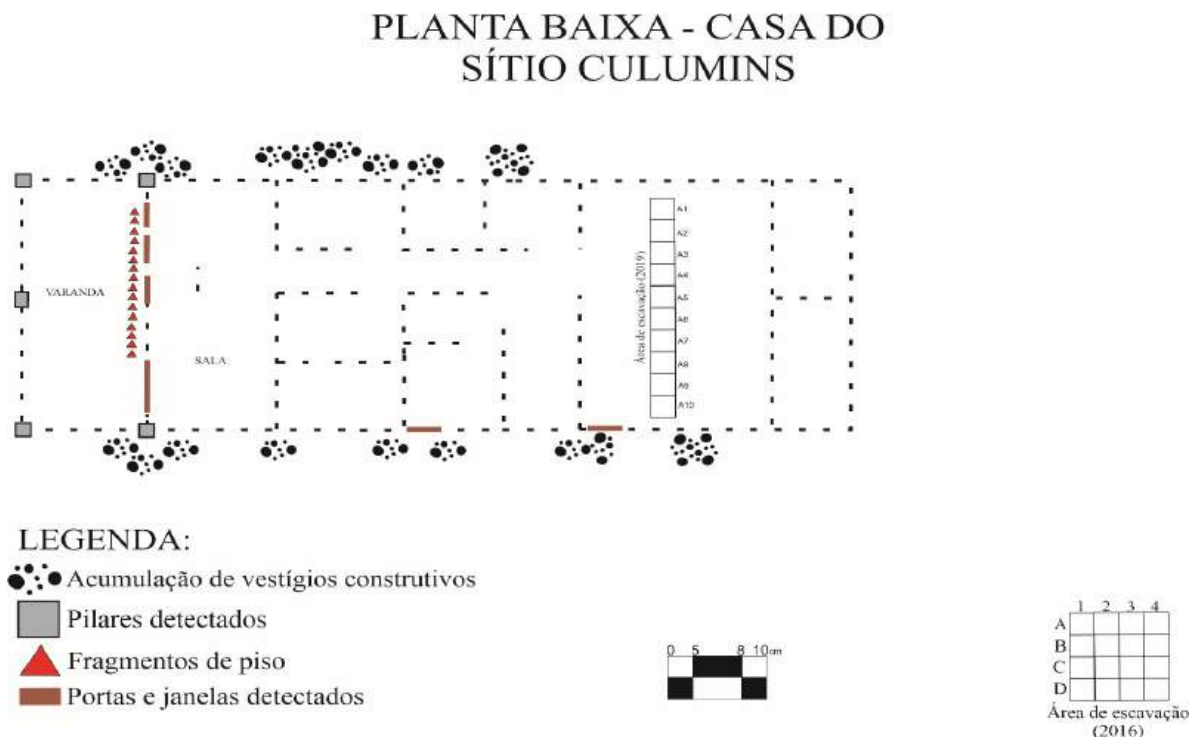


Fonte: DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2008, p. 176.

As intervenções arqueológicas no Culumins foram realizadas nos anos de 2016 e 2019, onde na segunda etapa de campo houve a composição de um croqui, referente a planta baixa da casa sede, com base nas estruturas que ainda são visíveis no sítio (Figura 12). Por conseguinte, a arquitetura da casa possui o padrão citado em Medeiros Filho (1983), com o formato retangular em que a parte da frente integrava a varanda ou alpendre contíguos a casa, com a sala da frente da mesma largura que a residência, havendo uma porta e janelas posicionadas para o alpendre, e depois com mais uma porta que dava acesso ao corredor. Nas laterais do corredor ficavam os quartos de dormir, e direcionando para o final da casa estava a sala-de-trás ou de jantar, essa última tinha uma porta que seguia para os fundos da casa, dando acesso ao seu exterior.

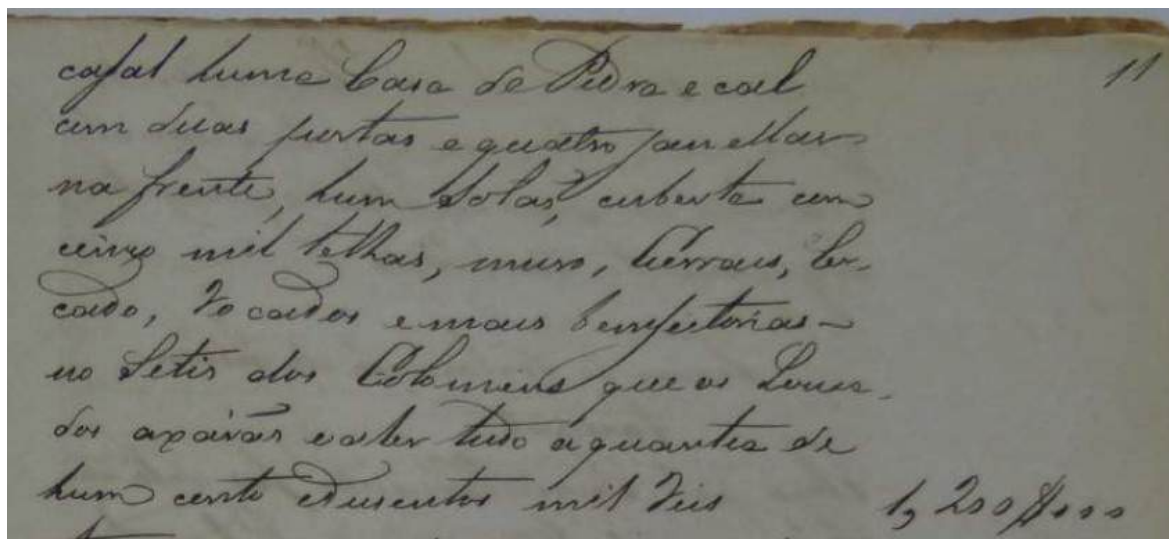
Essas percepções iniciais a respeito do Culumins acabaram ficando expressiva quando, em consulta ao inventário de Manuel Vieira da Cunha datado de 1851, obtivemos um trecho que faz referência ao *Sítio dos Colomins*, como está citado, e a própria casa. No inventário, ela é caracterizada por possuir duas portas e quatro janelas na sala da frente, um sótão, sendo coberta por cinco mil telhas com muro, currais, cercado, com o valor um cento e duzentos mil reis (1,200\$000) (Figura 13). Além de que, fica constatado que muito provavelmente Manuel Vieira da Cunha tenha herdado o sítio na partilha de bens do Cosme Pereira da Costa, em seu primeiro casamento, atestando inclusive a relação entre a propriedade com a fazenda Umary.

Figura 13 – Planta baixa da casa do sítio Culumins, evidenciando também as áreas que passaram por intervenção arqueológica em 2016 e 2019



Fonte: Elaborado por Luciano Souza e Kayann Batista.

Figura 14 – Parte do Inventário de Manuel Vieira da Cunha sobre o Culumins



Fonte: Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC). Fundo da Comarca de Caicó. 1º Cartório Judiciário. Inventário de Manuel Vieira da Cunha, caixa 350, 1851.

O capítulo segue composto por dois tópicos, a discussão do mesmo incorpora duas categorias de materiais: as cerâmicas e louças. Logo, antecedendo esses pontos, segue uma breve descrição acerca da campanha arqueológica efetuada em 2016, já que os dados dos materiais expostos foram coletados nessa etapa.

A delimitação da área de escavação por superfície ampla aconteceu em uma zona declive, localizada na parte externa da casa. Como método, foi utilizado uma divisão por quadriculamento – com uma malha de escavação 4x4 – a qual consiste em dividir a área em unidades, chamadas de quadriculas. Para que seja mantido o controle e a identificação da zona, em que os vestígios estão sendo coletados, a área é nomeada com uma ordem alfanumérica.

De modo geral, esteve presente na área de escavação muitas rochas de tamanhos variados espalhados pelas quadriculas, sedimento alaranjado, de difícil remoção, e acinzentado, bastante raízes e carvões dispersos. Para o nivelamento, o ponto 0 foi estipulado em 20cm, enquanto que para a sequência de retirada de sedimento se utilizou de níveis artificiais com 10cm, alcançando até 60cm (Figura 14).

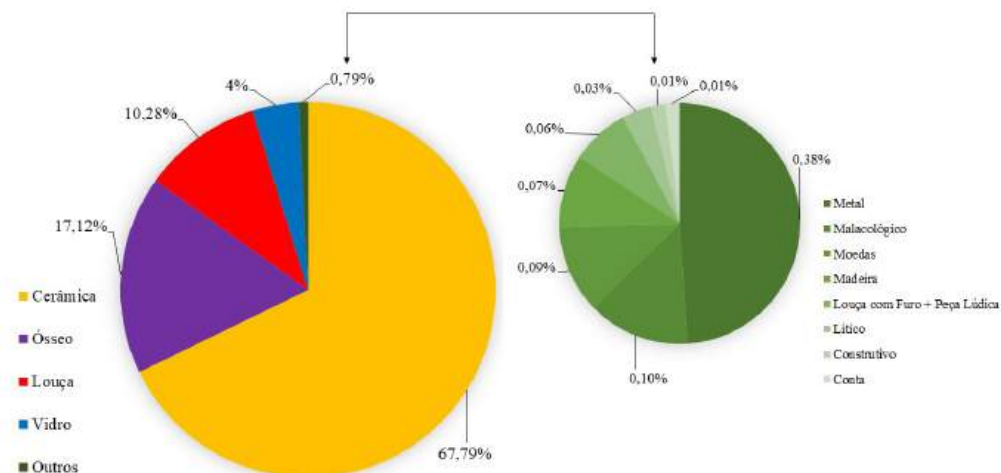
Figura 15 – Área de escavação no sítio Culumins, realizada em 2016



Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia do Seridó (LAS-CERES/UFRN).

Entre o material coletado, contabilizou em 6420 categorias de objetos, integrando cerâmicas utilitárias (67,79%), louças históricas (10,28%), ósseos (17,12%), vidros (4%). Foram encontradas também outros tipos de vestígios que representou uma porcentagem consideravelmente menor, como: metais (0,38%), malacológico (0,10), moedas (0,09), madeira (0,07%), louça com furo e como peça lúdica (0,06%), lítico (0,03%), construtivo (0,01%), conta (0,01%) (Gráfico 01).

Gráfico 01 – Quantificação das categorias de tipos de vestígios coletados no sítio Culumins, em 2016



Fonte: Elaborado por Hozana Souza.

Assim, é perceptível que o sítio Culumins concentra ainda hoje diferentes estruturas que integram a materialidade, vinculadas as atividades de pessoas no passado. Tendo em vista que a finalidade é prosseguir apresentando o espaço por uma perspectiva dando enfoque a cultura material, passamos para os dados das análises das cerâmicas e louças expostos a seguir. Que são uma tentativa de vincular discussões da cultura material pertencente a esse grupo doméstico habitante do sertão, com uma perspectiva voltada para o âmbito econômico.

3.1 Análise das cerâmicas utilitárias encontradas no sítio Culumins

Fazendo parte do cotidiano dos diversos grupos humanos desde o período pré-colonial, a confecção da cerâmica alcança uma longa temporalidade. Se tornaram objetos que não estavam restritos exclusivamente a preparação e armazenamento de alimentos, passando a ser adotados em uso cerimonial, funerário, lúdico e de adorno. Logo, se trata de um material corrente, no que corresponde aos comportamentos sociais de alimentação, ritualístico, comercialização, representando igualmente contatos entre indivíduos. Nesse sentido, é um elemento que possibilita inferir acerca do modo de vida dos grupos, mesmo enquanto objeto que pode ser visto de aparência simples, em alguns casos, sua confecção permanece de acordo com uma cadeia de técnicas (LUNA, 2003).

O estudo da cerâmica ocupa, certamente, uma posição expressiva na disciplina arqueológica. Isto se deve, em primeiro lugar, à universalidade deste tipo de vestígio: além de a cerâmica ser encontrada em contextos arqueológicos de praticamente todo o mundo, possui uma história bastante recuada no tempo. [...]. Por outro lado, graças às suas propriedades físicas, os vestígios cerâmicos têm grande durabilidade, permitindo ao arqueólogo recuperar uma porção expressiva dessa indústria. (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1998, p. 287).

Até atingir um estado de durabilidade, considerando que a evaporação retira da argila a água e gera a perda das suas qualidades, ocasionando, por consequência, a fragmentação do objeto. Pois na qualidade de fria e úmida, a argila é maleável, mas quando levada ao fogo adquire dureza que, em razão do cozimento, é um material que passa a resistir por muito tempo. Dessa forma, com “à manipulação da argila ou do barro seco ao sol, que veio a originar o fabrico da louça utilitária e a de adorno chamada entre nós de “louça de barro” [...]” (BRANCANTE, 1981, p. 2).

A respeito dos sítios históricos, o material cerâmico aparece com maior frequência. Quanto a designação para esse tipo de objeto, em termos classificatórios, ela esteve inserida, inicialmente, na Tradição Neobrasileira, a qual teve sua definição consolidada no final da década de 1960 e acompanhava a concepção do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). Assim, a cerâmica neobrasileira incorporava aquelas com decorações escovadas, corrugadas, digitadas, ponteadas e incisadas, tendo em sua confecção asas, bases planas ou em pedestal (ZANETTINI, 2005).

Em Chmyz (1976), ao ampliar o conceito, a cerâmica neobrasileira pertencia a uma tradição cultural que advinha de uma produção de grupos familiares, neobrasileiros ou caboclos, adotada para o uso doméstico. Continha ainda técnicas de confecção indígena e de outras proveniências, havendo decorações como corrugada, escovada, incisada, aplicada, roletada, com asas, alças, bases planas e em pedestal, cachimbos anulares, discos perfurados de cerâmicas e pederneiras.

Quadro 1 – Definições de decorações e formas adotadas para o material cerâmico

ESCOVADAS	Caracterizada por, ainda com a superfície úmida, o vasilhame é marcado com “linhas” por um instrumento com pontas múltiplas ou outros objetos que deixem sulcos visíveis, permanecendo entre si um certo paralelismo e proximidade.
CORRUGADAS	Decoração plástica realizada quando os roletes da vasilha passam a ser ligados através de pressões mais ou menos regulares executadas com as pontas dos dedos, seja em sentido perpendicular ou transversal.
DIGITADAS	Decoração plástica realizada pela impressão da ponta do dedo na superfície da vasilha.
PONTEADAS	Decoração plástica realizada com pontas que deixam marcas independentes, compreendendo várias forma e tamanhos.
INCISAS	Decoração plástica realizada a partir da inserção de incisões nas extremidades, com instrumentos variados, na superfície da cerâmica, antes da queima.
APLICADA	Tipo de decoração em que é inserido uma ou várias tiras ou bolas de pasta na superfície da cerâmica, tendo efeitos de variadas formas e desenhos.
ROLETADA	Decoração que conserva os roletes da confecção das vasilhas, sem sofrer nenhum tipo de pressão ou alisamento na superfície.
ASAS	Apêndice compacto para a suspensão da vasilha, podendo ser na vertical ou horizontal.

ALÇAS	Apêndice vasado usado na suspensão da vasilha que pode ser vertical ou horizontal.
BASE	Parte inferior e que sustenta a vasilha podendo ser de variados tipos.

Fonte: SOUZA, Alfredo Mendonça de. **Dicionário de Arqueologia**. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

Contudo, tal como é abordado por Zanettini (2005), essa terminologia era usada como uma categoria de classificação e analítica considerada como satisfatória, entretanto, acabava “homogeneizando, standardizando e reduzindo os mais diversos contextos e resultados alcançados nos últimos 500 anos de produção oleira Brasil afora” (ZANETTINI, 2005, p. 248). Ainda sobre as críticas feitas ao PRONAPA, estavam concentradas, sobretudo, na imprecisão de conceitos como “fase”, “tradições ceramistas” ou “tradições culturais”, como nos aspectos técnico-metodológicos na coleta de informações no trabalho de campo (NASCIMENTO; LUNA, 1994).

Logo, a principal questão está, em particular, na nomenclatura usada para determinar essa confecção de cerâmica, que etimologicamente significaria que sua manufatura foi feita por habitantes não-índios. Denominação essa, pontuada por Zanettini (2005), como minimamente anacrônica em relação ao termo “brasileiro”. Por isso, seguimos a perspectiva desse autor ao pensar numa cerâmica de produção local/regional.

No contexto colonial, a argila na qualidade de matéria-prima esteve empregada no universo doméstico de forma contínua. Desde a construção da morada como a própria casa de taipa, demais materiais construtivos como telhas e tijolos e os objetos utilitários (ZANETTINI, 2005). No caso dos objetos de cerâmica, sem vidro na superfície, produzidos a nível local ou regional fizeram parte do ambiente familiar de maneira regular, até pelo menos a segunda metade do século XX, porém isso sofre variação de lugar para lugar (NOELLI; SALLUM, 2019).

Quanto ao material cerâmico do sítio Culumins, permanece em consonância com essa conjuntura, dentre os materiais coletados foi a categoria de maior quantidade, contabilizando 4352 fragmentos. São cerâmicas utilitárias ou louça de barro, como também são denominadas, e se caracterizaram por peças bastante fragmentadas, em função disso, não houve possibilidade de reconstituição de nenhum objeto. A análise aplicada, como metodologia utilizada, tem como fundamento a percepção de regularidades, observadas através dos aspectos de técnica e morfologia presentes nos fragmentos. Assim sendo, não deixa de ser, quando possível, uma impressão visual da vida no passado (TRIGGER, 2004).

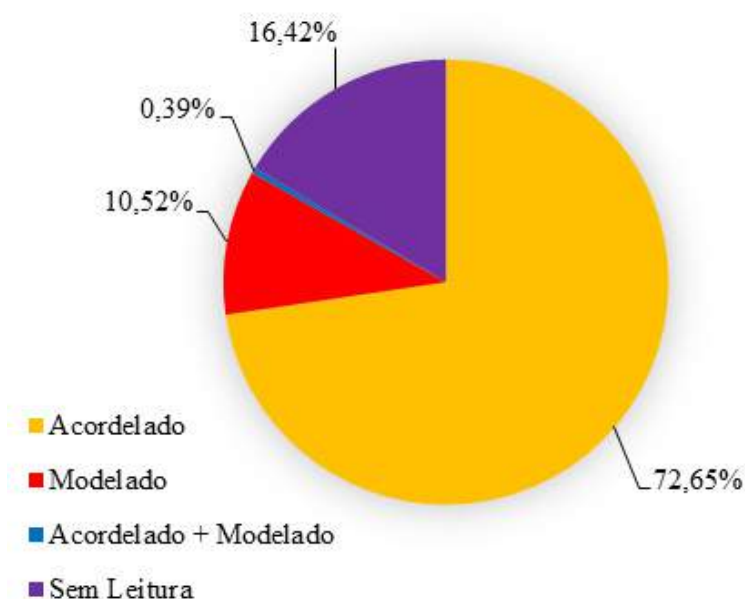
A análise decorreu, por conseguinte, pela verificação de elementos ou atributos que compuseram uma ficha, baseada no trabalho de Amaral (2012), e incorporou todos os

fragmentos de cerâmicas coletadas. Os atributos foram: classe; modo de produção; estado de conservação; tratamento de superfície; decoração plástica; polimento; banho ou pintura; para bordas compreendeu a forma, inclinação, espessura em relação ao corpo e diâmetro quando a peça permitia; lábio; forma da base; apêndice; antiplástico; composição mineral; queima; contorno de abertura quando possível; e as medidas de comprimento, largura e espessura de cada fragmento.

A abordagem dos dados resultantes da análise está distribuída, primeiramente, com os atributos relativos a técnica: modo de produção, antiplástico e composição mineral, queima, tratamento de superfície, polimento, decoração plástica e banho ou pintura. Prosseguindo com os elementos que envolvem a morfologia composta basicamente pela classe e suas categorias e, por fim, o estado de conservação, sinais e marcas de uso.

O gráfico 02 abaixo demonstra quantitativamente o percentual relativo a técnica usada no modo de produção verificados nas cerâmicas. O acordelado ou roletado como é conhecido também, representou maioria (72,65%); nessa técnica a vasilha de cerâmica é produzida por meio da junção entre “rolos” ou “cordões” de argila, sobrepostos, podendo ter diferentes tamanhos e são ordenados em espiral para atingir a forma do objeto. O modelado, contabilizando um percentual de 10,52%, ocorre diretamente na pasta de argila, onde a pessoa que confecciona, elabora o objeto modelando de acordo com o formato e utensílio desejado. Houve a identificação de ambos modos de produção em poucos fragmentos (0,39%), ao passo que em 16,42% o modo de confecção permaneceu como sem leitura, a explicação para isso é que pelo material possuir fragmentos consideravelmente pequenos torna difícil a identificação.

Gráfico 02 – Quantitativo do Modo de Produção



Fonte: Elaborado por Hozana Souza.

Em relação a técnica de produção acordelada, associada a uma forma de confecção das populações indígenas, é importante salientar os apontamentos de Noelli e Sallum (2019) sobre o vazio existente a respeito da identidade indígena para a conjuntura de assentamentos rurais ou da periferia de núcleos urbanos. Ressalta igualmente a diluição de suas identidades posterior ao século XVIII, fruto de uma conjuntura que estava em voga a ideia de misturar a população colonial. O argumento dos autores diz que os estudos arqueológicos trataram mais acerca dos indígenas no período pré-colonial, se devendo ao fato da divisão entre pré-história e história, denominada como artificial.

O interesse da Arqueologia Histórica e as pesquisas concentradas nas populações indígenas é observado no momento inicial da disciplina, início da década de 1960. Quando as investigações ocorriam em sítios associados a esses grupos, dando destaque para a cerâmica proveniente dos espaços de contato nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Esse começo se pautava na intenção de construir um quadro espaço-temporal amplo da ocupação do território brasileiro, alcançado apenas em momentos vinculados com a presença portuguesa. Posteriormente, o maior interesse esteve voltado para a escravidão africana, com os grupos indígenas deixados numa posição a margem (SOUZA, 2017). Zanettini (2005) aponta, em relação aos estudos dedicados ao material cerâmico produzidos após o contato, compreendendo o período colonial e pós-colonial, são menores em comparação com pesquisas de materiais de origem estrangeira.

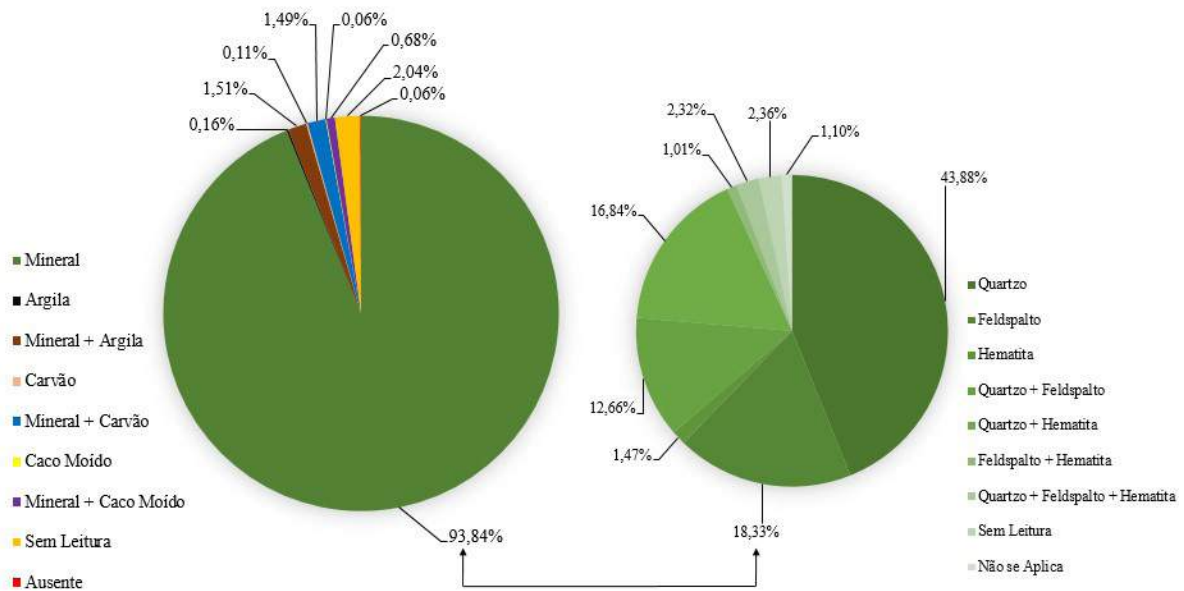
No momento de confecção da cerâmica, componentes são adicionados na pasta e constituem a categoria de antiplástico. Em termos de funções, os aditivos servem, de modo técnico, para melhor manipulação da argila no sentido de aumentar ou diminuir a sua porosidade e permeabilidade, do mesmo modo que pode aumentar a resistência dos objetos durante o processo de queima (NASCIMENTO; LUNA, 1994). Zanettini (2005) atribui que a escolha do antiplástico está relacionada com a matéria-prima disponível bem como a própria funcionalidade que a vasilha necessita.

O mineral, geralmente a categoria mais habitual, representou um percentual de 93,84%, podendo estar presente na própria matéria-prima. No caso dos minerais tipicamente apresentam um bom desempenho térmico, especialmente, quando dispõem de uma espessura pequena, inclusive para vasilhas destinadas a cocção, “visto que a maior quantidade de elementos minerais aumenta a transferência de calor e reduz o tempo de cozimento dos alimentos” (AMARAL, 2012, p. 65).

A presença de carvão pode ser associada, em termos de intencionalidade, a qualquer elemento de cunho vegetal que possa ter carbonizado na queima. Já o caco-moído, usado como antiplástico, vincula a uma escolha intencional em que era comum a reciclagem de “restos” de cerâmicas quebradas (ZANETTINI, 2005). Esses dois últimos componentes, em conjunto com a argila, representaram baixo percentual, sendo mais expressivo quando apareceram junto

com os minerais. A relação dessa categoria pode ser visualizada a seguir, da mesma forma que a composição dos minerais (Gráfico 03).

Gráfico 03 – Antiplástico e Composição Mineral



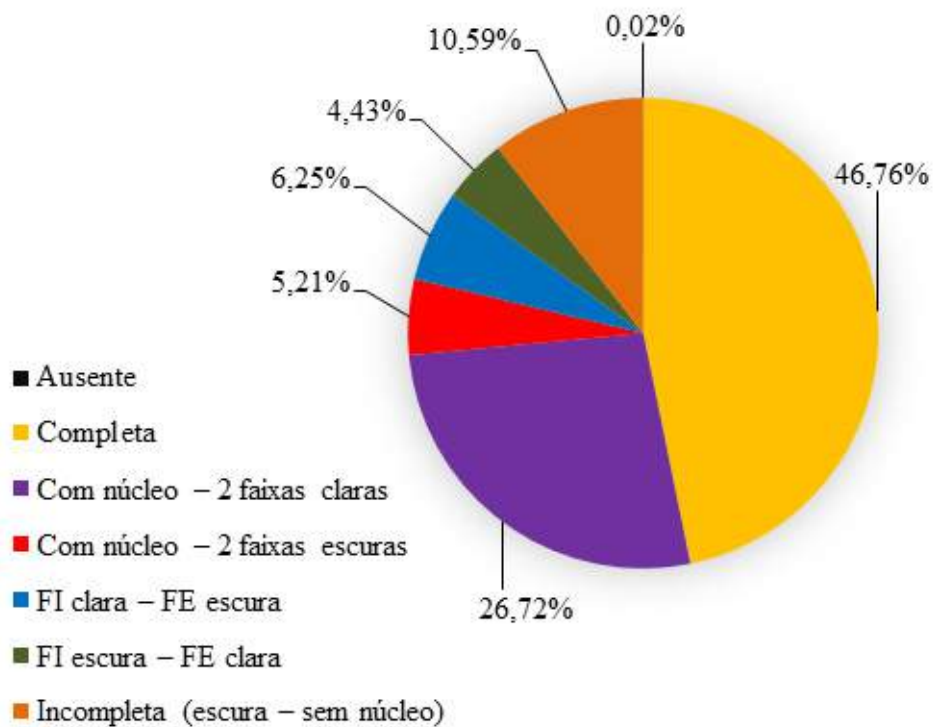
INCLINAÇÃO DA BORDA

Fonte: Elaborado por Hozana Souza.

Permanecendo nos atributos técnicos, tratamos acerca da queima que pode ser redutora ou oxidante. A queima redutora é produzida por meio de uma má combustão em função da escassez de oxigênio, ou seja, é um tipo de técnica que caracteriza os fragmentos de queima incompleta indicando, pois, a ausência de forno ou com o uso de forno no qual o controle da temperatura e do oxigênio não seja total, é o caso de fornos abertos. A oxidante gera nos fragmentos uma queima completa, a qual é produzida por um processo de combustão constante, denotando um maior controle dessa etapa (AMARAL, 2012; DOMINGO; BURKE; SMITH, 2013).

Ambos tipos de queimas ficaram visíveis nos fragmentos analisados. A coloração, reconhecida pela presença de núcleo, nas queimas que são redutoras gera um núcleo de cor escura, e para a oxidante a coloração permanece clara com tons avermelhadas e alaranjadas. A análise desse atributo nas cerâmicas do Culamins teve como resultado, majoritariamente, a queima oxidante, ou seja, com fragmentos de queima completa. As incompletas também apareceram na amostra, do mesmo modo que a alternância entre as faixas claras e escuras, e não foi relevante quantitativamente a queima estando como ausente (Gráfico 04).

Gráfico 04 – Quantitativo do Processo de Queima

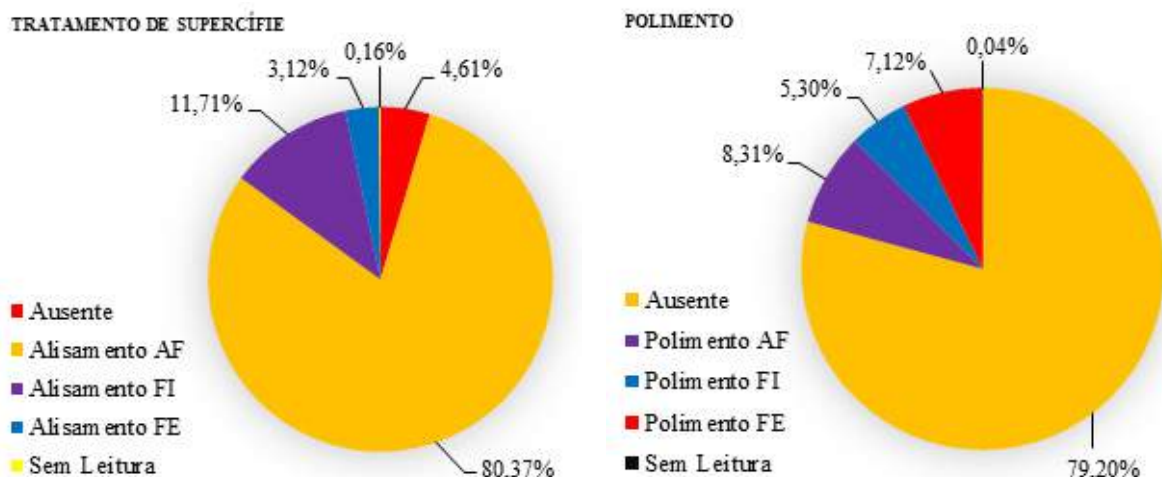


Fonte: Elaborado por Hozana Souza.

Nas categorias que abarcam as técnicas usadas para o acabamento bem como decoração das peças, temos o tratamento de superfície, polimento, decoração plástica e banho ou pintura. O tratamento empregado em ambas as superfícies foi observado, predominando o alisamento em ambas as faces dos fragmentos (80,37%). É uma demonstração, em termos de cuidado, com um acabamento homogêneo que, basicamente, elimina as imperfeições atestando a impermeabilização da peça.

O alisamento pode ser feito com a própria mão do artesão ou com o auxílio de algum objeto como sementes e seixos. O polimento se trata também de um alisamento, mas que deixa as superfícies da peça com mais brilho, sendo realizado antes da queima, estando relacionado com a impermeabilidade que a peça deve adquirir. O gráfico 05 permite ver como ambas categorias estão presentes no material analisado.

Gráfico 05 – Tratamento de Superfície e Polimento

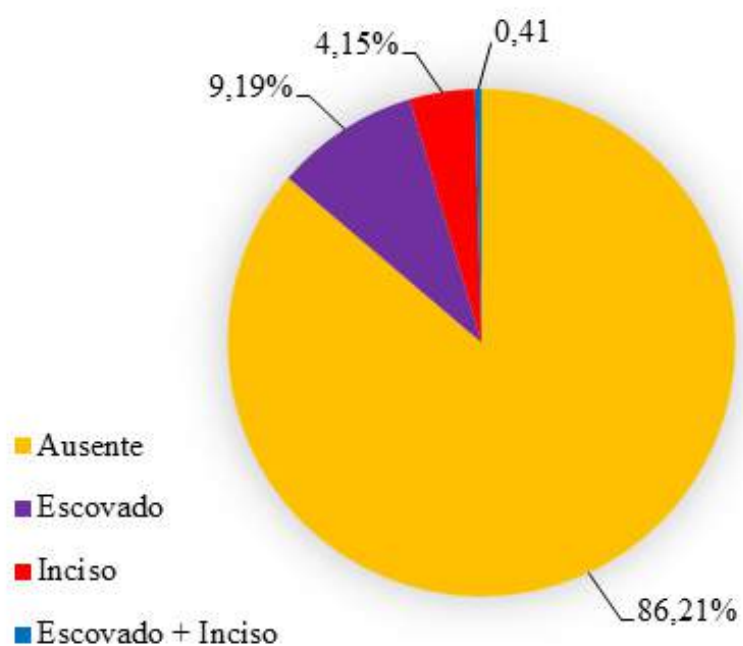


Fonte: Elaborado por Hozana Souza.

A decoração plástica, marcada por deixar na vasilha algum tipo de impressão, utilizando como subsidio algum tipo de objeto. A porcentagem de ausente foi a mais expressiva (86,21%) com grande parte dos fragmentos sem nenhum tipo de decoração. Nos demais, somente dois tipos de técnicas decorativas foram vigentes, a escovada com maior número (9,19%), o inciso (4,15%) e a combinação entre as duas que também foram constatadas em pequeno número (0,41%) (Gráfico 06).

Ambas decorações são realizadas na vasilha antes da queima, a escovada é confeccionada com um instrumento de múltiplas pontas ou com parte de um sabugo de milho que para obter rigidez sua superfície é queimada. O inciso, nas vasilhas mais antigas é feito por traços mais estreitos, delicados e retilíneos e, nas mais recentes, são desenhos com diagonais ou ondulações tendo cortes mais largos, profundos, irregulares e menos retilíneos (NOELLI; SALLUM, 2020). Na figura 15 podemos ver, em alguns fragmentos selecionados, ambas técnicas, com o inciso e escovado na imagem superior à esquerda e as demais com incisos desde linhas mais estreitas as com ondulações e de corte mais largo.

Gráfico 06 – Decoração Plástica



Fonte: Elaborado por Hozana Souza.

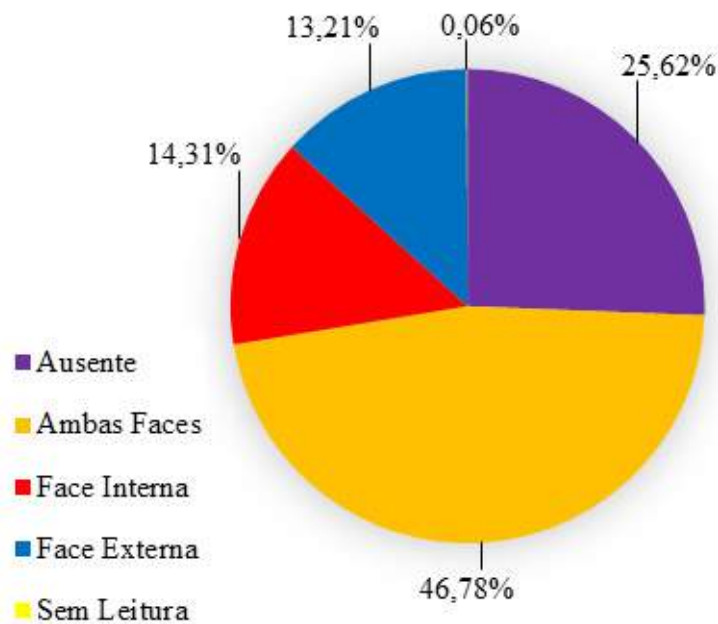
Figura 16 – Fragmentos de cerâmicas com decoração escovada e incisa



Fotografia: Hozana Souza.

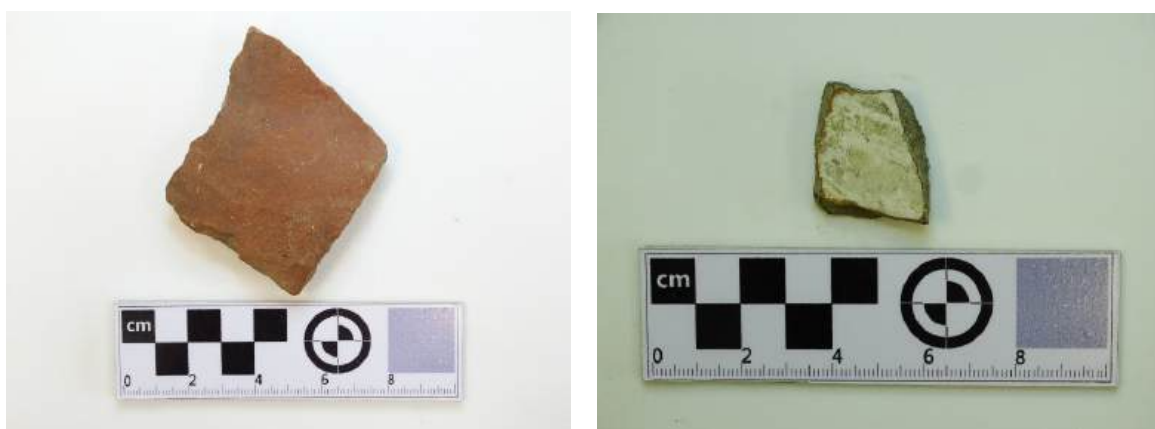
Envolvendo o banho ou pintura, de acordo com Amaral (2012), é um tratamento de superfície como uma técnica decorativa. Grande parte do material possui esse atributo, preponderando o banho em ambas faces, que foi mais recorrente que a pintura. Houve peças com engobo branco na face interna. Em termos de diferenciação, o banho é aplicado com uma camada mais delgada e o engobo uma camada mais espessa (Gráfico 07). Na figura 16, a imagem à direita é um fragmento com engobo branco e a esquerda banho na face externa.

Gráfico 07 – Dados Referentes ao Banho ou Pintura



Fonte: Elaborado por Hozana Souza.

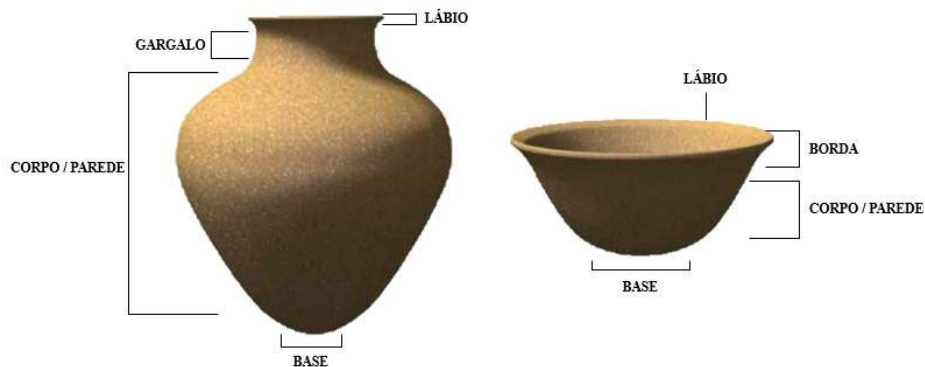
Figura 17 – Fragmentos com engobo branco na face interna e banho vermelho na face externa



Fotografia: Hozana Souza.

Na caracterização morfológica, a partir de Domingo; Burke, Smith (2013), os fragmentos são separados naqueles com forma que conservam algum detalhe de sua morfologia. Em oposto a isso, estão os informes que não exibem nenhuma referência de sua configuração original. O esquema elaborado na figura 17 propõe entender as nomenclaturas e, respectivamente, as partes que compõem as vasilhas, utilizadas na descrição logo após.

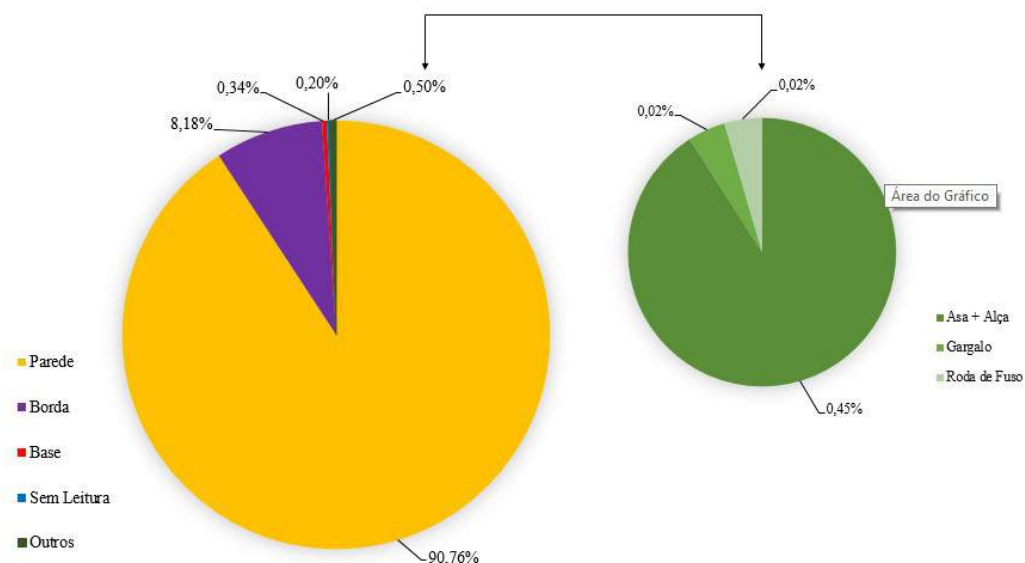
Figura 18 – Demonstração das partes que compõem o vasilhame de cerâmica



Fonte: Esquema elaborado por Hozana Souza com imagens retiradas de AMARAL, 2012, p. 359.

Levando em conta que se trata de um material predominantemente fragmentado o número de paredes se sobressaiu (90,76%), enquanto que as demais peças compuseram de bordas (8,18%), bases (0,34%) e um baixo percentual de asas e alças, um gargalo e uma roda de fuso (0,50%) (Gráfico 08).

Gráfico 08 – Quantitativo do Atributo Classe



Fonte: Elaborado por Hozana Souza.

As paredes integram os fragmentos tidos como informes, elas faziam parte do corpo da vasilha e não evidenciam detalhes acerca da morfologia. Ainda que não forneçam esse tipo de informação, contribuem na identificação dos aspectos técnicos equivalente ao processo de confecção. Na figura 18 está em destaque dois fragmentos de parede: à direita se trata de uma peça remontada, com decoração escovada; e a segunda imagem também é um fragmento remontado que possui algumas linhas incisadas.

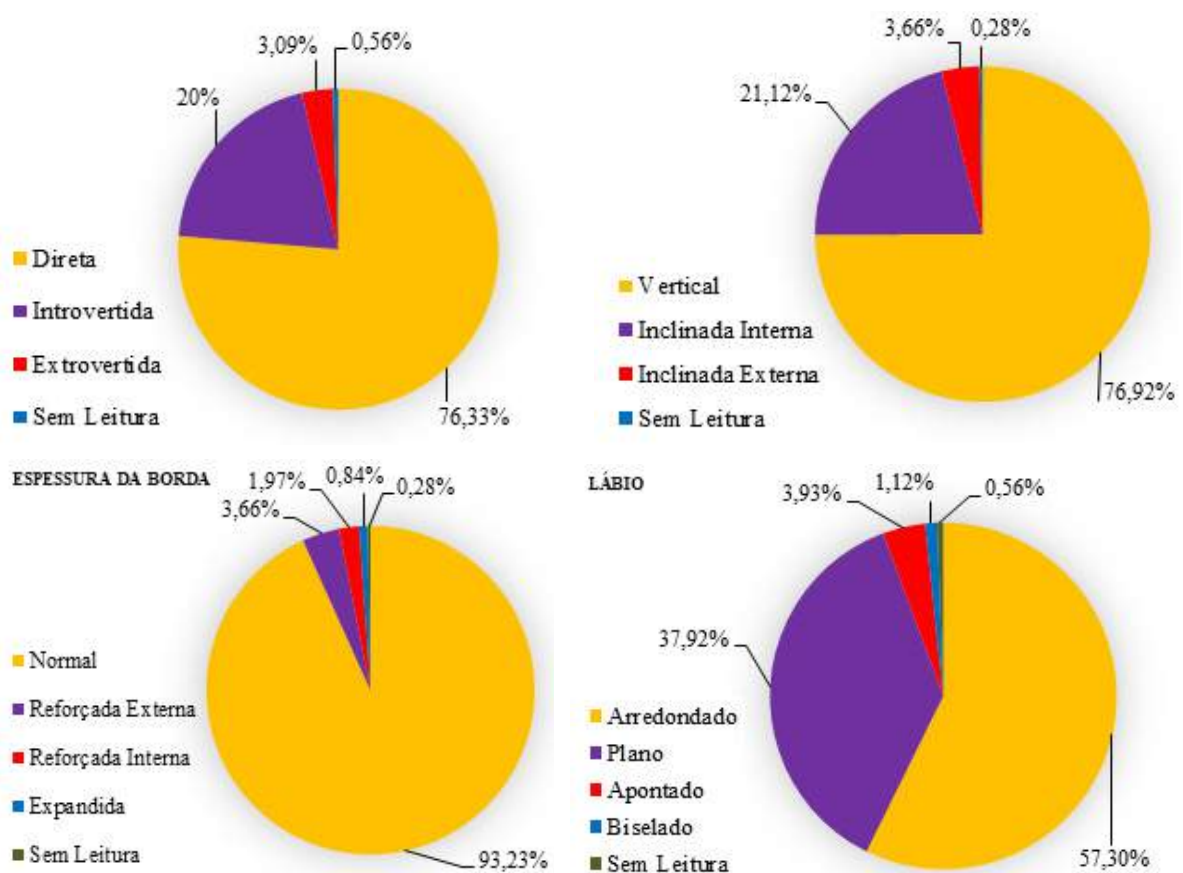
Figura 19 – Fragmentos de paredes com decoração escovada e incisa



Fotografia: Hozana Souza.

As bordas se definiram principalmente em diretas com inclinação vertical, havendo também as extrovertidas e introvertidas com a inclinação externa e interna. A espessura da borda em relação ao corpo, aspecto também observado para essa categoria, além de normal como preponderante teve aquelas com reforço externo e interno. Os fragmentos não propiciaram a medida do diâmetro, necessária para verificar o tamanho da boca da vasilha, dado esse que não somente ao aspecto relacionado com a forma mas, através disso, inferir a função. Os lábios das bordas foram dos tipos arredondados, planos, apontados e biselados (Gráfico 09).

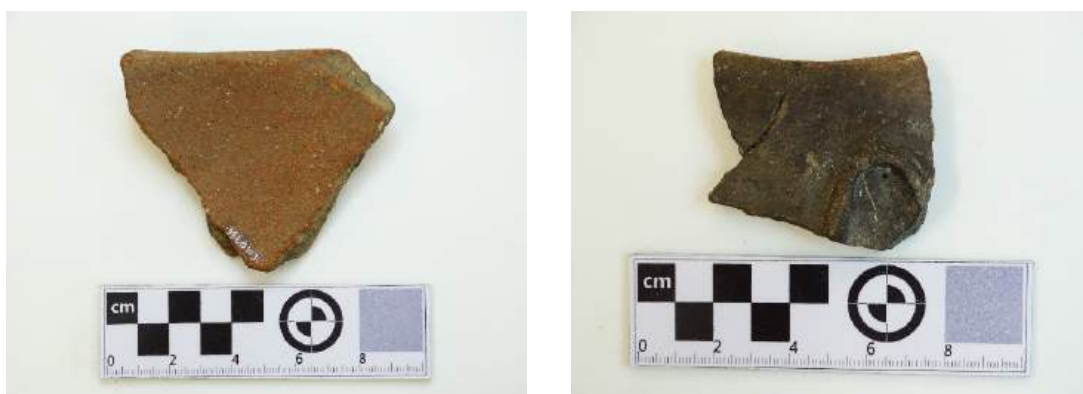
Gráfico 09 – Forma, Inclinação e Espessura da Borda e Tipo de Lábio



Fonte: Elaborado por Hozana Souza.

Fizemos destaque para duas bordas (Figura 19), a imagem à esquerda é um fragmento com leve inclinação para a parte interna, possuindo lábio plano. E a segunda imagem, uma borda de inclinação vertical com lábio apontado e uma asa de apêndice.

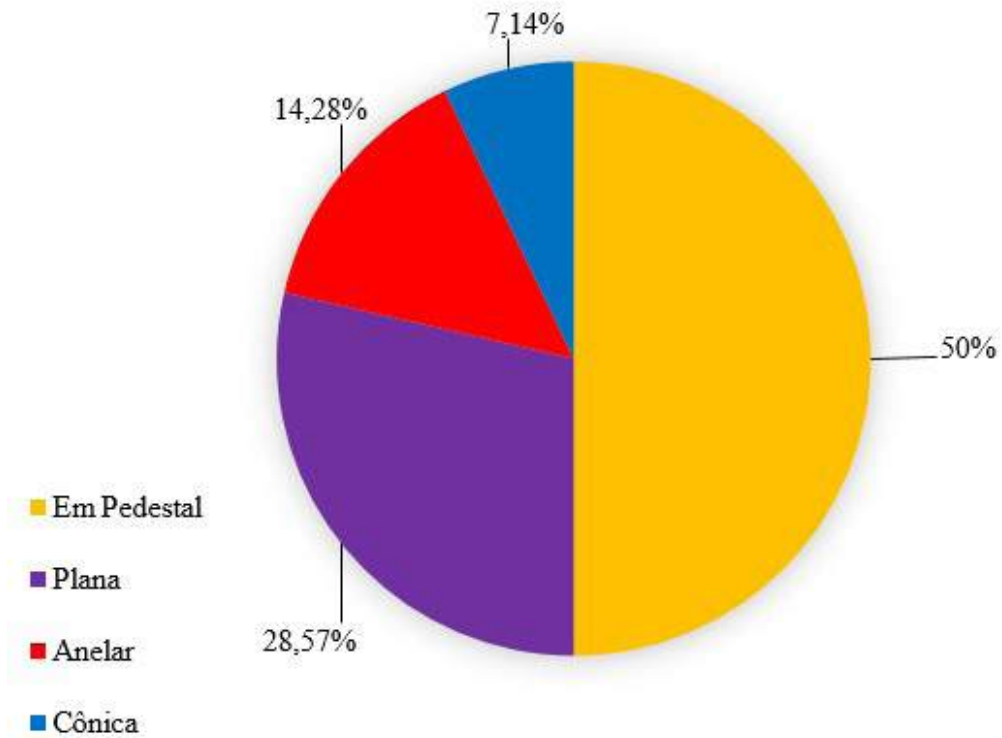
Figura 20 – Fragmentos de bordas



Fotografia: Hozana Souza

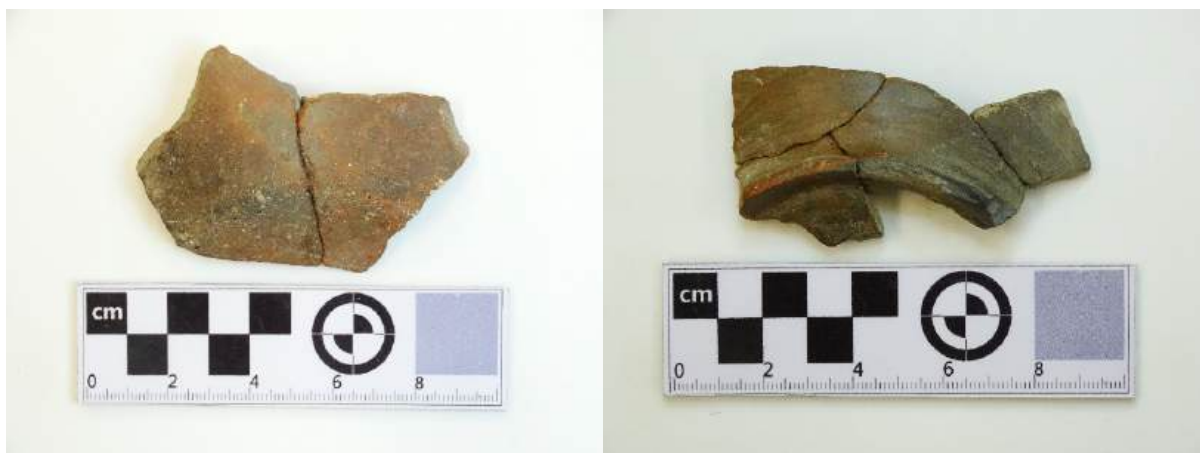
Do total de peças coletadas, as bases tiveram um percentual baixo, quatro tipos ficaram expostos: pedestal, a maior parte (50%), plana (28,57%), anelar (14,28%) e cônica (7,14%).

Gráfico 10 – Formas da Base



Fonte: Elaborado por Hozana Souza.

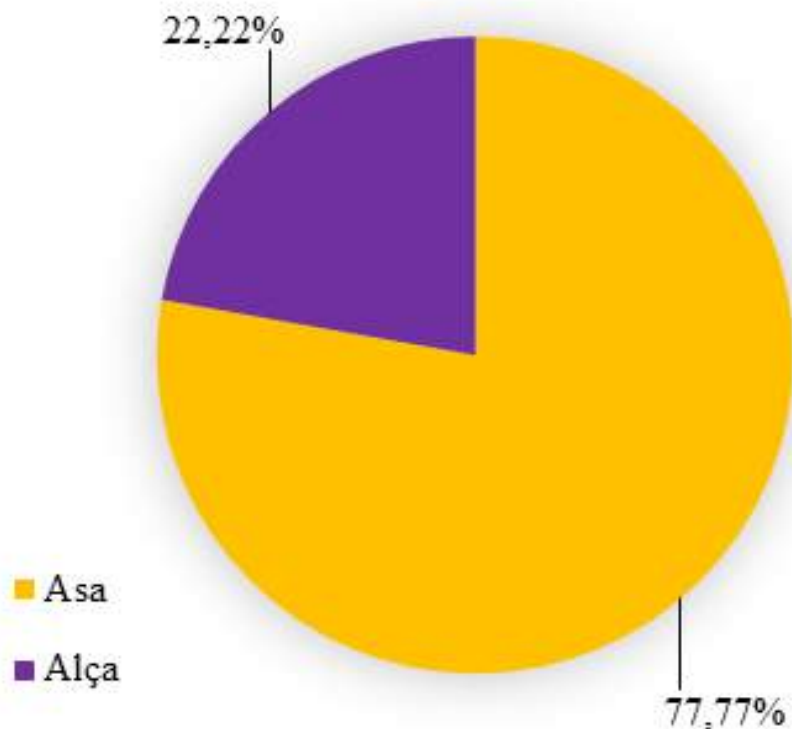
Figura 21 – Fragmentos de base em pedestal e base plana



Fotografia: Hozana Souza.

As asas e alças formaram o atributo de apêndice, contabilização no total em 36, representados em porcentagem no gráfico 11. O número de asas foi o mais expressivo, dividida em: 7 nas bordas, 8 em paredes e 13 somente o fragmento; as alças contabilizaram em 8 dividida em 1 na borda e 7 sozinhas. Alguns desses fragmentos estão distribuídos na figura 21: uma alça, uma asa, uma asa na borda e uma asa na parede.

Gráfico 11 – Demonstração em Porcentagem do Apêndice



Fonte: Elaborado por Hozana Souza.

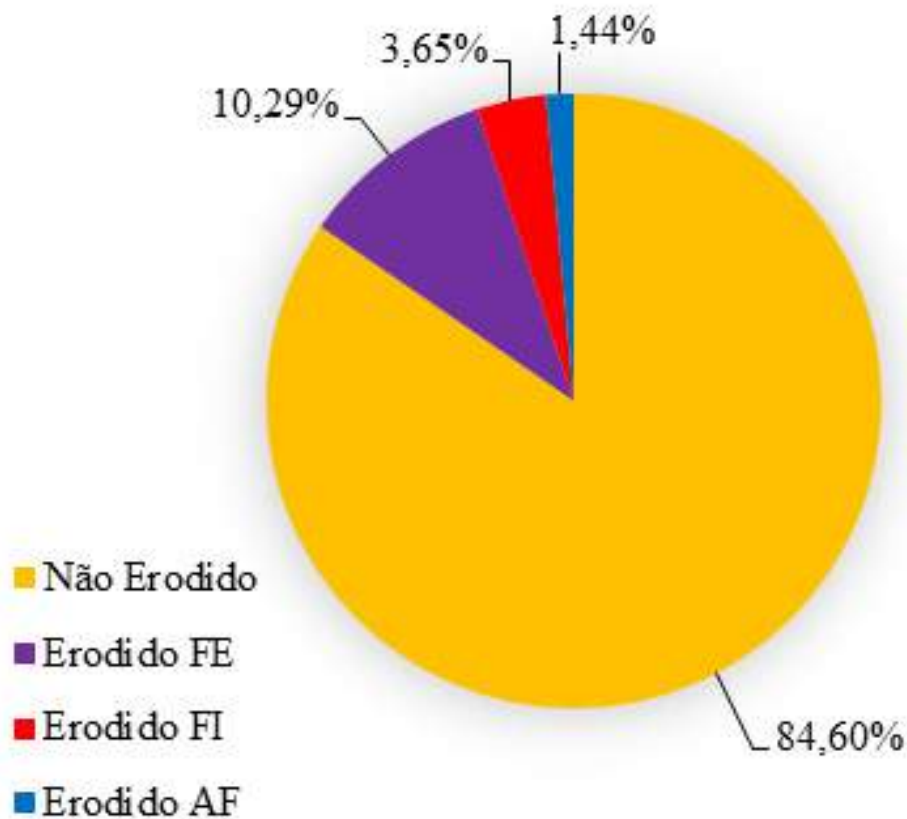
Figura 22 – Asa e alça



Fotografia: Hozana Souza.

O estado de conservação, observado pela presença de erosão nas faces dos fragmentos consistiram nos seguintes dados: não erodido em 84,60%, erodido na face externa em 10,29%, erodido na face interna 3,65% e erodido em ambas faces com 1,44% (Gráfico 12). Amaral (2012) faz referência que a maioria dos fragmentos não erodidos corresponde intenção de ter um acabamento de superfície regular e rigoroso.

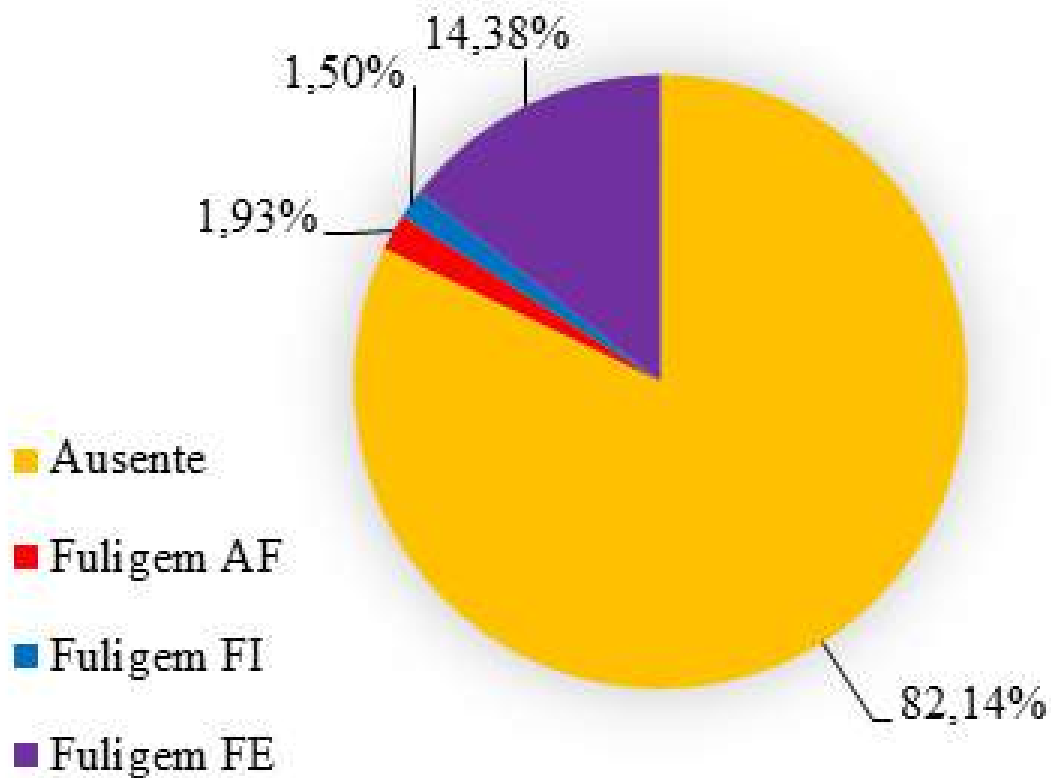
Gráfico 12 – Estado de Conservação



Fonte: Elaborado por Hozana Souza.

Os atributos diretamente vinculados ao uso foram analisados pelos sinais e marcas de uso. Primeiramente a fuligem que na parte interna pode consistir numa película de alimento queimado e na parte externa sugere que a vasilha tenha sido levada ao fogo como para a preparação de alimentos. A fuligem como ausente foi dominante (82,14%), tanto em ambas as faces quanto na face interna houve um percentual baixo de 1,93% e 1,50%, respectivamente. Para a face externa, esse número teve uma presença considerável de 14,38%, podemos inferir, com isso, que novamente muito provavelmente eram vasilhas destinadas para a cocção de alimentos (AMARAL, 2012).

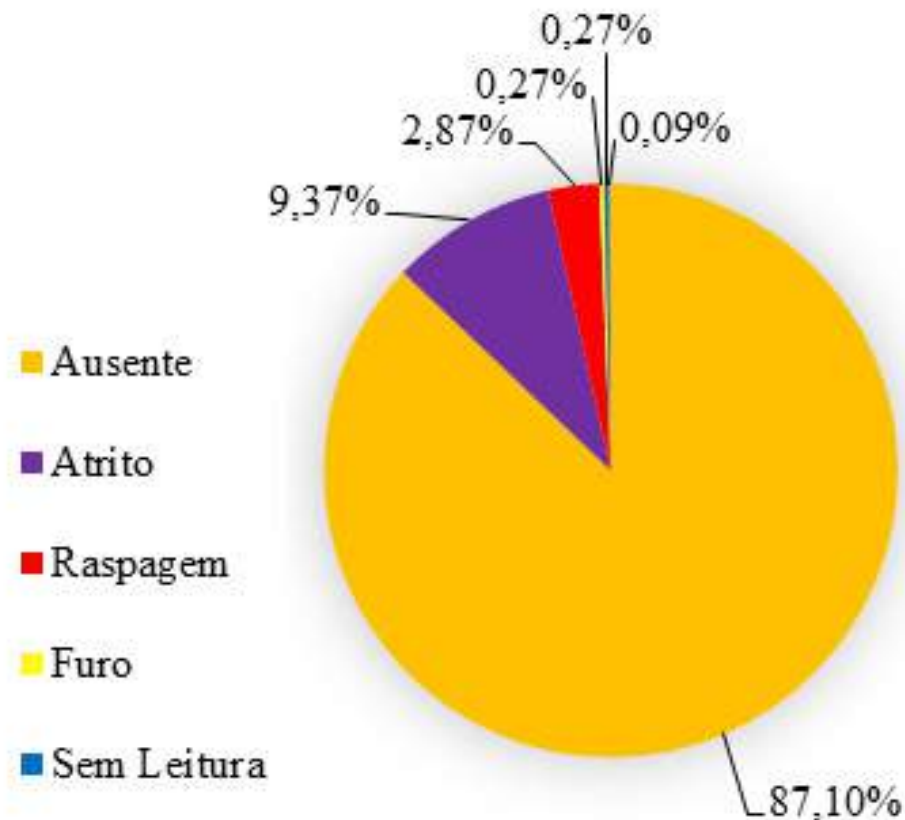
Gráfico 13 – Sinais de Uso



Fonte: Elaborado por Hozana Souza.

Nas marcas de uso onde seus indicadores podem ser remeter para a funcionalidade da vasilha, os dados se apresentaram como ausente com 87,10%, o atrito como atributo analisado por estar relacionado com o manuseio do objeto representando 9,37% seguindo da raspagem em 2,87%, a presença de furo bem como o atrito junto da raspagem quantitativamente permaneceu com um percentual baixo.

Gráfico 14 – Marcas de Uso



Fonte: Elaborado por Hozana Souza.

Como cerâmicas utilitárias, estiveram inseridas em um contexto de uso familiar como itens pertencentes ao espaço da cozinha. Em termos de função, poderiam estar aplicados para a cocção de alimentos e outras práticas relacionada a esse universo, como sugeriram alguns dos atributos analisados.

Quanto a dimensão técnica, parte do modo de produção, permanece em consonância com um fazer atrelado a confecção indígena a qual, inclusive, é estabelecido como uma produção feminina e doméstica. Noelli e Sallum (2020) esclarece ainda que a cerâmica portuguesa sem vidrado, era formada por recipientes de pequena, média e grande dimensão possuindo uma ou duas asas ou até mesmo nenhuma com fundo plano, convexo e, por vezes, planos. O tratamento de superfície é alisado ou brunido, eventualmente com incisos.

Em referência isso temos a presença de ambas técnicas, assim, a continuidade ou persistência da prática, destacada por Noelli e Sallum (2019), não corresponde exclusivamente a uma continuidade histórica constante, no entanto não deixa de ser fruto de uma articulação intencional de práticas e identidades em uma conjuntura que abrangeu novas economias,

políticas e realidades sociais que entraram em vigor durante o período colonial. Logo, para o contexto, essa concepção se torna viável, onde o centro produtor desses itens poderia estar localizado, no que veio a ser o município de Caicó, mas também integrar redes de comercialização desenvolvidas com as regiões circunvizinhas.

Em termos de aquisição as vasilhas, primeiramente de uso familiar e de eventos comunitários, tiveram o início de sua comercialização no final do século XVII ou começo do XVIII. As práticas de comercialização na qual podemos incluir a Ribeira do Seridó e, por conseguinte, o acesso aos itens necessários para a subsistência, considera as vias que fazia parte do mercado interno, constituídas a partir do contato entre diferentes capitanias. “[...] as movimentações comerciais transbordavam os limites da ribeira e tocavam outras distantes localidades, pontecendo contatos de uma rede mercantil que se urdia em costuras internas, mas também em nexos litorâneos” (MACÊDO, 2017, p. 22).

Se tratasse, naturalmente, de um comércio vinculado com as rotas da economia do gado, seja pelo charqueamento ou pelas feiras. Macêdo (2017) traceja os caminhos que o Seridó estava ligado, com destaque para dois circuitos comerciais que conectava as capitanias de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Em primeiro lugar, aquele articulado por terra pelas estradas que o gado percorria para as feiras da Paraíba e Pernambuco, realizadas próximas as faixas litorâneas. A outra rota ocorria por via marítima, por meio da navegação de cabotagem que incluía os portos das capitanias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte para desembarcar em Pernambuco.

Existia fluidez entre os caminhos e as capitanias, aspecto esse, por exemplo, não percebido entre o interior com Natal, sede da capitania do Rio Grande do Norte. Macêdo (2017) atribui, no que concerne as relações comerciais, envolvendo ambos lugares, como inexpressivas. Seguindo o autor é possível visualizar o contato entre o Seridó com demais capitanias.

Do total de documentos por nós pesquisados para a Ribeira do Seridó (56 inventários), 44 declararam dívidas e desses, 06 identificaram Recife como a cidade de onde provinha seu débito. A Bahia foi citada somente uma vez em 1763 [...]. Três citações foram feitas ao Brejo de Bananeira e Piancó (Pombal), na Paraíba; duas ao Brejo de Areia, Piancó, também na Paraíba, e somente uma citação: Açu, Potengi, Apodi, Acari, Serra Negra, no Rio Grande; Santa Luzia, Cariri de Fora, Patos, Ribeira das Piranhas e Espinharas, Catolé, Camaratuba, na Paraíba; e ou ao Ceará. (MACÊDO, 2017, p. 22).

Pelas rotas dos sertões, o comércio se desenvolvia inicialmente quando o criador enviava o gado para as feiras e, ao serem efetuadas as vendas, passavam a adquirir os produtos para o

sustento da família. Outras mercadorias se tornavam acessíveis nesses espaços, contribuindo para que surgissem diferentes redes de comercialização tanto nos próprios locais por onde o gado passava quanto na própria ribeira em que vivia os indivíduos. Ainda nos caminhos, mercadores locais compravam o gado depreciado, da mesma forma que vendiam o excedente de lavouras próprias ou de produtos elaborados por eles. Não era, portanto, uma economia de autoconsumo (MACÊDO, 2017).

As vilas e cidades de comércio mais dinâmico forneciam uma série de produtos de que as populações dos sertões precisavam. As tropas de burros, mulas e cavalos respondiam por fazer escoar as mercadorias. Os artigos chegavam às ribeiras pelos tropeiros-mascates que comercializavam seus produtos, geralmente permutando suas mercadorias por produtos da terra, principalmente gado. As cargas eram transportadas em montarias seladas com “cangalhas”, aparelho de madeira, forrado com esteira de pano ou couro, estofado de capim seco ou algodão. (MACÊDO, 2017, p. 27-28).

A lógica mercantil da qual o espaço sertanejo pertenceu, compreendia as rotas terrestres, fundadoras de sua própria colonização, como afirma Macêdo (2017). As feiras de “gado em pé”, localizadas nos brejos e em áreas próximas ao litoral da Paraíba e Pernambuco, que tinham como demanda os animais para a tração, corte e courama. Como mercadoria necessária para a economia da colônia e por meio das feiras o comércio do gado promoveu o acesso a produtos manufaturados e alimentícios que alcançavam os sertões.

Destarte, as feiras foram verdadeiros centros de comercialização para os sertões. Descrita por Braudel (2009, p. 12) como “tudo nela é agitação e lhe assinala os movimentos. O ruído das feiras chega distintamente a nossos ouvidos”. Determinando a economia de mercado, elas foram construídas por meio do movimento significando, com isso, circularidade. Dessa maneira, nos caminhos dos sertões, incorporando a Ribeira do Seridó, essa perspectiva reflete que tais espaços tiveram circuitos e lógicas, em que ambos aspectos de movimento e circulação se faziam inerentes. “Ligadas entre si, as feiras se correspondem. Quer se trate das feiras simplesmente mercantis ou das feiras de crédito, todas são organizadas para facilitar os circuitos” (BRAUDEL, 2009, p. 74).

De acordo com a diversidade de produtos, em particular para as populações sertanejas, as feiras são colocadas como pontos para a aquisição da cerâmica utilitária, como foi atribuído por Symanski (2008). Comumente, a confecção dos objetos era desenvolvida em ambiente doméstico, enquanto atividade feita por mulheres, e as feiras foram também espaços de venda para quem fabricava.

A partir de uma perspectiva associada com hábitos alimentares, Rego (2013) tratou das vasilhas de cerâmica em Recife, com destaque para a cidade como local de compra e

venda dos itens, não somente nos séculos passados. Por meio de sua análise, a circulação das cerâmicas utilitárias fazia parte de campo de consumo que abrangia diferentes pessoas. Logo, um dos pontos de discussão se refere a trajetória da cerâmica utilitária com relação à produção, circulação e consumo como um processo dinâmico, especialmente no século XIX em que as pessoas deveriam cultivar ofícios específicos e distintos como vendedor, artesão, cozinheiro.

Especificando mais acerca da etapa de comercialização, Rego (2013) inseri que havia divulgação sobre os produtos que estavam acessíveis para a comercialização onde podemos perceber também sobre a diferença entre a divulgação entre as louças locais e de fora.

Entre os anúncios que divulgavam louças da terra, havia também leilões destes utensílios e chegadas de carregamentos. Interessante notar que, mesmo não sendo recorrente, os anunciantes, ao se referirem à louças importadas, utilizavam o termo “louça”, sem a denominação complementar “da terra. (REGO, 2013, p. 113).

Hoje, mesmo ainda fazendo parte da paisagem do ambiente doméstico, majoritariamente rural, e com presença nas feiras; o uso e a confecção dos itens de cerâmica se encontra reduzida. Através do conjunto de pesquisas (SYMANSKI, 2008; AMARAL, 2012, 2019; REGO, 2013; QUEIROZ, 2015; SOUZA, 2017) voltadas para as populações sertanejas compreendendo diferentes áreas da atual região Nordeste, e considerando as diferentes perspectivas, são demonstradas sobre as diferentes estruturas que incorporam a cultura material dessas pessoas. O ponto comum é que a cerâmica, no que diz respeito ao processo de confecção e comercialização foi parte significativa na vivência desses grupos, onde sua substituição ocorreu pela inserção de itens industrializados que alterou a lógica de consumo de uma prática por muito tempo dominante.

3.2 Análise das faianças finas encontradas no sítio arqueológico Culumins e cronologia relativa do sítio, a partir da manufatura das louças históricas

Ao longo das etapas de pesquisa de campo realizadas na área do sítio arqueológico Culumins, foram coletadas 636 peças de louça histórica. Salientando que segundo Pileggi (1958) *louça* seria uma designação genérica para “todo produto manufatura de cerâmica,

composto de substâncias minerais sujeitas a uma ou mais queimas” (PILEGGI, 1958, p. 194-195) Esta amostragem reflete a intenção de identificar e caracterizar a cultura material histórica ali presente, bem como de compreender o uso do espaço, a partir das evidências arqueológicas encontradas em diferentes locais do sítio e, principalmente, na área de escavação por superfície ampla. Contudo, destacamos que ainda se mantém *in situ*, em diferentes porções do sítio arqueológico materiais e estruturas arqueológicas que podem vir a oportunizar novos dados sobre os grupos domésticos que ali habitaram.

Neste tópico, estamos particularizando como louça histórica derivados de cerâmica, que aparecem também no sítio arqueológico sob a forma de fragmentos, e os quais objetivamos diferenciar das *loiças* (AMARAL, 2012) que em nosso caso são cerâmicas utilitárias de produção local ou regional, que fazia parte de redes de comercialização locais e regionais. Tratam-se, pois, de faianças finas onde percebemos diferentes atributos como classes, tipos de pasta, cores de pasta, decorações, cores de fundo, motivos decorativos, carimbos, motivo de borda e cores de desenhos.

A metodologia utilizada para análise das peças consistiu primeiramente em triagem dos fragmentos de louça. Após essa triagem foi feita a limpeza e utilizado o método de aferição do número mínimo de peças, chamado por Araújo e Carvalho (1993) de “número mínimo”. Caracterizando-se como uma forma de

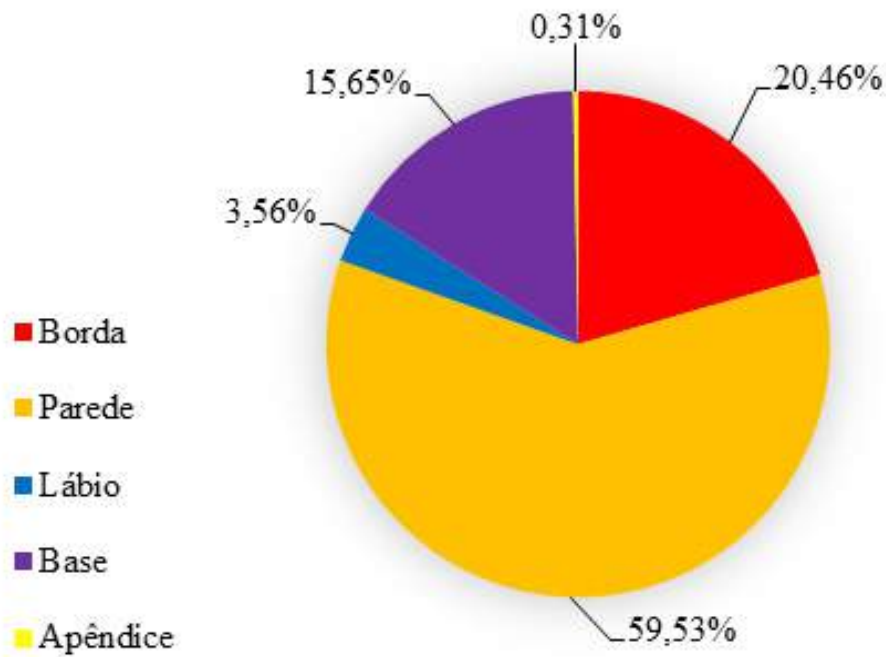
associar fragmentos que apresentem características semelhantes e, sistematicamente, agrupá-los de modo a se obter um número mínimo de recipientes. Em um acervo composto de fragmentos, se tivermos três fragmentos que remontam e um quarto que, apesar de ter características muito semelhantes aos outros três, não pode ser diretamente associado a eles (p. ex. os três fragmentos podem ser de uma borda, e o quarto do centro de um prato), não podendo considerá-lo como fazendo parte do mesmo recipiente. (ARAÚJO; CARVALHO, 1993, p. 89).

Após esse processo de associação dos fragmentos, foi feita uma leitura destes a partir de ficha de análise específica voltada a identificação de aspectos tanto tecnológicos quanto de aferição de tipologia. Além disto, a quantificação e apresentação dos dados em forma de gráficos, apresentados a seguir como forma de contribuir para as interpretações aqui realizadas.

Inicialmente, destacamos que a análise realizada não identificou qualquer peça completa, apenas fragmentos. Sendo esses de: base, borda, parede, lábio, apêndice e gargalo (Gráfico 15 e Figura 23). Esses fragmentos apresentaram dois tipos de cor na pasta: branco e creme (Gráfico 16), destacando que a diferença de coloração na pasta pode, por vezes, estar também relacionada a coloração do solo que integrava o registro arqueológico, no qual a peça

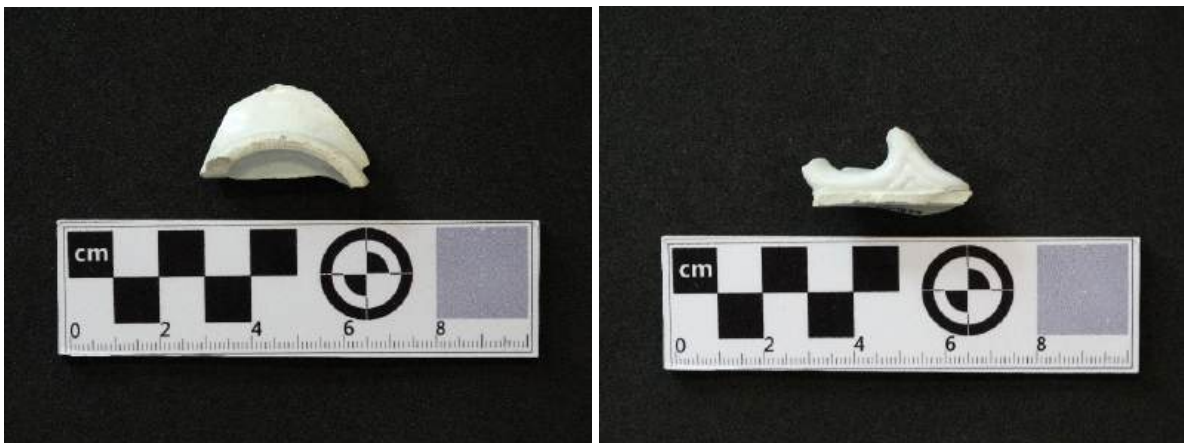
foi coletada. Para além da cor da pasta, sob as cores de fundo que se alternaram entre branco (98% da amostra) e cinza (2% da amostra), há ampla diversificação nas cores presentes nos desenhos dos fragmentos em tons de: amarelo, creme, marrom, preto, vermelho, azul, verde, rosa, vinho e casos em que as peças apresentaram mais de uma cor (Gráfico 17).

Gráfico 15 – Classe dos Fragmentos



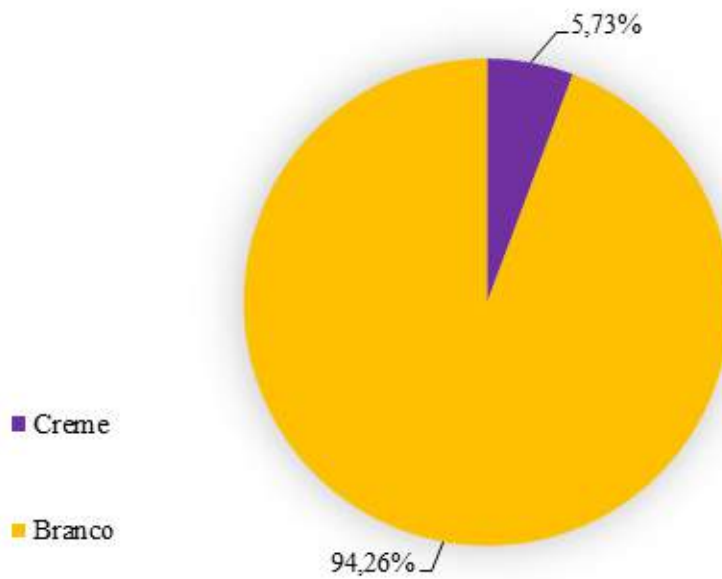
Fonte: Elaborado por Maria Eduarda de Medeiros.

Figura 23 – Fragmento de base e apêndice de louça



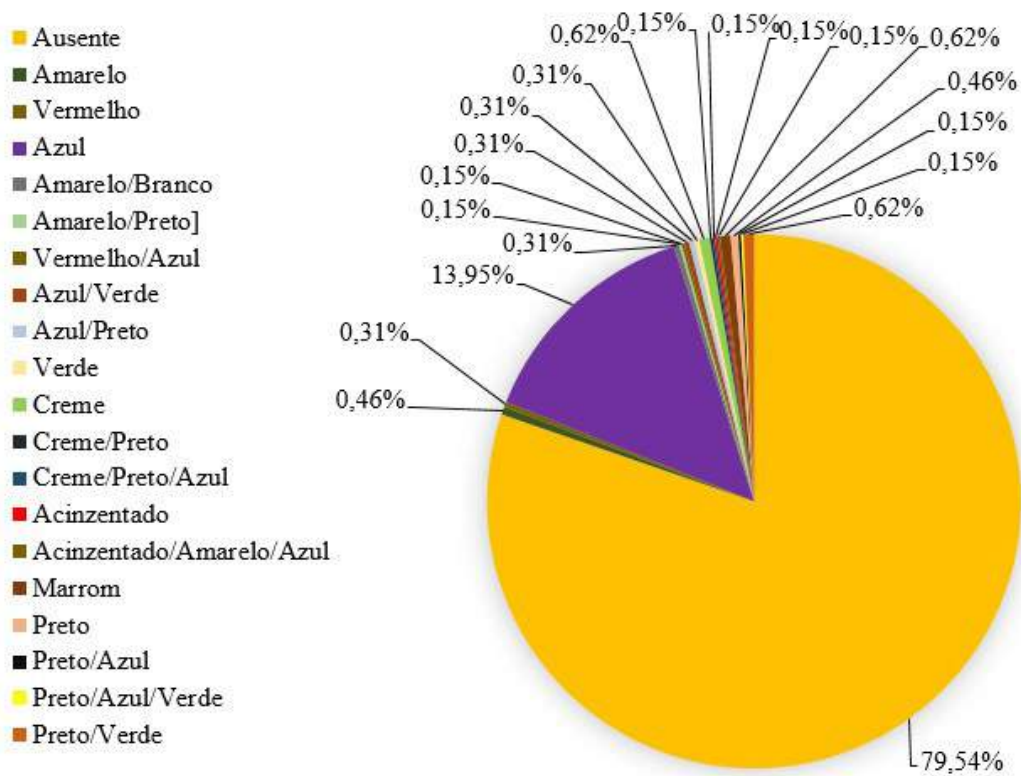
Fotografia: Hozana Souza.

Gráfico 16 – Cor da Pasta



Fonte: Elaborado por Maria Eduarda de Medeiros.

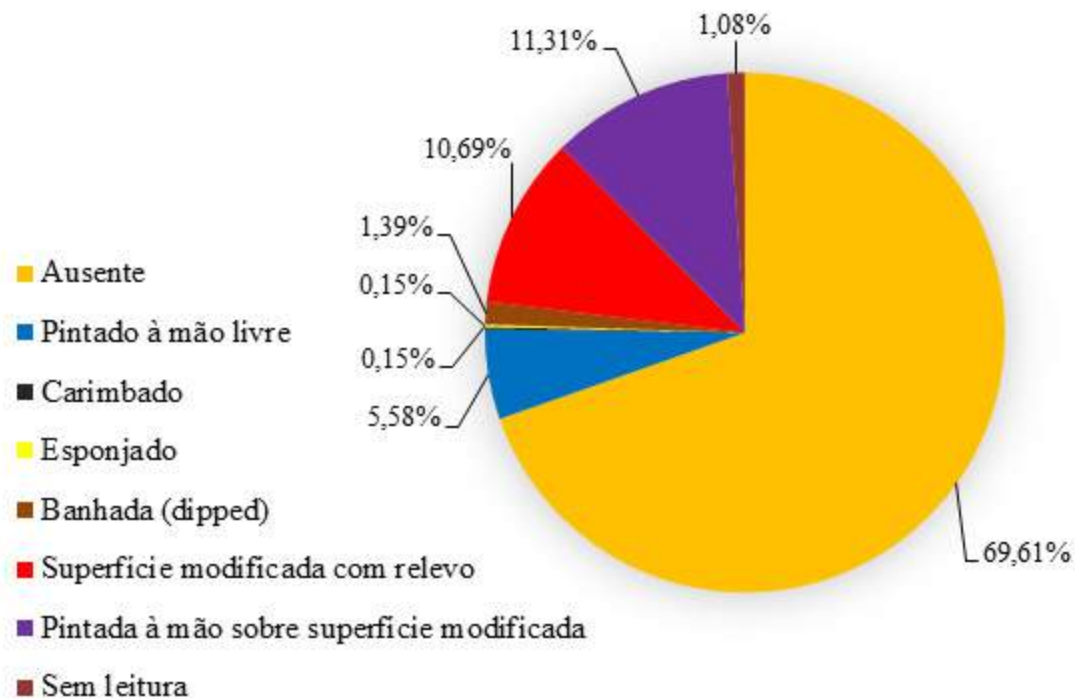
Gráfico 17 – Cor dos Desenhos



Fonte: Elaborado por Maria Eduarda de Medeiros.

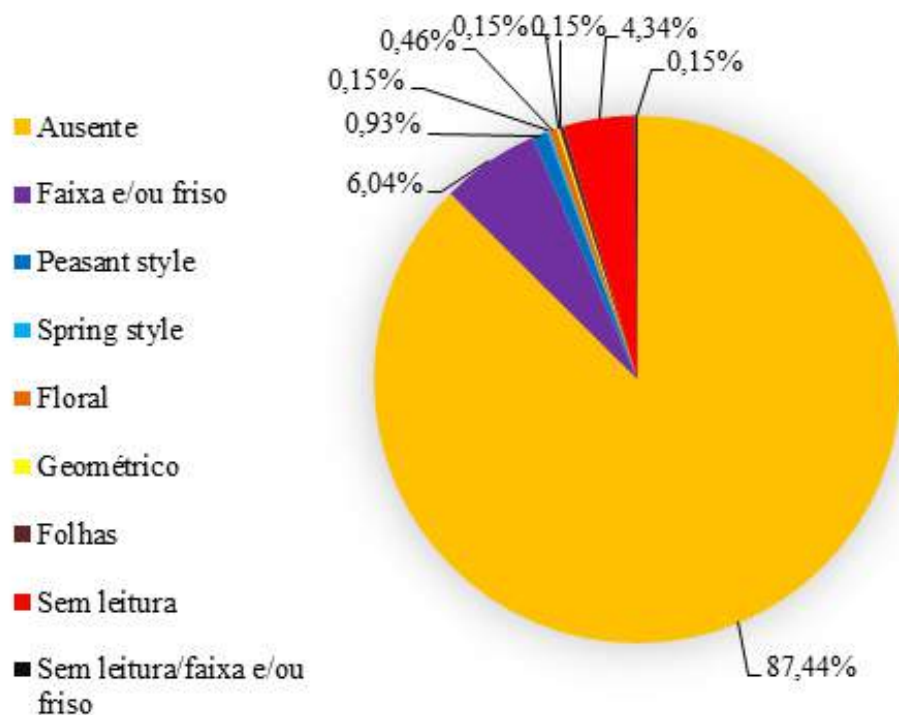
Por outro lado, naquilo que cumpre a frequência de técnicas decorativas na amostragem analisada há seis técnicas distintas (Gráfico 18), sendo essas: pintado à mão livre, carimbado (Cut sponge), esponjado (Sponge), banhada, superfície modificada com relevo e pintada à mão sobre superfície modificada. Na figura 24 destacamos dois fragmentos de louças com técnicas de decoração, uma borda com superfície modificada com relevo e uma parede pintada à mão. De forma relacionada a técnica decorativa, temos os motivos decorativos que são a essas associadas na configuração de padrões específicos. Assim, temos: faixa ou friso, floral, geométrico, folhas, Peasant Style, Spring Style, além de peças que apresentaram mais de um motivo decorativo (Gráfico 19).

Gráfico 18 – Técnica de Decoração



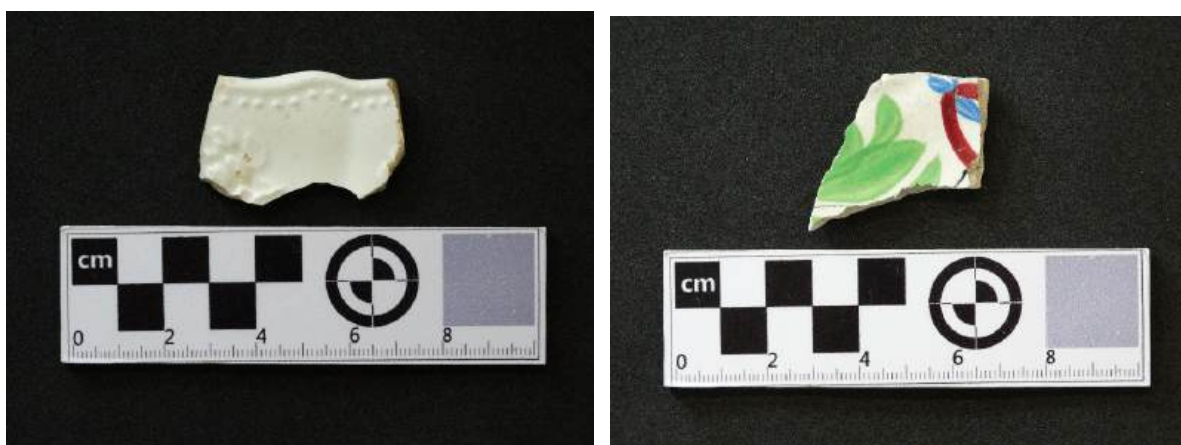
Fonte: Elaborado por Maria Eduarda de Medeiros.

Gráfico 19 – Motivo Decorativo



Fonte: Elaborado por Maria Eduarda de Medeiros.

Figura 24 – Fragmentos de louça com decoração

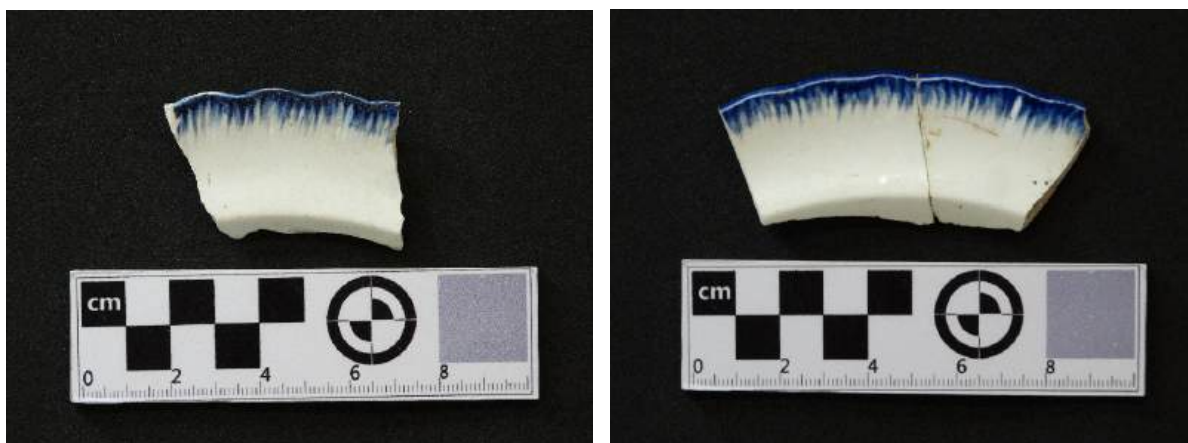


Fotografia: Hozana Souza.

Ainda, foi percebido a existência de motivos decorativos na borda de peças analisadas. Entre esses motivos, figura com maior destaque o padrão *Shell Edged*, com borda ondulada

assimétrica, linha curva e incisões que ocasionaram a alteração da superfície (Figura 25), havendo também peças com linhas curvas em borda reta (Figura 26), também *Blue Edged*, que podem ser consideradas falsificações da *Shell Edged*, a qual teve sua produção descontinuada no ano de 1850 (SIMANSKY, 1997; SILVA, 2017). Outros motivos identificados nas bordas foram: folhas, faixa simples e peças que apresentaram mais de um motivo decorativo.

Figura 25 – Fragmentos de bordas Shell Edged



Fotografia: Hozana Souza.

Figura 26 – Fragmento de borda Blue Edge



Fotografia: Hozana Souza.

A amostra analisada é formada por faianças finas, um tipo de louça que segundo Araújo e Carvalho (1993) teria inundado “o mercado brasileiro com produtos de qualidade inferior, produzidos em grande escala, altamente consumidos por camadas médias” (ARAÚJO; CARVALHO, 1993, p. 82). A faiança fina não corresponde ao conceito técnico da faiança verdadeira e as características de sua constituição química e de suas variedades, situam-na em categoria a parte. Segundo Pillegi (1958) a louça inglesa é de categoria intermediária, entre a faiança e a porcelana. A faiança fina para substituir a faiança clássica e alcançar a porcelana no Ocidente, teve como representantes os oleiros ingleses na busca de novos processos.

Assim, os ingleses, a partir da manipulação do grés e de outros materiais alcançaram, um produto novo e de caráter intermediário que proporcionou condições de concorrer tanto com a porcelana quanto com a faiança. A faiança fina acabou sendo um fato importante na história cerâmica moderna, apesar da fabricação do artefato ser simples, no setor utilitário ganhou grandes vantagens sobre os produtos então existentes, na passagem do século XVII para o XIX e ao longo deste. A sua simplificação, em relação à porcelana, consistia em isentar as capas ou as películas trabalhosas da aplicação do esmalte opaco, dos engobos que os revestiam, tanto as faianças como a terracota, para esconder a tonalidade e as imperfeições do barro natural (BRANCANTE, 1981).

A faiança fina atingia uma faixa mais ampla de consumidores, com a vantagem conseguida com as novas pastas, pois trazia ao produto uma massa mais clara, mais uniforme e mais resistente, sendo que a decoração pintada ou estampada tinha um menor custo, pois passa a ser aplicada diretamente na peça. Com todos esses acontecimentos e descobertas pelos ingleses, como os novos processos de decoração e composições inéditas, a faiança fina encontra eco justamente no processo de Revolução Industrial e no conseqüente movimento de ampliação tecnológica, crescimento demográfico e multiplicação dos transportes e do comércio (BRAUDEL, 1998). Contudo, não podemos deixar de destacar que esse mesmo processo que inicialmente contribuiu para a difusão da faiança fina, também atuou na ampliação da concorrência a este produto e, por conseqüente, pelo fim do seu período de influência. Isto porque desde o século XVIII, muitas fórmulas eram copiadas por artesões espíões que trabalhavam nas casas comerciais, eles levavam as receitas para outros concorrentes ou para fora da Inglaterra, o que acabou disseminando o uso da faiança fina em outros países, como em Portugal e França e implicando em variedades como, por exemplo, a louça *pó de pedra* (BRANCANTE, 1981).

Não podemos pensar que a faiança fina surgiu de repente, ela passou por um processo que levou dezenas de anos, onde surgiu variedades com condições a serem aceitas pela burguesia e pela nobreza devido à qualidade e à boa apresentação do produto cerâmico (BRANCANTE, 1981). Diferentes países exportaram faiança fina para o Brasil de diversas variedades, designações e marcas, sendo os países que se sobressaem são Portugal, França, Alemanha, Holanda, Inglaterra, Bélgica e Luxemburgo.

3.2.1 Cronologia do sítio Culumins, a partir da manufatura das louças encontradas durante as escavações

Os dados apresentados sobre análise das faianças finas coletadas na área do sítio Culumins evidenciaram diferentes padrões decorativos, ou elementos que podem ser tomados como referência na atribuição de uma cronologia relativa sobre o sítio arqueológico, de forma a que possamos pensar o período de ocupação do espaço, isto, considerando que o levantamento documental já abordado neste trabalho posiciona o sítio já figurando em inventário do século XIX.

Para o estabelecimento desse parâmetro cronológico iremos aplicar a Fórmula South, que corresponde a um recurso de base metodológica cujo objetivo principal incide sobre o estabelecimento de uma cronologia, ainda que relativa, que leva em consideração a frequência, ao longo do tempo, dos tipos de louças encontradas em um sítio arqueológico histórico e estabelece, assim, uma média referente a ocupação deste. Destacamos que, como qualquer recurso metodológico, a maneira de empregá-lo, assim como os resultados por ele produzidos, já foram em diferentes momentos discutidos em trabalhos no campo da arqueologia histórica brasileira, sem que com isso se tenha, em momento algum, atentado contra a validade de aplicação deste método (SYMANSKI, 1999; ARAÚJO; CARVALHO, 1993; LIMA, *et al.*, 1989).

A Fórmula South está expressa da seguinte maneira:

$$Y = \frac{\sum_{i=1}^n x_i * f_i}{\sum_{i=1}^n f_i},$$

Nesta fórmula, podemos considerar que os dois principais elementos são X_i e f_i , isto porque eles representam, respectivamente, uma data média para o período de produção do tipo de louça e, a frequência com que aquele tipo de louça foi encontrada no sítio arqueológico. Esta frequência pode ser apresentada a partir do número mínimo de peças – NMP, não sendo contabilizados pois, neste caso, os fragmentos que remontam ou podem ser colados, visto serem do mesmo objeto que se fragmentou; ou, pode ser apresentado a partir do número de fragmentos, correspondendo, independente, por exemplos, de ser uma peça formada a partir de distintos fragmentos, por exemplo, uma mesma vasilha. No caso deste trabalho, nossa opção foi pela adoção do número mínimo de peças. Além dos elementos já explicados, compõem ainda a fórmula o n , que representa o número de tipos de louças na amostra e o Y , que é o produto final e representa a data média das louças encontrada após uma série de cálculos.

Barbosa (2012) *apud* Silva (2017) sintetiza esta equação dizendo que

a data média de ocupação do sítio é calculada e obtida quando é realizada a multiplicação de cada tipo por sua respectiva data média que, posteriormente, deverão ser somados aos demais tipos que já foram trabalhados. Dessa forma, a data média é obtida quando os fragmentos considerados para o cálculo são divididos, obtendo-se deste modo a data média para ocupação do sítio estudado. (BARBOSA, 2012 *apud* SILVA, 2017, p. 51).

Neste trabalho utilizamos como base os dados referentes a 316 peças que foram analisadas e cujos atributos, ou características físicas, reconhecíveis permitiram identificar e posicionar o tipo de faiança fina em relação ao seu gradiente de produção, conforme tabela a seguir.

Tabela 1 – Tabela com parâmetro decorativo de referência e o período de produção

Padrão de Referência	Número de Peças	Período de Produção	Média do Intervalo de Produção
Pintado à mão, com superfície modificada	142	1810 – 1860	1835
Pintado à mão, em superfície não modificada	36	1810 – 1860	1835
<i>Sponge</i> (Esponjado)	1	1790 – 1860	1825
<i>Cut sponge</i> (Carimbado)	1	1790 – 1840	1815
<i>Dipped</i>	9	1790 – 1860	1825
Superfície modificada com relevo (Trigal)	39	1851 –	
Faixas e frisos	39	1875 –	

Padrão de Referência	Número de Peças	Período de Produção	Média do Intervalo de Produção
<i>Peasant Style</i>	6	1810 – 1860	1835
<i>Spring Style</i>	1	1830 – 1860	1845
<i>Shell Edged</i> (borda ondulada assimétrica)	42	1775 – 1840	1807,5

Fonte: Elabora por Abrahão Silva.

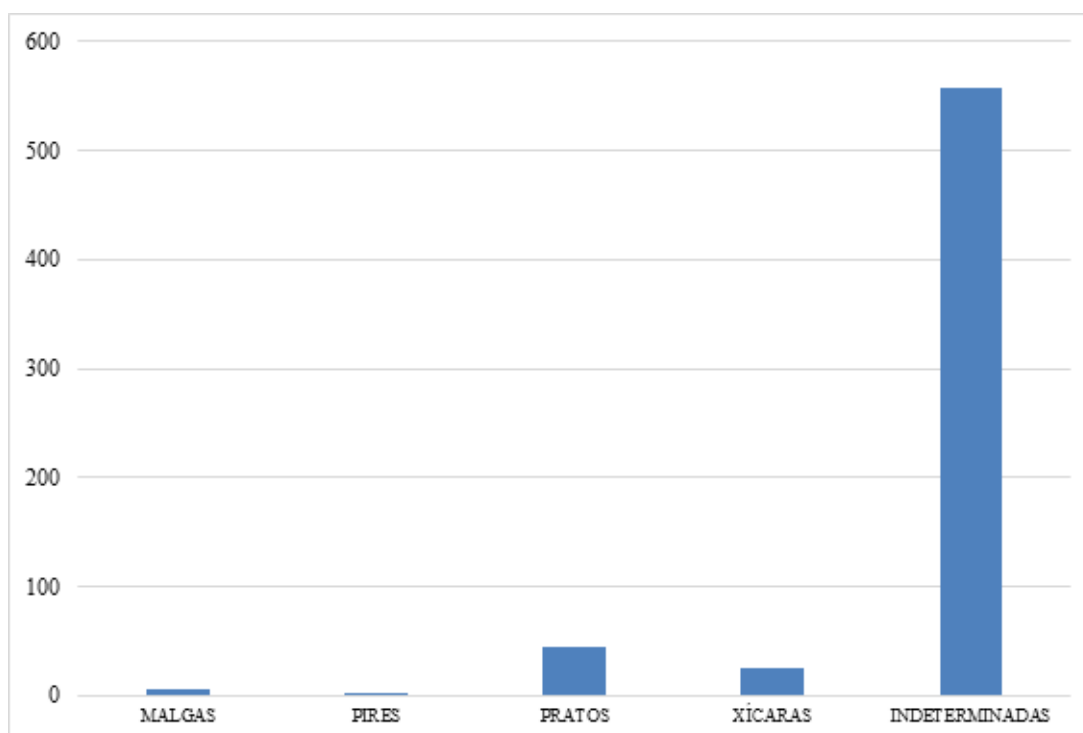
A partir dos dados sobre os períodos de produção e intervalos de produção e, considerando que nosso objetivo é o de traçar outra referência cronológica para o sítio Culumins, descartamos dois tipos de faianças finas cujo intervalo de produção adentra o século XX conforme pode ser visto na tabela anterior, sendo, inclusive, encontrados ainda na contemporaneidade e, por isso, não apresentando um intervalo de produção que pudéssemos utilizar para a aplicação da Fórmula South.

A partir disto, os cálculos realizados com base no intervalo médio de produção e na frequência dos tipos de faianças finas encontradas durante as escavações arqueológicas, deram como resultado o ano de 1831 para a data média de ocupação do sítio arqueológico. Este dado, consoante o fato de que as primeiras referências documentais do Culumins posicionam este sítio como já existindo em meados do século XIX e, também, sob a propriedade de Manuel Vieira da Cunha, é condizente com o perfil construtivo apresentado pela edificação e, com efeito, é também uma baliza para compreensão da cultura material associada a este espaço.

Diante disto, outra importante inquietação nos moveu em direção aos aspectos econômicos associados aos moradores deste sítio, com base no comportamento de consumo. Neste caso, ao observamos o trabalho de Miller (1980) percebemos que há um gradiente de preços entre fins do século XVIII e primeira metade do século XIX que expressa o custo e o acesso de algumas categorias de louças, principalmente, aquelas de maior complexidade na decoração. Miller (1980) lembra que o “Social status of any commodity is related to how much the objects costs. Prices for pottery were determined by how they were decorated” (MILLER, 1980, p. 3).

Acrescentamos, em nosso caso, que se tratam de peças que passaram por processos de importação, implicando em um mercado mais restrito e isto pode ser observado no fato de que dominam no registro arqueológico do sítio Culumins as cerâmicas utilitárias produzidas em sítios locais na região Seridó, como no próprio Culumins, e comercializadas em feiras locais. Assim, a análise realizada evidenciou quatro classes de objetos específicas, sendo essas: malgas, pires, pratos e xícaras (Gráfico 20), os quais são peças dedicadas a um maior uso doméstico.

Gráfico 20 – Classes das Peças – Sítio Culumins



Fonte: Elaborado por Hozana Souza.

Essas classes de objetos, considerando os tipos decorativos que figuram na amostra analisada, indicam que, com base “the Staffordshire potters had a series of price fixing agreements in the 18th and 19th centuries and some of them have survived. Price fixing lists are available” (MILLER, 1980, p. 3), no caso do Culumins, dominam fragmentos de louças com valor mais baixo e maior simplicidade e considerando os dados advindos das análises cerâmicas, inferimos que, ainda que na origem o custo dessas louças seja posicionado entre as de menor valor, isto não substitui a representatividade das peças no âmbito doméstico e do seu uso em ocasiões específicas, enquanto que cotidianamente, as cerâmicas utilitárias produzidas e comercializadas localmente tiveram um maior uso tanto na preparação dos alimentos quanto no consumo destes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que o sertão, como categoria que qualifica e nomina lugares, foi constituído por diferentes atributos que atuaram na maneira como os espaços eram vistos, uma vez que atribuíam uma carga de valoração para eles. Além de buscar compreender o que significa, para determinada área ser estabelecida como sertão, no sentido básico de entender quais elementos fizeram dela sertão. As discussões, portanto, devem também estar orientadas para que os estigmas que acompanham a categoria não sejam preponderantes, quando o contexto permite.

Souza (2017) atenta para isso, quando é contrário a uma posição que trate do sertão e das populações sertanejas somente pela ótica do espaço vazio e estático, dado que esse qualitativo não pode determinar um modo de vida ou uma visão de mundo. Assim, mesmo para o período colonial, não devemos nos ater a ideia do sertão exclusivamente como distante, estático, isolado. Quando, inclusive, existia o fluxo de movimento que era intrínseco a economia do gado, representado pelo movimento de pessoas e mercadorias por meio das redes de comercialização, pelas feiras. “Vale ressaltar que as feiras espalhadas pelas cidades no semiárido são um dos exemplos mais vivos do dinamismo e do papel do abastecimento local nas trocas, na socialização e na manutenção material das regiões” (SOUZA, 2017, p. 220).

As fazendas de gado estiveram inseridas nessa conjuntura, aonde integravam a dimensão do movimento, em que “erigidas nas ribeiras organizavam o trajeto, eram marcos referenciais que ritmavam o tempo de parada, o ir e vir de pessoas acostumadas com o movimento” (ARRAES, 2017, p. 22), ao mesmo tempo que essa ideia esteve presente pela própria lógica de organização de seu espaço.

O cerne desse contexto, por conseguinte, são as fazendas de gado que através delas que as primeiras manchas de fixação foram implantadas e o território passou a ser conformado, como ocorreu com a Ribeira do Seridó. Salientando que esteve longe de ser um processo pacífico, as populações indígenas sofreram com a dizimação de seus grupos, para que a colonização luso-brasílica fosse efetivada causando, dessa forma, não apenas o aprisionamento, mas o apagamento desses indivíduos durante o período colonial.

Para o Seridó, esses locais claramente possuem relação direta com a identidade e

histórico da região. Como aponta Diniz (2008), ainda compõe o acervo arquitetônico rural desse território que, mesmo não tendo o que podemos colocar como apelo estético, por serem edificações mais modestas são representativas do desenvolvimento dessa sociedade e da economia.

Logo, compreender esse espaço tendo a cultura material como primeiro plano é viável para a conjuntura que foi abordada, a qual não deixa de vincular as discussões sobre sertão, populações sertanejas e as redes de comercialização. Diante disso, a materialidade para o sertão, em nosso caso do Seridó, representa as marcas do movimento, “os fluxos dos habitantes dos sertões acompanham de perto a construção de caminhos em lugares praticáveis, isto é localidade que de certa maneira apresentam alguma utilidade socioeconômica, ou, simplesmente, topográfica à abertura da vi” (ARRAES, 2017, p. 131).

Na perspectiva da comercialização, inserida a concepção voltada para o consumo a partir do sítio Culumins, com os vestígios arqueológicos. Primeiramente, fizemos referência as cerâmicas utilitárias, objetos de maior número e bem presentes nas populações sertanejas que pertenciam as rotas de comercializações de cunho local e regional. E as louças, marcadamente se apresentam como itens que integraram um contexto de importação, numa conjuntura relacionada com a Revolução Industrial, demonstrada outro ritmo de comercialização. Contudo, ambas tipologias de materiais teve as feiras como seu centro de comércio e aquisição.

Economicamente, ambos materiais tratam de contextos que podem ser colocados como oposto, um de origem produtora local e regional e o segundo tem sua origem em uma produção industrializada e externa. Para consumo, ocupam a mesma área do espaço de moradia: a cozinha, cocção e armazenamento de alimentos, o servir à mesa. Todavia, existem diferenças quanto a sua significância social e econômica. Por serem itens que representam notável valor de troca e de uso, as cerâmicas acabam sendo de fácil aquisição. Por outro lado, para a relevância social possuem distinção quando comparado com itens industrializados, como as louças, por ter uma carga valorativa maior além de seu uso está associado com ocasiões específicas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O rapto do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista. **Revista Observatório Itaú Cultural**, v. 25, p. 21-35, 2019.

ALENCAR, Júlio César Vieira de. **Para que enfim se colonizem estes sertões: a câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

ALLEN, Scott Joseph. As vozes do passado e do presente: arqueologia, política cultural e o público na Serra da Barriga. **CLIO Arqueológica**, v. 20, p. 81-101, 2006.

ALLEN, Scott Joseph. Os desafios da arqueologia de Palmares. In: GOMES, Flávio (org.). **Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010, p. 119-130.

ALVEAL, Carmen; DIAS, Thiago Alves. Por uma história das Capitanias do Norte: questões conceituais e historiográficas sobre uma região colonial no Brasil. **História Unicap**, v. 7, n. 13, p. 10-32, 2020.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.

AMARAL, Daniella Magri. **Loiça de barro do Agreste: um estudo etnoarqueológico de cerâmica histórica pernambucana**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AMARAL, Daniella Magri. **Loiceiras, potes e sertões: um estudo etnoarqueológico de comunidades ceramistas no agreste central pernambucano**. 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello; CARVALHO, Marcos Rogério Ribeiro de. A louça inglesa do século XIX: considerações sobre a terminologia e metodologia utilizadas no sítio Florêncio de Abreu. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 3, p. 81-95, 1993.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte, c. 1666-1820**. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de; SOUZA, Amilton Justo de. A importância da cultura material e da Arqueologia na construção da História. **História Unisinos**, v. 14, n. 1, p. 62-76, 2010.

BARBOSA, Livia Brenda da Silva. **Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento: a administração da provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1606-1723)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/1> – Acessado em 11/01/2021.

BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição: a construção do sertão do Nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BORGES, Ariane Magda. **Vernaculares: a casa de fazenda seridoense do século XIX como exemplo de adaptação ao clima semiárido**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

BRANCANTE, Eldino da Fonesca. **O Brasil e a cerâmica antiga**. São Paulo, 1981.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano**, v. 1. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: os jogos das trocas**, v. 2. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BROCHADO, José Proenza et al. Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n. 12, p. 3-33, 1969.

CARRÉRA, Mércia; SURYA, Leandro. A organização espacial de uma fazenda colonial beneditina: reflexo da estruturação social vigente. **Mneme – Revista de Humanidades**, v. 9, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação José Augusto/Ed. Achiamé, 1984.

CERTEAU, Michel de. Relatos de Espaço. In: **A Invenção do Cotidiano – artes de fazer**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 199-217.

CHMYZ, Igor *et al.* Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. **Cadernos de Arqueologia**, Paranaguá: Museu de Arqueologia e Artes Populares, UFPR, ano I, n. 1, p. 119-148, 1976

COSTA, Carla Cristina Coêlho da. A cerâmica da Barra: processos de manufatura, decoração e queima. **Revista Ohun**, ano 3, n. 3, p. 1-36, 2007.

COSTA, Diogo M. Arqueologias Históricas: um panorama espacial e temporal. **VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 4, n. 2, p. 9-38, 2010.

COSTA, Diogo Meneses; VIANA, Sibebe A. Materializando a História: o passado humano através da cultura material. **Revista Mosaico**, v. 12, p. 3-13, 2019.

CRUZ, Carlos Henrique Alves. Fronteiras e sertões do Norte: grupos e movimentos tapuias. In: **Tapuias e mestiços nas aldeias e sertões do Norte: conflitos, contatos e práticas “religiosas” nas fronteiras coloniais (1680-1761)**. 2018. Tese (Doutorado em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

DIAS, Thiago Alves. **Dinâmicas mercantis coloniais: Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DOMINGO, Inés; BURKE, Heather; SMITH, Claire. **Manual de campo del arqueólogo**. Barcelona: Editorial Ariel, 2013.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Sertões do Seridó**. Brasília, 1980.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Ferro de Ribeiras do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2009.

FEIJÓ, Paulo Heider Forte. **A arquitetura tradicional de Acari no século XIX: estudo comparativo entre a casa grande de fazenda e a casa urbana**. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultura. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 57-76.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila de Castro. **A economia colonial brasileira: (séculos XVI-XIX)**. São Paulo: Atual, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no Contexto Sul-Americano. In: FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). **Arqueologia histórica e cultura material**. Campinas: UNICAMP, 1998, p. 7-34.

HARTOG, François. Fronteira e alteridade. In: **O Espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p. 101-141.

HEPP, Maurício. Um esboço sobre práticas e relações entre cultura material e os grupos humanos. **Habitus**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 193-206, 2017.

HERBERTS, Ana Lucia. Arqueologia das populações sertanejas no Nordeste brasileiro. In: **Anais do XX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**: Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas/RS, 4 a 8 de novembro, 2019.

IGLÉSIAS, Francisco. Encontro de duas culturas: América e Europa. **Estudos Avançados**, p. 23-37, 1992.

JACQUES, Clarisse Callegari. Os sentidos da cultura material no cotidiano e na memória das famílias da Comunidade Quilombola de Cinco Chagas do Matapi. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, n. 8, p. 7-21, 2013.

LIMA, Tania Andrade. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, n. ser, n. 1, 225-262, 1993.

LITTLE, Barbara. Povos com história: uma revisão da arqueologia histórica nos Estados dos Unidos. **VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 8, n. 2, p. 122-165, 2014.

LOPES, Fátima Martins. Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte. Edição Especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Disponível em: <https://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2014/11/182061675-Indios-Colonos-e-Missionarios.pdf>. Acesso em 18 ago. 2020.

LUNA, Suely. Sobre as origens da agricultura e da cerâmica pré-histórica no Brasil. **CLIO. Série Arqueológica** (UFPE), Recife, v. 1, n.16, p. 67-78, 2003.

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2008.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Percepções dos colonos a respeito da natureza no sertão da Capitania do Rio Grande. **TOPOI**, v. 8, n. 14, p. 37-76, 2007.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó:** genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX). 2013. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. Áridos Cabedais: família, patrimônio e cotidiano na Ribeira do Seridó Colonial. In: **XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética**, 2009, Fortaleza. Anais do Simpósio Nacional de História. Fortaleza: ANPUH, 2009. v. 1. p. 1-8.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó:** uma história do regionalismo seridoense. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais:** patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Séc. XVIII). Natal: Flor do Sal: EDUFRN, 2015.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. Tratos e caminhos da Capitania do Rio Grande do Norte: comércio e consumo na Ribeira do Seridó. **EMBORNAL/ Seção Ceará**, v. VIII, n. 16, p. 17-32, 2017.

MÄDER, Maria Elisa. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. **História Unisinos**, São Leopoldo, 12(3), Set/Dez, p. 262-270, 2008.

MARQUES, Caroline Salgueiro da Purificação; AZUMA, Maurício Hidemi; SOARES, Paulo Fernando. A importância da arquitetura vernacular. **Akrópolis**, Umuarama, v. 17, n. 1, p. 45-54, 2009.

MARTIN, Gabriela. A missão carmelita de Vila Flor: primeiro resultado do projeto arqueológico histórico. **CLIO – Série História do Nordeste**, n. 9, v. 10, 1989.

MARTIN, Gabriela. Arqueologia nas missões religiosas do nordeste do Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 6, n. 1, 1990.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos Inventários do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O objeto material como documento. Texto reprodução da aula ministrada no curso “Patrimônio cultural: políticas e perspectivas” organizado pelo IAB/ CONDEPHAAT, 1980.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, n. 115, p. 103-117, 1983.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**, v. 2, n. 1, p. 9-42, 1994.

MOREIRA, Ruy. Sociedade e espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemônias e conflitos). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 83, p. 7-31, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. « O Sertão », **Terra Brasilis** [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 Novembro 2012. URL: <http://terrabrasilis.revues.org/341>; DOI: 10.4000/terrabrasilis.341.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência**. Caicó: ed. do autor, 2005.

MILLER, Daniel. Consumo como cultura material. **Horizontes antropológicos**, v. 13, n. 28, p. 33- 63, 2007.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MILLER, George L. Classification and economic scaling of 19th century ceramics. **Historical Archaeology**, v. 14, n. 1, p. 1-40, 1980.

MILLER, George L. A revised set of CC index values for classification and economic scaling of English ceramics from 1787 to 1880. **Historical Archaeology**, v. 25, n. 1, p. 1-25, 1991.

MOREIRA, Ruy. Sociedade e espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemônias e conflitos). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 83, p. 7-31, 2005.

MOREIRA, Ruy. O arranjo global do espaço colonial. **Atlas Geográfico Escolar – MEC**, 1980, p. 66-100.

MURARI, Luciana. O deserto e as distâncias: cultura e natureza nas representações da nacionalidade. In: **Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d’Os Sertões**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: Fapemig, 2007, p. 45-97.

NASCIMENTO, Ana; LUNA, Suely. Procedimentos para a análise da cerâmica arqueológica. **CLIO – Série Arqueológica**, n. 10, p. 7-19, 1994.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia: Hist. e Soc**, Vitória da Conquista. v. 3. n. 1. p. 153-162, 2003.

NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. A cerâmica paulista: cinco séculos de persistência de práticas tupiniquim em São Paulo e Paraná, Brasil. *MANA* (Rio de Janeiro, online), v. 25, p. 701-742, 2019.

NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. Para cozinhar: as painéis de cerâmicas paulista. *Habitus*, v. 18, n. 2, p. 501-538, 2020.

OLIVEIRA, George Pereira de; SENA MEDEIROS, Lucivan Dantas de; FERREIRA, Bruno. As cercas da geodiversidade: um retrato da apropriação e uso do patrimônio geológico no Seridó Potiguar, Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil. *REGNE*, v. 2, n. 2, p. 74-91, 2016.

OLIVEIRA, Karla Bianca da Silva. **Escravidão e terras de criar gado em um lugar denominado sertão**: uma arqueologia das moradas de casas e miudezas cotidianas do Seridó Potiguar, séculos XVIII e XIX. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

ORSER JR, Charles E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

ORSER JR, Charles E.; FUNARI, Pedro Paulo A. Pesquisa arqueológica inicial em Palmares. *Estudos Ibero-Americanos*, v. XVIII, n. 2, p. 53-69, 1992.

PEDROZA, Manoela. A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial. In: FRAGOSO, João (org) **O Brasil Colonial**, volume 3 (ca. 1720 - ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 1-32.

PILEGGI, Aristides. **Cerâmica no Brasil e no mundo**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1958.

PEREIRA, Elenize Trindade. **De capitania donatária à capitania régia**: o senhorio de João de Barros na “Terra dos Potiguaras” – século XVI. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 180-215.

PIRES, Maria Idalina Cruz. **“Guerra dos Bárbaros”**: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: FUNDARPE, 1990.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

QUEIROZ, Luiz Antonio Pacheco de. *Água fria é no pote do Cariri Cearense*. 2015 Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

RAFFESTIN, Claude. O que é território? In: **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-163.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 17-35.

REGO, Herbert Moura. **As panelas de barro de Pernambuco** – do século XIX ao XXI. 2013. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. Teoria e métodos na análise cerâmica em arqueologia. **Ensaio – Ver. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 8, p. 287-294, 1998.

ROLIM, Leonardo Cândido. **A Rosa dos Ventos dos Sertões do Norte**: dinâmicas do território e exploração colonial (c.1660 - c. 1810). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SALGUEIRO, Eduardo de Melo. Fugindo do estigma: visões sobre Mato Grosso nas páginas da Série Realidade Brasileira e da revista Brasil-Oeste. **Anos 90 (Online)** (Porto Alegre), v. 24, p. 269-300, 2017.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. As representações espaciais da ocupação; O problema da fronteira. In: **Fronteiras do Sertão Baiano: 1640-1750**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SEED, Patricia. Casas, jardins e cercas – Sinais da posse inglesa no Novo Mundo. In: **Cerimônias de posse na conquista europeia do Novo Mundo (1492-1640)**. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 29-61.

SILVA, Antonio Moraes. **Dicionário da língua portuguesa** - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/2> – Acessado em 11/01/2021.

SILVA, Fabíola Andréa. As tecnologias e seus significados. **Canindé**, Xingó, n. 2, p. 120-138, 2002.

SILVA, Kalina Vanderlei. O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVIII). **Estudos Ibero-Americanos**, v. XXXII, n. 2, p. 43-63, 2006.

SILVA, Roberto Airon. Uma arqueologia das casas fortes: organização militar, território e guerra na capitania do Rio Grande – século XVII. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SILVA, Roberto Airon. Balanço e perspectivas da pesquisa em Arqueologia histórica no Rio Grande do Norte. In: VASQUES, Márcia Severina; MILLER, Francisca. **Arqueologia do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2014, p. 103-127.

SILVA, Roberto Airon. Arqueologia Colonial: as Casas Fortes (de Pedra) como unidades de defesa e ocupação no Rio Grande do Norte no Século XVII. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 6, n. 13, 2005, p. 111-122.

SILVA, Tyego Franklim da. **A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande Do Norte, Natal, 2015.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. **Dicionário de Arqueologia**. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

SOUZA, Candice Vidal e. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. **Sociedade e Cultura**, v. 1, p. 55-61, 1998.

SOUZA, Marcos André Torres de. A arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos: problemas e questões. **Revista de Arqueologia**, v. 30, n. 1, p. 144-153, 2017.

SOUZA, Rafael de Abreu. Novos paradigmas à cultura material sertaneja e a Arqueologia do século XX nos sertões do Pernambuco, Ceará e Piauí. In: **I Semana de Arqueologia**, Unicamp, 2013, Campinas-SP. Anais [...]. São Paulo: Unicamp, LAP/LEPAM, v. 1, p. 01-16, 2013.

SOUZA, Rafael de Abreu e. Globalização, Consumo e Diacronia: populações sertanejas sob a ótica Arqueológica. **Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 38-62, 2015.

SOUZA, Rafael de Abreu e. **Um lugar na caatinga: consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do Nordeste Brasileiro**. 2017. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

SOUZA, Rafael de Abreu e. Rodinhas de chinelos de borracha ao combate. **Revista de Arqueologia**, v. 34, n. 2, 2021, p. 40-60.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 73-96, 2008.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flávia Prado (orgs.). **Cenários regionais em arqueologia brasileira**. São Paulo: Annablume; Porto Seguro/BA: ACERVO – Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa, 2009. p. 279-310.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. 2. ed. ODYSSEUS, 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a expectativa da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VIANA, Wania Alexandrino; POMPEU, André José Santos. Ao Longo do Sertão: guerra, fronteira e espaço indígena na Amazônia colonial. **Revista Estudos Amazônicos**. vol. XIII, nº 1, 2015, p. 99-133.

VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucited, 2004.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Por uma arqueologia de Canudos e dos brasileiros iletrados. **Revista Canudos**. Salvador/BA. n. 1, v. 1, 1996.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Arqueologia na caatinga: arqueologia de Canudos, em Canudos ou para Canudos?. In: **Comciência**. Dossiê: Arqueologia. nº 47, setembro de 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/> – Acessado em 09/06/2020.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. **Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista**. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

Localizado no atual território do município de Caicó/RN, o sítio Culumins é tanto nome do lugar, quanto do objeto de estudo ligado ao contexto de interiorização do povoamento da capitania do Rio Grande, consolidado no final do século XVII e que teve na implantação das estruturas de fazenda um lócus privilegiado. Esse espaço, fundamentado pela interação entre indivíduos com as paisagens e cultura material, é analisado tendo em vista a compreensão dos aspectos relacionados a economia e a sociedade sertaneja no Seridó colonial, desde o final do século XVIII e ao longo do XIX. Diante disso, a partir dos objetos e do espaço aonde esses estão inseridos, utilizasse de levantamentos documentais, de relatos orais, de leitura e interpretação de referências bibliográficas, além do emprego de metodologias arqueológicas de pesquisa de campo e de laboratório, para se abordar práticas sociais e culturais ligadas ao consumo. Contudo, destaca-se que a ideia de consumo não se encontra restrita a pensar somente a comercialização, mas integra também a forma com que esses objetos foram utilizados e produzidos pelos indivíduos que ali habitaram e em como isso pode estar inserido a outras esferas de relações sociais. Essa perspectiva se constitui como uma maneira de entender a dimensão material presente nos espaços de moradia do sertão do Seridó, refletindo ainda a noção de uma materialidade que integra o sertão nordestino durante o período colonial.
